

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS

**A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM PERNAMBUCO (1956 a
1964): Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste)**

Recife

2014

ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS

A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM PERNAMBUCO (1956 a 1964): Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva.

Recife
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

S237i Santos, Alessandra Maria dos.
A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964): Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste) / Alessandra Maria dos Santos. – Recife: O autor, 2014.
121 f. ; 30 cm.

Orientador: André Gustavo Ferreira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.
Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.
Inclui Referências.

1. Educação - História. 2. Educação popular - Pernambuco. 3. Educação - Interiorização. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Silva, André Gustavo Ferreira da. II. Título.

370.9 CDD (22. ed.) UFPE (CE2014-82)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TÍTULO: A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM
PERNAMBUCO (1956-1964): Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul)
e Caruaru (Agreste)**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva
1º Examinador/Presidente**

**Prof. Dr. Danilo Romeu Streck
2º Examinador**

**Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner
3º Examinador**

MENÇÃO DE APROVAÇÃO: APROVADA

Recife, 29 de agosto de 2014.

*Àqueles que me embalaram em sonhos,
brincadeiras e sorrisos:
minha mãe, Maria de Lourdes,
e meu querido avô, José Tiago (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Dizer palavras de agradecimento é sempre uma atitude minúscula diante do sentimento de gratidão e da necessidade de expressá-la. Desse modo, aqui não será diferente. As palavras tentarão meramente exprimir o íntimo desejo de agradecer a tantas pessoas que foram fundamentais para realização deste trabalho dissertativo. Com certeza, este só foi possível em virtude dos apoios obtidos. Por isso, não poderia deixar de primeiramente agradecer a Deus por ter sido o meu refúgio nos momentos de solidão, desesperança e temor, nas inúmeras vezes que achei que não conseguiria chegar até aqui. Mas enfim, cheguei! E a Ele dou louvores de gratidão por mais um auxílio concedido.

Também não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor André Gustavo Ferreira da Silva, que com sua experiência de viajante a percorrer mundos, adquirindo sabedoria enciclopédica, ensinou-me valores para vida. Além disso, sua paciência e direcionamento foram fundamentais para realização deste trabalho.

Agradeço a minha família. Cada linha desta dissertação tem um pouco da nossa história e, por isso, agradeço com todo meu coração: aos meus tios, Helena e Severino, pelo carinho e cuidado; aos meus primos, Leinha, Ademir, Solange e Camila, estes sempre no auxílio quanto aos manuseios tecnológicos. Dedico ainda, um agradecimento especial a minha mãe: Maria de Lourdes. Seus incentivos e elogios impulsionaram-me a realização desta empreitada.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos revisores, terapeutas, emprestadores de livro, de locais para estudo, enfim, a todos que participaram comigo desta construção. A duas grandes professoras e excelentes Mestras: Alexandra Alves e Ângela. Não deixando ainda de mencionar Adriana Cassiano, Carolina Albuquerque, Aninha (Ana Lira), Laustenista Silva, Cassiana Farias, Ellio Cunha, Laudyslaine Natali e Antonietta Amaral.

Sou grata ainda aos amigos da Turma 30^a do PPGE/UFPE. Entre lágrimas e sorrisos o trajeto com eles foi bem melhor! Não esquecendo também daqueles que compõe o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE que com sua equipe de coordenadores, funcionários e estagiárias prestam diligentemente serviços à comunidade acadêmica.

Quero mencionar também minha imensa gratidão àqueles que contribuíram com suas memórias, cedendo tempo, lembranças, documentos a uma pesquisadora sedenta por fontes. Assim, muito obrigada a Cristina Ferreira, Teresa Braga, Marliete Pessoa, Epitácio Ferreira e Nativo Almeida do Nascimento.

Da mesma forma, agradeço aos funcionários e estagiários da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). A solicitude e disponibilidade destes são dignas de aplausos, mas, sobretudo, a relevância do seu trabalho. Conservar, mesmo com restrição de recursos, cuidadosamente, fontes documentais que servirão ao desenvolvimento de inúmeras pesquisas é mais que um desafio que envolve responsabilidade e dedicação.

Não poderia também descuidar-me de agradecer às Instituições de Ensino Superior, FAMASUL (Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul), em Palmares, e FAFICA (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru). Nesta última, presto especial agradecimento ao Professor José Adilson por sempre deixar o NUPESQ (Núcleo de Pesquisa) de “portas abertas”, isto é, a disposição para manuseio dos acervos documentais ali arquivados. Além disso, a presença deste docente, lançando suas contribuições na banca de qualificação e eventos acadêmicos, foi de extrema importância.

E por fim, agradeço formalmente a CAPES pela concessão de bolsa para desenvolvimento desta pesquisa.

*“Volto hoje às minhas criaturas,
aos rudes homens do cangaço, às mulheres,
aos sertanejos castigados, às terras tostadas de sol
e tintas de sangue, ao mundo fabuloso do meu romance,
já no meio do caminho.”*
José Lins do Rêgo – A Volta

RESUMO

A discussão acerca da Educação Popular ganhou relevância no cenário político, econômico e, sobretudo, social, nos primeiros anos da década de 1960. Agregando-se ao contexto de transformação, incentivado por mobilizações sociais, movimentos de educação e cultura popular florescem. Por um lado, apresentaram resultados expressivos na alfabetização de adultos, através da inclusão de aspectos da cultura popular ao processo pedagógico. De outro, mudanças na esfera política e social, demonstrando nas urnas a força do voto dos populares alfabetizados. Em Pernambuco, as chamadas dos trabalhos educativos populares encontram na luta dos trabalhadores rurais, ascensão de políticos com ideais progressistas e em suas tradicionais raízes culturais espaço para desenvolverem-se. O Movimento de Cultura Popular - MCP, criado pela Prefeitura do Recife, as atividades precursoras do método Paulo Freire e as escolas radiofônicas, do Movimento de Educação de Base - MEB, instituído pela Igreja Católica, são expressos como as iniciativas responsáveis pela vivaz intervenção ao problema do analfabetismo. No entanto, a conjuntura de ações reivindicatórias por melhorias sociais e transformações na esfera social cede espaço à animosidade de sujeitos, filiados a instituições e grupos heterogêneos. É a partir destas distinções que cada movimento traça um projeto educativo popular, vinculando-o às respectivas intencionalidades político-ideológicas. Desse modo, na zona rural, acolhedora da pluralidade populacional brasileira no período, enxerga-se um local propício para propagação dos interesses de católicos e comunistas. A Igreja, por intermédio do MEB, instala escolas radiofônicas, bem como sindicato de trabalhadores camponeses. Já as ações do MCP expandem-se sob viés pedagógico, encontrando também outras formas de atuação. Assim, o objetivo desta dissertação é compreender como se desenvolveu a interiorização da educação popular, em Pernambuco, por intermédio do MCP e MEB, focalizando as distintas intencionalidades de cada ação, bem como os conflitos travados, revendo, dessa maneira, a existência de mobilização social em prol da educação popular.

Palavras-chave: Educação Popular. Interiorização. Pernambuco.

ABSTRACT

The discussion about Popular Education became relevant in the political and economic scenario, but especially in the social sphere in the early 60s. Movements related to Education and popular culture, motivated by social mobilizations, arise in this context of changes. These movements showed significant results in adult literacy by including features of popular culture to the teaching process. They also provided changes in the political and social spheres where literate people from lower classes were able to show their strength at the polls. In Pernambuco, the motivations to the popular educational works find space to be developed in the struggle of peasant workers, in the rise of politicians with progressive ideals and in their traditional cultural origins. The MCP (Movimento de Cultura Popular), created by Recife's government and the MEB (Movimento de Educação de Base), founded by the Catholic Church with the precursor activities of Paulo Freire's method and the radio schools, are expressed as initiatives which are responsible for the vivacious intervention to the problem of illiteracy. However, the conjuncture of actions that claim social improvements and changes in the social sphere give rise to an animosity between people connected to institutions and heterogeneous groups. It is from these distinctions that each movement plans a popular educational project linking it to its respective ideological-political intentions. Thus, in the countryside, a welcoming place to the plurality of Brazilian population in that period, recognizes itself as a propitious place to spread the interests of Catholics and communists. The Church, via MEB, installs radio schools as well as union of peasant workers. The procedures of MCP expand themselves through pedagogical practices, finding also other ways of acting. Therefore, the objective of this dissertation is to understand how the interiorization of popular education has developed in Pernambuco via MCP and MEB, focusing on distinct intentions of each action as well as the conflicts that happened, reviewing, thus, the existence of social mobilization in favor of popular education.

Keywords: Popular Education. Interiorization. Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da cidade de Palmares.....	55
Figura 2 -	Mapa da cidade de Nazaré da Mata.....	77
Figura 3 -	Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata.....	79
Figura 4 -	Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata.....	79
Figura 5 -	Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata.....	80
Figura 6 -	Mapa da cidade de Caruaru.....	83
Figura 7 -	Visita do Senador norte-americano Edward Kennedy a Caruaru.....	86
Figura 8 -	Título da charge - Pequeno Moisés: sua vida atrás da Cortina de Ferro..	91
Figura 9 -	Álbum Menino do Recife.....	103

LISTA DE SIGLAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEHIBRA	Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CPC	Centro Popular de Cultura
CRPE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DNE	Departamento Nacional de Educação
FDR	Faculdade de Direito do Recife
FPS	Fundação de Promoção Social
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GEPA	Grupo Executivo de Produção de Alimentos
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RENEC	Rede Nacional de Emissoras Católicas
SAI	Serviço de Assistência Itinerante
SAMR	Sociedade de Arte Moderna do Recife
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SESI	Serviço Social da Indústria
SIRENA	Sistema Radioeducativo Nacional
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Teatro de Amadores de Caruaru
TEP	Teatro do Estudante de Pernambuco
TPN	Teatro Popular do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UR	Universidade do Recife

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MOBILIZAÇÕES POPULARES EM PERNAMBUCO	22
2.1 Emersão de projeto educacional apoiado na cultura popular	30
2.2 MCP: um projeto para a capital do Estado	37
2.3 SEC: Uma Universidade para sociedade brasileira	40
3 MOVIMENTOS QUE SE DIZEM POPULARES	51
3.1 MCP: interiorização de projeto educativo	51
3.1.1 De plano educacional e cultural a projeto econômico	57
3.1.2 A área da Saúde também recebe atenção	63
3.2 O despertar de uma Igreja às questões sociais	66
3.2.1 Sindicato de trabalhadores rurais e escolas radiofônicas	72
3.2.2 Relatos memorialísticos: descrição do MEB em Nazaré da Mata e Caruaru	77
4. PELO QUE LUTAMOS MESMO?	88
4.1 Embate da Igreja ao Comunismo	88
4.1.1 A contenção do perigo chamado Ligas Camponesas	94
4.2 Comunistas: inimigos ou amigos?	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Cresci ouvindo as histórias de meu avô José Tiago, a trajetória de um homem do campo. Embalada às suas memórias, construía em minha mente os cenários vivenciados por ele: o trabalho na roça, com plantio e colheita da lavoura, a comercialização nas feiras-livres do produto que colhera. Além disso, o cotidiano da infância no ambiente rural com suas peripécias, brincadeiras nas árvores e o precoce contato com a vida adulta, porque imperava a necessidade de mão de obra no arar da terra.

Suas narrações compunham paradoxalmente uma imagem campesina que ora apresentava-se com cores e aromas suaves, ora como símbolo da vida rude. A escassez de água e, por vezes, de alimentos, no período de longa estiagem, juntamente com o duro labor do trabalhador do campo ratificavam a configuração do último cenário. Ao lembrar esses momentos, ele expressava tristeza em seu olhar. Mas, não apenas a lida cotidiana de agricultor arrendatário impunha-o pesar. Seus olhos não escondiam a angústia e vergonha por não “ter leitura”, não ter aprendido a decifrar os códigos expressos nas letras. Ainda que tivesse habilidades com operações matemáticas, sendo comerciante, tal aptidão não foi suficiente para impedir de ser muitas vezes lesado pelos proprietários de terra, sobretudo ao ser despejado do engenho que morara desde a infância, sem nenhuma reparação. Demonstrando, dessa forma, algumas das injustiças sofridas pelos trabalhadores do campo.

Em suas recordações incluía o relato também dos auspícios da candidatura de Miguel Arraes a governador do Estado de Pernambuco, nos primeiros anos da década de 1960. Este entendido por meu avô como “homem que era pelos pobres”, em virtude do seu discurso favorável aos camponeses. No entanto, este posicionamento, encarado com desconfiança pelos donos dos engenhos, culminou com o estabelecimento da proibição aos trabalhadores, como os do Engenho “Palmerá”, do município de Paudalho – PE, de assistirem a comícios deste candidato considerado de “linhagem comunista”.

Ouvi estas e tantas outras histórias durante toda infância, mesmo sem entender a relevância daqueles fatos para o meu avô, suas memórias individuais, fundidas em subjetividades e interpretações pessoais, agregam-se à memória coletiva e revelam aspectos históricos e sociais da história do Brasil e Pernambuco. Hoje já não ouço mais as lembranças de meu avô, mas sua consternada expressão, por nunca ter aprendido a assinar o próprio nome, cravou-se em minha mente.

Este estigma vergonhoso, que impunha tristeza, porque o reconhecimento do saber pautava-se em sua cultura de leitura e escrita, não se restringia ao meu avô, mas a pluralidade

de jovens e adultos brasileiros, em meados da década de 1950. A limitação de unidades escolares estava entre as causas de tal problemática, que se impetrava também aos infantes, e as consequências refletiam-se no exercício pleno da cidadania, pois aos analfabetos era privado o direito de participar de sufrágios, conforme artigo de nº 132, inciso I, da Constituição de 18 de setembro de 1946, a qual promulga: “Não podem alistar-se eleitores: analfabetos” (BRASIL, 1946).

Em contraposição, justamente, a este infortúnio, surgem, ao final da II Guerra, ações de alfabetização em massa, iniciadas ainda na década de 1940, sob orientação do Departamento Nacional de Educação (DNE), como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que funcionou de 1947 a 1963, e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), fundada em 1952 atuando até 1963, tendo como foco o ensino na área rural. No entanto, já a partir do ano de 1954 estas ações passaram a enfrentar diversas dificuldades, sobretudo quanto aos escassos recursos para seu desenvolvimento: pagamento ou gratificações a professores, além de falta de verba para apoio estrutural como aquisição de material didático. Encerrando suas atividades ante as limitações de recursos financeiros (PAIVA, 2003).

Acentuadas pela vitória das ideias democráticas, reorientação política de Vargas e abertura do processo eleitoral, estas experiências educativas trazem à tona o problema de transformar a sociedade democraticamente (PAIVA, 2003). Tal perspectiva, recrudescida no surgimento de diversas ações no plano político, econômico e social, conclama por mudanças, delimitando os anos da segunda metade da década de 1950 até o engendrar do golpe militar, como período de fortes agitações e mudanças em diversas áreas. A política nacional-desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek dissemina um espírito de otimismo com a promessa de progresso através da industrialização, estabilidade política, construção de estradas e da nova sede federativa: Brasília. Acompanhada das proposituras desenvolvimentistas há investimentos do capital externo, criação de órgãos governamentais com objetivo de equacionar as disparidades regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), incluindo ainda as mobilizações populares, as quais reforçam a tentativa de mudanças sociais.

O cenário de transformação, avultado no plano econômico e político, alcança a esfera social. Com ascensão de governos populistas que, por um lado, almejam apoio popular, por outro, abrem espaço para interlocução democrática impulsionando a participação popular, cedendo oportunidade às mobilizações que atingem desde os centros urbanos, pelas forças sindicais, associativismo de bairro, até o meio rural através dos sindicatos rurais e Ligas

Camponesas. Além disto, emergem movimentos de estudantes secundaristas e universitários, bem como os da juventude eclesiástica católica (JACCOUD, 1990).

A propagação deste clima de transformação não isenta o campo educacional e enquanto os trâmites da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ainda se delineavam, ressurgiu ao debate nacional um histórico problema: o analfabetismo. Entendido como questão social, passa a revelar-se também como empecilho ao avanço político e econômico. Neste, devido ao déficit de mão de obra; naquele, restringindo o número de eleitores, reiterando que apenas alfabetizados poderiam votar.

Então, se transformações sociais são reclamadas, a educação popular parece ser um bom abrigo para reforçar o debate. E é a partir de discussões do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, depois de onze anos da realização do I Congresso, no qual não se travaram amplas discussões, a nível nacional, sobre a educação de jovens e adultos a nível nacional, que novas diretrizes para educação de adultos são buscadas. No evento do Rio do Janeiro, as campanhas de alfabetização existentes foram avaliadas e um novo direcionamento para educação de adultos, no Brasil, é traçado com reformulações metodológicas, introdução de aspectos culturais e cotidianos, bem como inserção de problemáticas sociais nos aspectos pedagógicos.

Os movimentos que surgiram na primeira metade da década dos 60, voltados para a promoção popular, prendiam-se às condições políticas e culturais, vividas pelo país naquele momento. Eles nasceram das preocupações dos intelectuais, políticos e estudantes com a promoção da participação política das massas e do processo de tomada de consciência da problemática brasileira que caracterizou os últimos anos do governo Kubitschek. (PAIVA, 2003, p.258).

A conjuntura sociocultural conseguiu agregar e mobilizar diversas ações de promoção de educação popular, assim como sujeitos de distintos grupos sociais numa mobilização coletiva filiada à questão da alfabetização, demarcando, dessa maneira, um recorte histórico dos “Movimentos de Educação e Cultura Popular” conforme Beisiegel (1992), Cunha e Góes (1985), Freitas e Biccas (2009), Góes (1980), Paiva (2003) e Scocuglia (2000). Os supracitados autores, bem como a literatura que se debruça a discorrer sobre o tema da educação popular, principalmente dos anos 60, interpretam-na enquanto a junção de diversos movimentos numa extensa ação coletiva. Estes movimentos vinculados à promoção da cultura e educação popular singularizam um período histórico na educação brasileira, ao conseguirem em pouco tempo acentuada redução da taxa de analfabetismo, como destaca Ferraro (2009). Diferentes ações de educação de adultos surgem num clima de intensa mobilização social, na

intenção de formar quadros para efetiva participação na vida política, a partir da compreensão do momento histórico vivenciado. Neste entendimento, evoca-se uma mobilização social ao propor unidade de diferentes grupos numa frente de rechaçamento ao analfabetismo.

Os diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutassem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país. (PAIVA, 2003, p.258).

Beisiegel (1992) considera o avultar destas ações emersas num contexto de políticas de massas, na qual a educação popular seria responsável por mudança social de maneira pacífica, imbricada a elementos culturais populares, agregadores de motivação a iniciativas de transformação da ordem social vigente. De modo que as mobilizações na sociedade civil, em torno de projeto desenvolvimentista e das reformas de base, ou seja, de uma proposta política reformista nas áreas econômica, fiscal, urbana, administrativa, agrária e também universitária, contribuíram para mudança nas iniciativas da alfabetização de adultos, filiando-as a ações culturais. Assim, a constituição de uma concepção de educação popular com via transformadora seria possível, de acordo com Brandão (2006, p. 83), a partir da conjuntura sócio-político-cultural propícia e da “conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares”. No entanto, a participação popular nestes movimentos educativos não assume, enfaticamente, posicionamento contestatório e conflitante, característicos das mobilizações sociais, mas um caráter receptivo do povo com movimentos “para” os populares, com ações direcionadas a estes.

Sob o entendimento agregador da pluralidade de ações da educação popular, inserido-as numa conjuntura de movimento social, é que surgiram ações como: Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pela Prefeitura do Recife que parece inspirar outras ações; o Movimento de Educação de Base (MEB) instituído pela Igreja Católica em parceria com o governo federal; os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE); o movimento da Prefeitura de Natal “De pé no chão também se aprende a Ler”, Campanha de Educação Popular (CEPLAR), instituída na Paraíba. A esta ambiência de mobilização em prol da educação popular foram agregadas outras experiências, como as do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife (UR), e reformulações de campanhas governamentais. Estes movimentos populares de educação vivenciaram, como percebem Cunha e Goés (1985), “um tempo de alvorada”, ainda que efêmero. Um momento

expressivo, no qual diferentes vozes encontraram-se num só coro em prol de uma mesma causa.

Vitorioso em algumas eleições locais e urbanas, o movimento popular abriu espaço para o pensamento renovador em educação e absorveu alguns intelectuais com experiência de lutas políticas das classes subordinadas. [...] Onde o movimento popular venceu pelo voto (Recife e Natal) ou em instituições que estavam atentas às mudanças sociais (Igreja Católica e União Nacional de Estudantes – UNE), ocorreram oportunidades de práticas de cultura popular que conflitaram com a educação conservadora. (CUNHA; GOÉS, 1985, p.16).

Elementos culturais como a valorização e promoção de manifestações populares, dentro dos próprios movimentos, e inserção de problemáticas sociais, imbricadas no processo pedagógico de alfabetização, reforçam o elo de uma conjuntura de “Movimentos de Cultura Popular”. Porém, características fundamentais para constituição de movimento social seriam: percepção sobre dada realidade com situações desiguais, opressoras e injustas; identificação da problemática; e mobilização coletiva como mecanismo de superação e transformação. Gohn (2000, p. 247) refere-se a este conceito como “a ação do homem na história”, envolvendo “um fazer”, a partir de procedimentos, e “um pensar”, através de ideias que mobilizam a ação, ou quem sabe, um pensar e um fazer envolvendo conflito e questionamento a um poder estabelecido. No entanto, o caráter de movimento social atribuído à pluralidade das ações em educação popular no período, seu congregar num movimento coletivo, desvia o olhar mais sensível acerca das intencionalidades, estruturações e envolvimento dos sujeitos nestas ações.

Entretanto, esta interpretação de movimento educacional popular, unificado com objetivo de mudança social, parece não condizer com os objetivos imbricados aos interesses das distintas iniciativas mobilizatórias. Dessa maneira, na tentativa de rever os trabalhos realizados, em Pernambuco, percebemos que o discurso de agir em prol da alfabetização não se evidencia quando as intencionalidades das ações divergem por interesses peculiares. Logo, ao centrarmos nossa atenção em movimentos de educação popular que se desenvolveram nos primeiros anos da década de 1960, nos deteremos no Estado de Pernambuco, tendo em vista o movimento precursor de atrelamento à cultura e educação popular ter surgido nessas terras: o Movimento de Cultura Popular. Acrescido a este, há o Movimento de Educação de Base e ações do Serviço de Extensão Cultural. Todas estas, relevantes ações educativas que concederam destaque ao Estado no plano educacional popular.

A capital pernambucana, através do MCP, desponta ações de mobilização política e pedagógica em torno da educação popular. Mas o meio rural, acolhedor da pluralidade

populacional, desperta também o interesse para implantação de iniciativas pedagógicas. No caso de Pernambuco, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, o quantitativo populacional urbano era de 1.858.078 contrapondo-se ao de 2.280.211 da zona rural. A elevação do quantitativo de eleitores e a oposição aos levantes subversivos que se ampliavam no campo, como as Ligas Camponesas, fizeram com que alguns movimentos de educação popular direcionassem-se ao meio rural.

Objetos recorrentes de estudo tanto na área de Educação quanto na de História, estes movimentos de educação popular já foram até mesmo inseridos no campo de interesse da Sociologia. Cada análise, aprofundando um aspecto, um ponto de vista, lança sua contribuição na ampliação do conhecimento. Um observar sob outra perspectiva permite o desdobrar do objeto aprofundando-o. De modo que certas interpretações concebem estas ações como pautadas a partir de interesses políticos (CUNHA e GÓES, 1985; PAIVA, 2003), no avultar do populismo devido à oportunidade de ampliação do quadro eleitoral, elevando-se o número de alfabetizados.

No entanto, tais interpretações não esgotam o conhecimento e não impedem o emergir de outros questionamentos. Além disso, o empreendimento de releitura é possibilitar outras compreensões dessas práticas que lançaram contribuições, no campo educacional, em diferentes espaços e tempo. Desde então, ficam as indagações sobre as quais nos deparamos e intencionamos ampliar as discussões. É a partir do lema de combate ao analfabetismo que iniciativas de educação popular foram congregadas numa conjuntura de mobilizações populares, imbricadas a atividades culturais e contando com envolvimento da população. Mas o fato de terem uma reivindicação específica, contarem com a participação do povo e emergirem num ambiente de mobilizações populares, a congregação destas ações afloradas em Pernambuco configurou-se um movimento social voltado à educação popular? O objetivo de reverter o alarmante cenário de analfabetismo constituiu um elo capaz de agregar estas ações, bem como seus atores, numa conjuntura instigante em prol da alfabetização? Ante ao caráter expansivo, pois diversas cidades do Estado foram lócus para estas ações, encontrou-se o mesmo panorama de atuação, de intencionalidades e apoio social nestas localidades?

Desse modo, a perspectiva deste estudo é analisar as ações de movimentos atrelados à educação popular em Pernambuco, sob a ótica dos movimentos sociais, identificando as relações de conflitos e concordâncias, aproximações e distanciamento entre os grupos sociais. Especificamente traçamos três objetivos. Primeiro: conhecer a dinamicidade histórica que atuou no Estado de Pernambuco concedendo as bases para constituição de movimentos de educação popular. Segundo: Interpretar as intencionalidades, bem como verificar a presença

de unidade nas ações dos atores. Terceiro: Mapear os focos das ações atreladas à educação popular, além de Recife, e identificar os aspectos destoantes e proximais nestas localidades.

Sendo assim, entender a ação de um indivíduo, inserido numa mobilização social, requer interpretação dentro de um contexto maior no qual há coletividade, pois suas práticas estão permeadas por representações acerca do real. Para isto, dialogaremos com a História Cultural, a fim de compor a narração dos movimentos, foco de nossa investigação. Abordando aspectos de sentido e percepção que conduzem a constituição do imaginário social, das subjetividades e intencionalidades dos indivíduos. O diálogo com outras áreas do conhecimento como Psicologia Social, Sociologia, Antropologia despertou interesse acerca de elementos que conferem unidade num grupo social, evidenciando as compreensões, ou modo de apreensão da cultura através das práticas. Logo, considera-se não apenas o exposto, ou seja, o explícito na realidade, o passível de ser verificado positivamente, mas aspectos subjetivos que auxiliam na sua interpretação por intermédio das percepções de mundo dos sujeitos. Há espaço, neste “fazer historiográfico” para subjetividade de sujeitos comuns, anônimos, silenciados e esquecidos por perspectivas que ressaltam apenas os feitos de heróis ou de coletividades.

Pesavento (2008) destaca ainda que a História Cultural objetiva entender a realidade do passado a partir de suas interpretações. “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2008, p.39). Contudo, as impressões dos indivíduos sobre o real, o que lhe confere sentido, reflete-se também em suas práticas, fomentando, dessa forma, uma relação de entrelaçamento entre as práticas e representações, como enfatiza Chartier (2002) e acrescenta que é até mesmo custoso definir quando uma começa e a outra se encerra, considerando seu caráter de interdependência. A proposta da História Cultural busca entender a realidade do passado através de suas representações, numa tentativa de aproximar-se das formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a partir das práticas cotidianas, representações, as subjetividades dos indivíduos como aspectos relevantes nos estudos. A investigação de fatos históricos a partir de elementos cotidianos e subjetivos como valores, ideias, simbolismo e conceitos sobre o mundo (PESAVENTO, 2008).

Portanto, para entender as motivações, forças e elementos subjetivos que compõem as ações e intencionalidades impulsionadoras da configuração dos movimentos de educação popular, bem como o envolvimento dos sujeitos, requisita-se aporte metodológico condizente aos objetivos propostos.

Assim, a história oral contribui, através da memória, enquanto fonte histórica ao permitir o conhecimento e compreensão sobre determinado objeto, alocado num determinado tempo e espaço, sob a ótica da singularidade do sujeito. Mesmo se tratando de elementos pretéritos e que vem à tona sob influência de experiências do presente, tal interferência, contudo, não exclui da relação memória e história observação às características da subjetividade. Desse modo, dois delineamentos metodológicos orientam a construção deste trabalho. Um é a história oral, conforme já enunciamos, que pretende “resgatar e explicitar” a memória daqueles que participaram de fatos históricos e são fontes vivas, não podendo ser consideradas como exclusivas, mas subjacentes ao outro direcionamento: os documentos históricos. Estes auxiliam na reconstrução dos fatos e interpretações. De maneira que recorreremos a jornais, documentos oficiais dos movimentos e acervo iconográfico. Dessa forma, a relevância desta pesquisa se debruça em aprofundar o saber sobre tal período da educação popular, considerado como áureo, por meio da memória de atores que vivenciaram os fatos possibilita a explicitação de detalhes que ora se destoam ou complementam fontes oficiais. Além disso, contribui para percepção dos elementos constituintes da narrativa historiográfica da Educação, na qual se identificam a subjetividade, os interesses político-partidários e as formas de construção e desconstrução de representações de indivíduos e práticas.

O exercício investigativo com diferentes fontes, principalmente acerca dos periódicos, permitiu-nos perceber discrepâncias de discursos. Num período de limitação de acesso aos meios de comunicação – telefone, rádio, periódico – este último adquire significativa importância por fazer circundantes ideais, valores e representações sociais dos seus dirigentes. A imprensa escrita, neste caso nos referimos aos jornais, subjaz este espaço para intelectuais e políticos ocuparem o espaço público com suas perspectivas. A fim de agradar ao público receptor, bem como insurgir-se contrariamente a determinado viés ideológico, os periódicos enunciam ambigualmente uma mesma imagem, a partir de seu posicionamento político. E se esta for uma figura política, então se delineia mais graficamente esta distinção.

Seguindo este viés, é assim que se apresenta a figura do governador Miguel Arraes, nos jornais Última Hora e Diário de Pernambuco. Enquanto o primeiro, de linhagem progressista, dispensa diariamente espaço para noticiar suas ações, além de uma coluna “O Dia do Governador”, espécie de diário que retrata as ações, compromissos e projetos do chefe do legislativo. Paradoxalmente, o outro periódico exhibe-se em publicar uma representação de Miguel Arraes filiada ao comunismo, passível às agitações que ocorriam no Estado –

referindo-se às Ligas Camponesas. Tais proposições mostram o direcionamento político-ideológico defendido por cada periódico.

Dessa forma, a desenvoltura deste texto se delineará em três capítulos. No primeiro, propomos apresentar o contexto de construção do sentido dado à educação popular, nos anos 1960, bem como discorrer sobre a conjuntura sócio-político-econômica da época, no Estado de Pernambuco. Governos adeptos ao populismo, resistência à expansão dos ideais comunistas, participação ativa na sociedade de intelectuais, artistas e estudantes que assumem funções de destaque no delineamento das ações que antecederam as iniciativas populares de educação. Além disso, o despontar de nova configuração de instituição acadêmica: Universidade do Recife. Ao fundar o Serviço de Extensão Cultural busca inserir-se no contexto reformista, defendido por intelectuais, estudantes e políticos progressistas. Assim, a Universidade, por intermédio do SEC, acaba abandonando o tradicionalismo acadêmico de centrar-se em si mesma para intervir em questões sociais.

No capítulo subsequente, apresentaremos as intencionalidades das ações educativas ao instalarem-se no interior do Estado. A expansão do MCP, saindo de Recife e ampliando-se a outras cidades num projeto de interiorização, assume outra caracterização em suas atividades. Já o MEB sob o foco de novo ordenamento da Igreja Católica passa, incipientemente, a assumir posicionamento progressista, apoiado por católicos leigos, mas também temor de propagação do comunismo, figurando a nova face da cúria romana. A preocupação catequética cede atenção às questões sociais como conflitos e exploração no ambiente rural, empenho na efetivação de direitos trabalhistas dos camponeses, diante do reconhecimento da omissão ante as fraudes e injustiças por estes sofridas. Além disso, o cuidado quanto à reforma agrária, educação e saúde inserem-se no debate dos bispos brasileiros. O envolvimento da juventude, com tais inquietações, aguça o perfil social da instituição eclesial.

Por fim, no último capítulo, traçaremos as ações, aqui estudadas, focalizando-as nos aspectos destoantes. Os conflitos de interesses, partindo de objetivos divergentes, os quais delineiam um perfil de Igreja Católica preocupada em conter avanços comunistas no meio rural. Em contrapartida, os comunistas abalizam mecanismos de resistências ao oposicionismo e esboçam estratégias de expandirem seu projeto político através de atividades artísticas e apoio às ações educacionais. Paulatinamente, os comunistas vão encontrando adeptos ao projeto político-ideológico com apoio de diferentes formas de atuação.

2 MOBILIZAÇÕES POPULARES EM PERNAMBUCO

Na primeira eleição municipal de voto direto¹, Recife elege ao cargo de chefe da administração citadina Pelópidas Silveira. Seu retorno à Prefeitura, quase uma década depois, inicia-se com inovações. Pois em sua primeira experiência, no ano de 1946, sob a indicação do governador da época, José Domingues da Silva, ficou apenas alguns meses - de fevereiro a agosto - não tendo oportunidade de promover expressivas realizações (SILVEIRA, 1985). A tentativa de eleger-se governador do Estado, no ano seguinte, não logrou êxito, porquanto experimentou amarga derrota no interior. Seu apoio adveio substancialmente da capital, obtendo vantagem sobre os outros dois candidatos: Neto Campelo e Barbosa Lima Sobrinho, este eleito Governador. A vitória de Pelópidas, na capital, desponta a metrópole como potencial centro político, de modo que, em 1955, demonstra além do esfacelamento da hegemonia do PSD (Partido Social Democrático), o soerguimento das forças esquerdistas, consolidadas nas futuras eleições estaduais e municipais da capital pernambucana.

Nesta disputa ao cargo de prefeito, dos quatro candidatos – Paulo Germano, Antonio Pereira, Alcides Teixeira e Pelópidas Silveira – o único visto com demasiada desconfiança ante as parcerias firmadas foi este último, cujo apoio partidário proveio da Frente do Recife – coligação política que agregou PSB, PTB e PCB (Partido Socialista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Comunista Brasileiro). O concorrente que firmara aliança com comunistas e socialistas não conquistou também a simpatia do bispo da Arquidiocese de Recife e Olinda, D. Antonio de Almeida Moraes Júnior. As divergências à campanha de Pelópidas revelam bem mais que desacordos político-partidários, mas também ideológicos. Não sendo isso, porém, suficiente para impedi-lo de conquistar o pódio da gestão municipal pelas urnas.

Logo nos primeiros dias do retorno à administração de Recife, em 1956, intencionou conciliar as ações do Legislativo e do Executivo, empreendendo reunião com os vereadores, a fim de expor seu plano de trabalho para pronta execução. No entanto, ao deparar-se com alguns empecilhos que entravaram o andamento de suas proposituras, recorreu a estratégias populistas como forma de enfrentar desafios como: restrição orçamentária e forte oposição na Câmara Municipal. Este último, verdadeira “pedra no meio do caminho” às suas deliberações, pois dentre os vinte e cinco vereadores eleitos, dezenove lhe faziam oposição, como destaca o

¹ Com a sanção da Lei da Autonomia do Município, projeto apresentado pelo senador pernambucano Barros Carvalho, obteve aprovação do Presidente da República, João Café Filho, pois até então, a ocupação do cargo era por indicação.

próprio Pelópidas Silveira (1985). Além disso, destaca os “conchavos políticos”, desde o período de campanha eleitoral, como mecanismos que desafinavam a sinfonia harmônica de eleger um candidato a prefeito e vereadores que o apoiassem. A escolha do vereador, muito mais por proximidade do eleitor ao candidato devido à concessão de favores – ofertas de emprego, bolsa de estudos – que por apoiar projeto político do futuro prefeito, acabou dificultando ao maestro cidadão a regência da orquestra com arranjos harmônicos.

Mesmo diante destas resistências, Pelópidas Silveira encontra na aproximação com associações de bairro estratégia para obtenção de apoio dos populares. No entanto, numa relação paralela, estas organizações de moradores reivindicam participação na vida política da cidade através de debates, audiências públicas, abaixo-assinados. Fruto do período de redemocratização do país no pós-1945, as associações de bairro tomam como referência os Comitês Democráticos e Populares organizados pelo PCB, onde as primeiras experiências desenvolveram-se, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. As exigências mais pontuais abrangiam o atendimento às necessidades locais como escolas, serviços de saúde, melhoria de transporte e moradia, mas também abrangiam as reivindicações políticas como direito de voto aos analfabetos, transparência nas eleições e liberdade de organização dos trabalhadores em sindicatos. Contudo, com a ilegalidade do PCB, os comitês foram extintos (JACCOUD, 1990).

Os primeiros passos para organização de moradores, em Pernambuco, resultam do empreendimento de dois atores: Prefeitura do Recife e partidos políticos, estes representados pelo PCB e PSB (JACCOUD, 1990, p. 54). O primeiro ator, na figura de Pelópidas Silveira, como já salientamos, encontrou nas associações de moradores interlocução com populares e meio de solidificar suas intencionalidades políticas com apoio destes. Já para o PCB, as associações representavam o lócus para atuação política da população, através de reivindicações, participação em campanhas eleitorais e debate acerca do projeto nacional-reformista. Em 1963, sob a influência deste partido, é criada a Federação das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco (FABEP) e, neste mesmo ano, organizado o I Encontro das Associações de Bairro de Pernambuco. No entanto, não só a estes atores coube a formação desta organização popular. As associações emergem de necessidades concretas e imediatas da população (moradia, transportes, infra-estrutura urbana) como instrumentos de luta em busca de melhoria das suas condições de vida (JACCOUD, 1990, p. 56). É por intermédio destas associações que se dá abertura pública para discussões sobre questões como moradia. E como resultado deste diálogo, bases foram estruturadas para formação de projetos a fim de alcançar diretamente os populares. Mas ainda assim, outros problemas precisavam ser sanados.

O Porto de Recife, a porta e a ponte de intermediação com outras cidades e países, vislumbra também ofertas de empregos ante ao recebimento de mercadorias e escoamento de produtos locais, principalmente cana de açúcar. A transitividade dos navios, cargas e pessoas nos grandes armazéns serviu para atrair aos seus arredores aqueles que almejavam encontrar, nesta localidade, a mesma receptividade dada aos turistas que por aqui passavam.

Contudo, a gentileza da terra não conseguiu abraçar a todos! Então, o aconchego aos novos moradores, nas periferias da cidade, avantajava as moradias paupérrimas. Os mocambos já famosos nas obras de Gilberto Freyre, através de “Sobrados e Mucambos” (2003), saem da literatura e agora alcançam expressividade na urbe. Às questões habitacionais vinculavam-se outros problemas sociais: saneamento básico, saúde, mortalidade infantil que atingem elevados índices. Contrastando, dessa maneira, o cenário elegante do Recife Colonial, com seus casarios da Rua da Aurora; sua arquitetura moderna, estendida nas principais avenidas do Centro. O elevado e desordenado crescimento urbano consequente, sobretudo, do contingente imigratório, reflete também a desestruturação de saneamento básico, acentuada nos períodos de chuva, ante as inundações. Se a falta de saneamento atingia a população mais desprovida economicamente, esta ausência reverbera nos aspectos de saúde.

Enquanto a população apresentava demandas sociais, os que estavam atentos a esses clamores apoderaram-se da oportunidade. Assim, ideais comunistas e socialistas imbricados na política, sob apoio da Frente do Recife, avançam pelo Estado de Pernambuco. Inicialmente, elege Pelópidas a prefeito; depois o posto de governador do Estado passa ao usineiro Cid Sampaio; e por fim, à sucessão de ambos os cargos, assume Miguel Arraes de Alencar.

Devido a articulações partidárias, Cid Sampaio em seu primeiro ano de governo administra sem seu vice, pois o vice-governador, Pelópidas Silveira, ainda prefeito da capital pernambucana, temeu em deixar o cargo nas mãos do político que não era afeito ao seu projeto de mandato. Segundo Pelópidas Silveira (1985), ao participar de banca de concurso em outro Estado e deixar a prefeitura sob a responsabilidade de João Vieira de Menezes, vice-prefeito, este fez dezenas de nomeações a altos cargos, impulsionando a substituição de todo seu secretariado. Então, por não poder acumular, concomitantemente, os cargos de prefeito e vice-governador, entra na Justiça e enquanto o processo tramita Arraes se elege e assume a Prefeitura, na tarde de 15 de dezembro de 1959. Neste mesmo dia, pela manhã, Pelópidas renunciara seu mandato de prefeito para assumir a vice-liderança do Estado.

As alianças políticas concedem sucessivas vitórias à Frente do Recife, a qual despendeu permanente e enérgico trabalho de campanha eleitoral fazendo com que esta coligação partidária não esmorecesse suas ações, derrocando oligarquia política e

aproveitando-se dos novos rumos do desenvolvimentismo. Assim, durante cerimônia de posse do governador Cid Sampaio, panfletos foram distribuídos com o slogan: “Cid no Governo, Arraes na Prefeitura” (BEZERRA, 1979, p.154). As amarras para a desconstrução do poderio conservador, estruturado desde o Estado Novo, estavam alinhavadas e ratificadas a cada nova vitória eleitoral da aliança Frente do Recife.

Escolhido pela Frente como candidato para suceder Pelópidas, o secretário de governo de Cid Sampaio, Miguel Arraes chega à Prefeitura do Recife. De acordo com Silveira (1985), Arraes deu continuidade ao seu trabalho desenvolvido na Prefeitura, conseguindo interferir numa área a qual não encontrara condições de atuar: a educação. Devido à ausência de recursos, pois cabia ao Estado a responsabilidade pela área educacional, e as Prefeituras não dispunham de verbas suficientes para sanar tal problema, por isso, poucas escolas atendiam a tão vasta população, sobretudo das áreas periféricas. Diante disso, as taxas de analfabetismo só tendiam a elevarem-se.

Por isso, percebendo a necessidade e a fertilidade desta área, Miguel Arraes cria um movimento de educação em articulação com a valorização da cultura popular. E conta com expressivo apoio das associações de bairro, resultante da parceria firmada desde a gestão anterior, mas também grupos políticos, intelectuais, estudantes secundaristas e universitários corroboram com esta iniciativa.

Se o cenário político modificava-se, o econômico e social não poderiam ficar isentos. Entraves do progresso sócio-econômico inserem-se nas pautas dos debates de modificação de tal conjuntura. E é numa destas oportunidades de se trazer à tona esta discussão, que o Professor Paulo Maciel, chefe da seção de Economia do Instituto Joaquim Nabuco, discute em conferência, nesta mesma instituição, sobre problemas que agravam o Nordeste propondo algumas soluções. Ressalta ao público ouvinte - alunos da Escola Superior de Guerra, estes acompanhados e sob o comando do general Castelo Branco - acerca dos principais infortúnios que massacram a região: alimentação, níveis de vida e seca. Atrela à questão de estiagem a causa para o êxodo rural e migrações sucessivas, enfatizando a necessidade de contenção do crescimento populacional no Recife, considerando-a “metrópole nordestina” por abarcar grande fluxo migratório. Além disso, salienta as contribuições naturais aos processos de transformação cultural da região e acerca da problemática do ensino em Pernambuco, sugere a priorização de escolas técnicas à Universidade e implantação de escolas profissionais em Municípios do Estado como forma também de “evitar o êxodo para Recife” (O ENSINO no Nordeste..., 1956).

Como forma de conter problemas da região, ligados ao subdesenvolvimento, o professor Maciel considera o investimento, por meio de escolas técnicas, em cidades interioranas. Tal proposta indica tanto o progresso da região, estendendo-o às cidades afastadas da capital, quanto esbarra o fluxo de imigrantes às metrópoles. E a intenção de utilização dos instrumentos naturais como forma de desenvolvimento regional endossou, pelo viés econômico, a implantação, no ano seguinte, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE). Através de parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o CRPE é inaugurado, em novembro de 1957, sob a direção do sociólogo Gilberto Freyre.

O Centro tem a finalidade de promover estudos e pesquisas que conduzam ao conhecimento da cultura e da sociedade brasileira, no seu desenvolvimento em conjunto e em cada região do país, a fim de permitir uma compreensão mais ampla e profunda que for possível dos fatos educacionais em suas relações com a vida social. (INSTALOU-SE o Centro..., 1957).

Na solenidade de abertura do Centro, no Instituto Joaquim Nabuco, compareceram o diretor do CRPE, os governadores de Pernambuco e da Paraíba, o Prefeito de Recife, representantes dos Comandos Militares do Rio Grande Do Norte e o Professor Anísio Teixeira, este, grande articulador da parceria INEP – CRPE (SOUZA, 2013). A instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife com intenção de articular aspectos pedagógicos à realidade social, caracterizando-a ao local, faz com que o Estado de Pernambuco desponte esta discussão a nível nacional.

Se o tema Educação estava em voga com a criação do CRPE, contribuições a nível regional serviram para impulsionar debates em eventos acadêmicos, realizados no ano posterior. No Seminário Regional de Educação de Adultos, em Recife, discutiram-se problemáticas da educação no Nordeste e em Pernambuco. Como produto deste seminário foi elaborado um relatório, apresentado durante o II Congresso de Educação de Adultos, no qual educadores pernambucanos, sensíveis às discussões iniciadas, apresentaram como sugestão à marginalização de educandos, nas periferias recifenses:

Proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, para poder interferir, de fato, no “processo de desenvolvimento” do país. [...] Impedir que o trabalho educativo se faça sobre ou para o homem, do tipo apenas alfabetizador ou de penetração auditiva simplesmente, substituindo-o por aquele outro que se obtém com o homem; evidentemente mais uma vez imperativo de sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é

participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive. (FREIRE, 1958, p. 4).

Esta ideia de articular a prática pedagógica à vivência do educando, favoreceria o que há de mais importante neste processo: envolvimento com problemas cotidianos da região. O que condiz com a pretensão do Centro de promover desenvolvimento da região. Não apenas investimento econômico, com auxílios de agências de fomento como a SUDENE, seria suficiente para o progresso, à educação caberia também esta função.

Para ratificar esta incumbência concedida à educação, sobretudo a adjetivada popular, cinco anos depois da realização do Seminário Regional, Recife acolhe o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. O evento realizado no Teatro Santa Isabel contou com a presença de milhares de pessoas, dentre as quais estavam intelectuais, estudantes, autoridades civis e eclesiais. Presidindo a solenidade de abertura, Miguel Arraes enfatiza, em seu discurso, a relevância de “movimentos de caráter popular, como o da educação, para integrar cada vez mais o povo no processo democrático” (“RUSH” de educação..., 1963). Acrescentando a fala do governador, Roberto Pontual, responsável pela Divisão Extra-Escolar do Ministério da Educação e, na solenidade, representante do Ministro Paulo de Tarso, destaca que “o Encontro representa a convergência de dois fatos: a emergência dos movimentos de cultura popular e a política desenvolvida pelo Ministério da Educação de fazer, no Brasil, a cultura pela libertação” (“RUSH” de educação..., 1963).

De modo que o envolvimento da personalidade política, Miguel Arraes, não se encerra nas áreas de educação e cultura, mas estende-se à luta travada no campo por melhores condições de vida e trabalho. Destaque a atenção dada à situação do trabalhador rural que ascende com fervor em meados da década de 1950; a exploração do camponês com longa jornada de trabalho, não estabelecimento de salário mínimo, inexistência de garantias trabalhistas como férias e 13º salário, além da instabilidade quanto à moradia, pois a perda do trabalho significava também perder a casa cedida pelo proprietário da terra; as transformações iniciadas no setor açucareiro, no que concerne a produção, que provocaram reordenamento das relações trabalhistas com os camponeses, tornando ainda mais precária a sua situação; a instalação de usinas que promoveu a incorporação dos engenhos para fornecimento de cana-de-açúcar. As terras em que viviam os moradores dos engenhos seriam cedidas à formação de canaviais. Assim, os empregados rurais se viram ameaçados, pois dependiam dos engenhos, não apenas como espaço de trabalho, mas moradia e plantações de subsistência.

Diante disso, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, inicia-se uma organização de trabalhadores rurais, no Engenho Galileia. De caráter

cooperativo, sua finalidade seria compor recurso financeiro para auxiliar os próprios trabalhadores em momentos de dificuldades. Conhecida inicialmente como Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), recebe por parte da imprensa a denominação de Ligas Camponesas, remetendo-se à organização de sindicatos rurais, coordenada pelo Partido Comunista Brasileiro, em meados da década de 1940.

Porém, o que deveria ser apenas uma cooperativa agrícola assume proporções avantajadas ante a resistência ao despejo dos trabalhadores. Enquanto os proprietários dos engenhos temiam perder a posse da terra. Assim, as ideias das Ligas, tidas por “subversivas”, propagam-se por diversos Estados brasileiros aludindo ameaça à propriedade privada. Este temor é ratificado quando da desapropriação do Engenho Galileia, pelo governador Cid Sampaio, em favor das 140 famílias que ali residiam.

Às Ligas Camponesas, precursoras no levante pela reforma agrária, é incorporado outro movimento em prol do camponês: os sindicatos rurais. Recebendo apoio tanto da Igreja Católica, quanto do Partido Comunista, a atuação do sindicalismo rural destoa, em relação aos aspectos ideológicos, do movimento de resistência dos trabalhadores de Galileia. Enquanto as Ligas Camponesas interessavam-se na luta pela posse da terra, a organização sindical preocupava-se com a garantia dos direitos e condições de trabalho. Mesmo estas ações tendo em comum a defesa do homem do campo, as questões ideológicas dos grupos que as compunham fomentam conflitos e divergências. As disputas acontecem não só pela causa “homem do campo”, mas também pelos aspectos identitários de cada grupo. De um lado comunistas mais radicais que defendem as Ligas e a luta pela expropriação da terra. De outro, a Igreja conciliando interesses privados com direitos do trabalhador rural. Os conflitos entre Igreja e PCB, não impede que ambos defendam, distintamente, o sindicalismo rural.

Contrária às ideias bolcheviques, interpretadas como perversas, revoltosas e associadas a estados totalitários, a Igreja Católica endurece sua posição até mesmo com os cristãos que porventura se mostrassem favoráveis ao regime materialista. No entanto, a renovação, quanto ao engajamento em questões sociais, é dada pelo Papa João XXIII.

Mas, a defesa da fé é bandeira também dos protestantes. Devido ao distanciamento de atender às questões sociais, a Igreja Protestante recebe críticas durante a Conferência do Nordeste, em 1962. Evento de ordem evangélica que ocorreu no Colégio Agnes, em Recife, com objetivo de discutir problemas sociais, a nível nacional, e definir outro posicionamento da Igreja na sociedade. Assim, no percurso à organização deste encontro, líderes evangélicos – ligados às Igrejas Metodistas, Presbiterianas e Batista – reuniram-se com o diretor da SUDENE, Celso Furtado, a fim de convidar e inteirá-lo dos objetivos deste evento. Os quais

seriam: conhecer experiências no interior de Pernambuco, reunir líderes governamentais e outros ligados às questões de reforma agrária, como Francisco Julião e Celso Furtado para conhecer seus “pontos de vista” e encontrar a melhor maneira de colocá-los em prática (LÍDERES evangélicos..., 1962). Tal ação da Igreja Protestante demonstra o interesse da Conferência em preocupar-se com problemas sociais e coibir o avanço da ideologia comunista, realizando para tanto estudos temáticos, meses antes da realização da Conferência do Nordeste, para discutir sobre a responsabilidade da Igreja frente à realidade brasileira. Dentre os temas abordados estavam: “Orientação e educação dos evangélicos para participação na vida política; Igreja Evangélica em face da ação social e política Igreja Romana; A Igreja em face do Comunismo campos da ação social da Igreja; A Igreja e o proletariado industrial; e Igreja e os problemas das zonas rurais” (EVANGÉLICOS estudam..., 1962).

Contudo, embora a Igreja Evangélica pareça desperta às causas sociais, recebe críticas por seu interesse não condizer com suas ações. Logo no prefácio do relatório do evento, que tem por título “A Conferência do Nordeste: Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, o Presidente Supremo do Concílio da Igreja Presbiteriana, Amantino Adorno Vassão (1962), admoesta os representantes da instituição por terem pretensões de participar da vida nacional, porém suas ações demonstram-se desinteressadas para solucionar problemas mais complexos como reforma agrária e movimento sindical. Os debates discorridos neste evento serviriam, justamente, para quando da eclosão do Golpe Militar no Brasil delinear os novos direcionamentos ao programa de alfabetização de adultos, com a Cruzada Ação Básica Cristã, organizada por missionários americanos em parceria com Aliança para o Progresso (PAIVA, 2003).

Enquanto as Igrejas, Católica e Evangélica, assumem postura de se precaver às ações dos comunistas, agitações grevistas, como as dos bancários e camponeses reforçam o clima de efervescência nas mobilizações; trabalhadores rurais marcham pelas ruas da cidade de Jaboatão do Guararapes, município circunvizinho a Recife, reivindicando pagamento do 13º salário. Tal reivindicação propaga-se por outras cidades (ALASTRA-SE greve..., 1963). Outro tipo de revolução, segundo o jornal Última Hora, instala-se no Nordeste com a presença da SUDENE simbolizando uma “revolução pacífica”, tendo em vista a perspectiva de progresso revelada pela agência do Governo Federal (NOVO Nordeste..., 1963).

À medida que acontecem ações para retrocedo no quantitativo de analfabetos, agitações trabalhistas no campo e na cidade, propostas políticas de desenvolvimento econômico, e atividades culturais também ganham espaço neste ensejo: o Teatro do Estudante

de Pernambuco (TEP) e o Teatro Popular do Nordeste (TPN) evidenciavam a democratização das artes cênicas com temas relacionados à realidade do povo, e O Gráfico Amador, espécie de editora, fundado em 1954, objetivava publicar poesias e textos literários de artistas locais em pequenas tiragens.

2.1 Emersão de projeto educacional apoiado na cultura popular

“*O voto é do povo*” (GODOY; COELHO, 1962). Esta frase introduz a primeira lição do material didático do Movimento de Cultura Popular: o Livro de Leitura Para Adultos, também reconhecido como cartilha do MCP. Se por um lado a lição expressa pobreza vocabular e fonética, ao apresentar palavras com repetição de vogais e fonemas (povo e voto), revela, por outro, o sentido político e a relevância social dada à educação neste período: incumbência de promover mudanças através do voto dos populares e problematização de questões sociais. O rompimento da perspectiva pedagógica com as tradicionais campanhas de alfabetização, como Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), tece elogios à cartilha do MCP. Anísio Teixeira, presidente do INEP, enuncia no jornal carioca *O Metropolitano* datado de 17 de junho de 1962 (apud BEISIEGEL, 1992, p. 125): “Até hoje, as cartilhas usadas eram imperfeitas, para não dizer infantis. ‘Vovô viu a uva’, etc. Tentavam transplantar os métodos empregados na alfabetização das crianças para a alfabetização dos adultos”.

O MCP, por intermédio de alguns membros do setor educacional, decide abandonar aportes didáticos como os fornecidos pelo INEP, milhares de cartilhas, do professor Lourenço Filho, “Upa, Upa, Cavalinho” (CINCO mil cartilhas..., 1960), e elaborar seu próprio material, após pesquisa dos vocábulos recorrentes no cotidiano dos recifenses. Servindo de inspiração a outros movimentos educacionais populares na composição de instrumento pedagógico, a cartilha do MCP simboliza, tanto a submissão ao populismo, ao propor formação de quadro eleitoreiro, quanto a concatenação de movimentos sociais que alçaram a bandeira da valorização da cultura e educação popular. A filiação destes movimentos a esta perspectiva pedagógica, agregadora de características culturais e problematizações da realidade ao processo de alfabetização, rendeu repressões durante a imposição do regime ditatorial de 1964, mas também célebre reconhecimento a este período da história da educação brasileira.

O despontar destas ações vinculadas às ideias progressistas convergem para constituição de outro sentido à educação popular. O significado de ação compensatória cede lugar ao de atividade educativa que contribui para problematizar a realidade intencionando

mudá-la. Luiz Eduardo W. Wanderley (2010, p. 21) compreende o termo educação popular a partir de três concepções: integração, nacional-populista e libertação. Na primeira, evidencia-se o aspecto democrático de propagar educação para todos, mas com objetivo de popularizar a educação oficial, isto é, atrelada a interesses hegemônicos e distantes dos populares. Na seguinte, a ideologia nacional-desenvolvimentista caracterizada pela mobilização das classes populares a ambições governamentais ou partidárias, solicitantes do apoio e participação popular para consolidação da industrialização. Por fim, este autor compreende as experiências, que evidenciaram a cultura do povo, envolvimento da realidade cotidiana, bem como sua intervenção, através de elementos para realização de mudanças sociais.

É sob esta ideia de transformação social que diversas ações de alfabetização de jovens e adultos caracterizaram-se atrelando participação política e cultura popular ao projeto político-social do momento. Rodrigues (1999, p. 21) pontua: “O que distinguiria, a educação popular das outras variedades de educação seria a sua proposta e práxis direcionadas para a efetiva transformação do homem, da sociedade e do Estado”. Sua ação transformadora se propõe a ressignificar a educação política, social e pedagogicamente, conforme Brandão (2006). Diante de tal compreensão, as práticas dos movimentos de educação popular são permeadas e orientadas a promoção de mudanças, sobretudo na área social. A exemplo disto, o MEB apresenta, na quinta lição de cartilha “Viver é Lutar” (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963), a inquirição: “Por que não tem escola para todos?”.

Zé é menino e já trabalha.
Trabalha porque precisa.
É menino e não estuda.
Não tem escola para o Zé.
Todo mundo precisa estudar.
O povo precisa de escola.
Por que não tem escola para o Zé?
Por que não tem escola para todos?

A finalidade da lição não é apenas dimensionar o universo dos códigos escritos, mas discorrer sobre um problema social. Problema que afetou diretamente aos privados da educação formal, dos bens culturais e econômicos. As atividades educacionais populares, também interpretadas como instrumento de disseminação de projeto político ou intelectualista, passaram a ser encaradas como meio de transformação social. Dessa forma, experiências da cultura popular imbricadas à vivência do alfabetizando somaram-se a tal intencionalidade: bem mais que atender a demanda de quadro eleitoreiro, mas também modificar a esfera social, por intermédio da percepção de que esta realidade é passível de transformação. A partir do momento que os indivíduos percebem-se agentes ativos na

sociedade, conscientes do seu papel no exercício da cidadania, esta poderia ser modificada. Foi esta a ideia apresentada pela equipe de Pernambuco, em julho de 1958, no II Congresso de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro. No relatório apresentado, neste evento, desvela-se influência do pensamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1956, contemporâneo ao projeto nacional-desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, o ISEB impulsionou a expansão de estudos e ações com a pretensão de conter os altos índices de analfabetismo. Um trecho da proposição do relatório da equipe pernambucana, apresentado por Paulo Freire, enuncia-se a seguir:

É tempo de [...] considerar a indispensabilidade da consciência de processo desenvolvimento por parte do povo, a emersão desse povo na vida pública nacional como interferente em todo o trabalho de elaboração, participação e decisão [...] como convém à estrutura o funcionamento de uma democracia. (FREIRE, 1958, p. 4).

Originada pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), esta compreensão de conscientizar para construção de outra esfera social, à medida que envolvesse o povo, foi depois incorporada aos movimentos de educação popular. Para estes intelectuais o projeto desenvolvimentista da nação dependeria da educação do povo. Por isso, a relevância dada ao termo conscientização,² imbricada à mudança da realidade (WANDERLEY, 2010, p. 37).

E é a partir da ambiência de transformações políticas, refletidas na expectativa de desenvolvimento econômico e social, que a área educacional é vista como campo fértil para instauração do cenário social, partindo da via política, ou seja, das urnas. Miguel Arraes, logo no início de sua administração, na Prefeitura de Recife, funda o Movimento de Cultura Popular, em 13 de maio de 1960. Mas só em setembro de 1961 é oficializado enquanto sociedade civil por intermédio de lavratura em cartório. No entanto, as atividades que gestaram a criação deste movimento delinear-se alguns anos antes.

A interlocução com a população, resultante das bases firmadas por Pelópidas, proporcionou a Miguel Arraes implantar ação com apoio dos populares. Favorecendo, dessa forma, avultoso estabelecimento de escolas, principalmente, nas periferias, logo nos primeiros meses de seu governo. Aluizio Falcão, diretor da Divisão de Documentos e Divulgação do MCP, apresenta relatório ao prefeito, após pesquisa realizada no bairro de Casa Amarela, sobre demandas na área educacional daquela localidade. Acrescentou, neste documento, relação dos materiais necessários – bancas, quadros-negros, filtros - para fazer funcionar as

² A Paulo Freire credita-se a autoria do termo, devido à centralidade em sua teoria, mas este mesmo, em seu livro *Conscientização* (2001, p. 29), atribui aos professores do ISEB a origem conceitual do vocábulo .

cem salas cedidas à Prefeitura por associações de moradores. O pagamento das professoras seria através de recursos de parceira com indústrias e comércios locais (167 PROFESSORAS e 2.524 bancas..., 1960). Mas, não apenas populares e industriais contribuíram com o movimento, grupos políticos e de intelectuais também.

A partir do ensejo da ambiência desenvolvimentista, o campo cultural também encontra espaço para difundir-se. O teatro, cinema, música, literatura retornam ao enaltecimento do nacionalismo, num recuo romântico, mas ao estilo modernista, veiculando denúncias das mazelas sociais. Percebendo a importância, de dar atenção ao educacional e evidências da valorização do cultural, Miguel Arraes funde ambos num único movimento com objetivos de:

- 1) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2) Atender ao objetivo fundamental da educação que é desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3) Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho. (ROSAS, 1986).

Desde seus objetivos, o movimento já apresenta os traços da heterogeneidade dos grupos que o compõe. Ao grupo de jovens que desenvolviam atividades artísticas coube a responsabilidade da cultura popular. Ao outro, experiente e já envolto em pesquisas e discussões acadêmicas acerca da educação, incumbiu-se a parte educacional. Sob a direção deste setor ficaram educadores católicos, por isso, desde a minuta do projeto não se deixou de lado a abertura para o ensino religioso, ainda que facultativo.

Neste movimento ressalta-se a heterogeneidade como fator que favoreceu, a priori, a diversidade de atividades e conciliação de interesses distintos. O caráter agregador do MCP conseguiu unir indivíduos com concepções políticas e religiosas diferentes, o que José Teles (2012, p.124), ao referir-se a estas diversas concepções, destaca: “num estado notório pelo cabo-de-guerra ideológico entre esquerda e direita, o MCP começava subversivo, já que agregava forças excepcionalmente heterogêneas”.

Inserido no MCP, na área educacional, na Divisão de Pesquisa, estava Paulo Freire, introduzindo aspectos regionais no processo de aprendizagem. Além disso, este travara contato com outros intelectuais como Paulo Rosas e Anita Paes Barreto desde o período que iniciou seu trabalho com educação de adultos no Serviço Social da Indústria (SESI). Também tivera experiência como docente na Escola de Belas Artes, da Universidade do Recife. Instituição, ainda que com traços elitistas e conservadores, buscava modernizar-se através de

ampliação estrutural e adequação ao momento histórico vivenciado: desenvolvimentismo e mudanças, sobretudo, na área social.

Outros integrantes do MCP, estes da ala cultural, como o artista plástico Abelardo da Hora, já envolvido em atividades artísticas e políticas, fundaram o Atelier Coletivo, em 1950, com objetivo de ser uma “Oficina-Escola” ao expandir e solidificar as ações culturais que já aconteciam na Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR - iniciada, em 1948, com intuito de democratizar o ensino de artes, bem como, estruturar numa categoria profissional criadores de arte). Desse modo, artistas independentes se reúnem para ofertar cursos de artes plásticas gratuitamente à população (HORA, 1986). Nas atividades desenvolvidas no Atelier, o povo e as manifestações da cultura popular eram os principais temas desenvolvidos. A produção artística de Abelardo da Hora veiculadora de problematizações do social, também é ensinada aos seus discípulos. Durante exposição de gravuras sobre o tema “Meninos do Recife”, este artista transmite como aponta o periódico Última Hora: “uma mensagem social, numa implicação de tema e forma, uma correlação estreita entre sentimento da temática e sua extroversão formal. Dentro do que poderia chamar uma irradiação da arte ligada diretamente ao social” (OS MENINOS do Recife, 1963).

Então com a finalidade de expandir estas atividades e dar maior visibilidade ao projeto social imbricado, um grupo de artistas encaminha solicitação de desapropriação de um espaço, Sítio da Trindade, ao prefeito Pelópidas Silveira para fundação de um local que serviria de incentivo ao desenvolvimento da cultura popular. Formação de uma universidade popular. Abelardo da Hora (2010) salienta o objetivo de fundar uma instituição a fim de expandir a arte popularmente. “Eu já tinha começado a botar coisa na minha cabeça. Eu queria fazer uma espécie de universidade popular de arte. Aí chamei Geraldo Menucci para ensinar música [...] Depois chamei Luiz Mendonça [...] Então já estava o que: artes plásticas, música e teatro”. Imbuídos da euforia da valorização da cultura popular, estes jovens artistas, também militantes políticos, enxergam na arte do povo meio de promover revolução social através de críticas às problemáticas sociais e contrapondo-se ao estigma desqualificante desta como “arte inferior”.

Assim, a pretensão de constituir um projeto de expansão da cultura popular encontra abrigo também no ensejo de intelectuais que retomam a iniciativa de constituição de uma identidade nacional, que de acordo com Albuquerque Júnior (2011) seria regional, ao resgatarem um propósito modernista e projeto político que vislumbra no campo artístico um amplo espaço de difusão de “ideologias”. As artes – música, teatro, cinema, escultura, pintura etc. – ganham nova expressividade ao imbricarem o viés político, ou seja, aquisição de

posicionamento crítico que polemiza aspectos sociais como exploração do trabalhador, miséria e injustiça social. Esta elevação da cultura popular parece um ressurgimento do interesse dos intelectuais europeus em evidenciar a cultura do povo, enquanto símbolo nacionalista (BURKE, 2010).

A iniciativa de Arraes, de intervir em uma área a qual a prefeitura não agia, favoreceu para que o governador do Estado, Cid Sampaio, também criasse a Fundação de Promoção Social. A proposta eleitoral apoiada pela Frente do Recife, com a participação do Partido Comunista se consuma. Cid Sampaio é eleito ao Governo do Estado e Miguel Arraes à Prefeitura da capital. Contudo, divergências partidárias e interesses políticos entre estes governantes promovem distanciamento daqueles que um dia foram parceiros de campanha eleitoral. E nos projetos de ação social, elaborado por ambos, travam-se as disputas.

Enquanto o MCP avança como “alternativa verdadeiramente popular” na promoção da educação e cultura, a Fundação, “como resposta conservadora à criação do MCP, e com intuito de esvaziá-lo” através de cursos profissionalizantes voltados para o setor comercial e industrial. (BRAYNER, 1987, p. 211).

E enquanto a Prefeitura e Governo do Estado se indispunham sutilmente, a partir de ações ao povo, outro projeto de educação popular se desenrola. O Movimento de Educação Base criado na parceria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o Governo Federal, em 1961, elabora seus objetivos para além da contribuição com a formação do homem e auxílio à melhoria de vida e progresso do país. Desse modo, percebe-se que ações com propósito de tornar a prática educativa enquanto atividade política, ao intencionar intervir na sociedade, como MCP e MEB, foram alocadas num grande movimento em prol da educação popular.

Nesta ótica, todos os movimentos, sob mesmo objetivo de promover ação transformadora e com finalidade libertadora, estariam agrupados. A partir da bandeira da educação popular, enquanto promotora de transformação social, abarcou-se sob um mesmo patamar as diferentes ações mobilizatórias. De acordo com esta concepção, é que Beisiegel (1992), Cunha e Góes (1980), Góes (1985), Paiva (2003) dentre outros autores, compreendem a efervescência destas práticas de alfabetização de adultos como inserida num expressivo movimento de cultura popular. Assim, a multiplicidade de ações envoltas em práticas de alfabetização e imbricadas às culturais foi incorporada aos Movimentos de Educação Popular.

José Francisco de Melo Neto, em seu artigo “O que é popular?”, compreende esta expressão como “ampliação das forças possíveis de mudança” e explicita cinco elementos

caracterizantes do termo *popular* quando relacionado a movimentos sociais. Quanto à sua origem, referente ao povo. Acerca do aspecto político e metodológico: promoção da hegemonia e exercício da cidadania crítica. Em relação ao dimensionamento ético: princípios de solidariedade. E por fim, elemento utópico: busca incessante de alternativas de vida e fidelidade. A partir da configuração destes elementos, os quais também estão relacionados aos movimentos sociais, compreende-se o povo enquanto categoria social que assume papel reivindicatório ou de resistência, caracterizando-se homogeneamente como classe popular.

Embora tenham surgido num contexto exigente por direitos civis e trabalhistas, organizações sindicais e de moradores, preocupações quanto à disseminação de ideologias revolucionárias, é no bojo destas agitações que surge a necessidade de delineamento de um projeto educacional popular, a fim de promover mudança na realidade social. Para isto, o lema de combate ao analfabetismo, valorizando aspectos culturais populares, parece ser elemento comum entre estas empreitadas. Pois é possível, nesta abertura, acrescentar interpretação das relações político-culturais entre ideais, atores, instituições, bem como os sentidos às práticas permeadas por subjetividades. Sobre a constituição destas relações, Fávero (2001) considera a cultura e educação popular os elementos fundantes da luta popular que congregou diversas ações num extenso movimento social.

Dentre as formas de luta popular que surgiram naqueles anos (referindo-se aos anos de 1960), ou que neles conseguiram se fortalecer, uma delas se chamou cultura popular; e ela subordinava outra: a educação popular. Nesse campo, tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e politização – ou seja, da organização das classes populares. (FÁVERO, 2001, p. 9).

Tal compreensão reforça a ideia de que aspectos populares, relacionados à cultura e educação, ocasionaram o avultar da configuração destas ações impulsionadas pelo intuito de constituição de um novo cenário social. Inseridos neste contexto de transformação política e econômica, a cultura e educação foram encarados como instrumentos para complementação deste objetivo.

Caracterizados pela valorização da cultura e educação popular, Scocuglia (2000) afirma que tais fatores concederam aos movimentos distinção das tradicionais campanhas de alfabetização em massa, ao propor elevação do nível de conscientização, e mesmo estando sob chancela do Estado, no que concerne apoio financeiro, “esses movimentos transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, aprofundando suas raízes [...] pela priorização da educação como cultura e da cultura como manifestação artístico-intelectual” (SCOCUGLIA, 2000, p. 51).

2.2 MCP: um projeto para a capital do Estado

Marcado como ação popular de intervenção nas periferias recifenses, o Movimento de Cultura Popular fundiu numa prática educativa, focalizada, sobretudo, na alfabetização de crianças e adultos, atividades artísticas. Estas envolvendo teatro, dança, música, construção de espaços coletivos como praças e bibliotecas com finalidade principal de elevar o nível educacional e cultural da população. Sob tais perspectivas o Movimento de Cultura Popular é assim denominado por inspiração ao movimento francês *Peuple et Culture* (Povo e Cultura). Criado pelo sociólogo Joffre Dumazedier, na França, em 1943, o *Peuple et Culture* propôs atividades caracterizadas pelo desenvolvimento de ações culturais voltadas para o lazer, considerado importante manifestação cultural. Germano Coelho, em viagem para estudos acadêmicos, conhecera o movimento francês em Paris e tivera “contato com uma nova visão de sociedade, educação e cristianismo” (ROSAS, 1986, p. 22).

Então Miguel Arraes ao assumir a Prefeitura do Recife, já ciente da formatação de planos culturais de jovens comunistas e envolvimento de católicos na área educacional, convida-os para apoiar e participar do Movimento de Cultura Popular. Com pretensão de governar sob tendência popular, acessível a toda comunidade, lança este movimento como proposta alternativa de intervenção à dura realidade econômica e social. Paulo Rosas (1986), descrevendo as ações do movimento afirma que até aquele momento, os governantes buscaram tradicionais soluções inócuas para problemáticas como doenças, fome, analfabetismo e crescimento de moradias paupérrimas. O povo aderiu ao MCP, cedendo associações de bairro, que foram transformadas em sala de aula para expansão de projeto educativo.

Como vimos, esta via de interlocução com populares, através de associações de bairro, já se estabelecera desde a administração de Pelópidas Silveira. Seu sucessor, sob tal aporte, implanta as atividades do MCP. Além da cooperação de associações de moradores, havia também “‘força de trabalho’ em disponibilidade” (ROSAS, 1986, p. 22). A presença intelectual emergente nos centros universitários e grupos eclesiais afeitos às influências da filosofia social cristã, proliferante na Europa, unem-se nesta “força de trabalho” que compunha o quadro profissional do MCP. Alguns enquanto voluntários; outros recebendo simbólica gratificação ao desempenho das atividades. Estruturado de forma a abranger diversas áreas, o movimento contou com ampla rede de colaboração. Dirigentes e educadores, estes na condição de professores, monitores ou animadores grupais, divulgavam as benesses

do MCP, logo no primeiro ano de sua fundação, como o cordel de João José da Silva (1978):
A voz do alfabetismo.

Com duzentas e uma escolas
em nenhuma tem cafurnas
suas turmas se dividem
umas nas partes diurnas
já outras nas vespertinas
e as outras nas noturnas.
Já tem 19 mil
seiscentos e quarenta e seis
alunos de tôda idade
as turmas pôr sua vez
zelam por seus interesses
com a maior polidez.

Contando com serviços administrativos, executivos, consultivos e deliberativos, o MCP, em Recife, estruturou-se formalmente em três departamentos: Documentação e Informação, Difusão da Cultura e Formação da Cultura. Este último, responsável pela expressiva área pedagógica, subdividida em dez Divisões: Pesquisa; Ensino; Artes Plásticas e Artesanato; Música, Dança e Canto; Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa; Teatro; Cultura Brasileira; Bem Estar Coletivo; Saúde; e por fim, Esportes (ROSAS, 1986).

Apesar de todo este aparato organizacional, o movimento contou com a colaboração de instituições como a Universidade do Recife, por meio da Rádio Universitária. O Reitor da Universidade do Recife, João Alfredo, afirma seu propósito de contribuir com o MCP disponibilizando a emissora para divulgação da cultura às populações mais pobres. Esta filiação às ações do movimento manifesta a concordância, do representante da instituição acadêmica, a um novo modelo de Universidade: achegada ao povo e atenta às necessidades da comunidade (UNIVERSIDADE vai colaborar..., 1960).

Letícia Rameh Barbosa (2009), em seu livro *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*, comenta acerca de toda ambiência propícia para instalação do MCP, especialmente, a partir do apoio e interesse dos estudantes da época, os quais realizavam atividades desde pesquisa para implantação de ação até execução destas.

Para os estudantes estagiários, não importava que fosse sábado, domingo ou feriado, eles realizavam as pesquisas. [...] O povo e os intelectuais da classe média estavam abertos à participação para contribuir com o MCP, assim como os centros, associações culturais e instituições sociais. (BARBOSA, 2009, p. 92).

O papel desempenhado por estes estudantes fortaleceu as vigas do movimento, estruturadas na capital pernambucana. Por isso, a agregação dos jovens a esta mobilização

fora tão conclamada. Sílvio Correia, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, convoca através de nota, no periódico *Jornal do Commercio*, 600 universitários para participar de assembleia na Faculdade de Filosofia do Recife, a fim de auxiliar no empreendimento de alfabetizar mais de cem mil adultos. Embora os 600 conclamados não tenham comparecido, 420 universitários estiveram presentes firmando o compromisso de contribuição ao movimento (MAIS de 400 universitários..., 1960).

Tendo a disposição tais elementos para seu funcionamento - recursos humanos e condições para instalação de classes de aula - o Movimento de Cultura Popular nos primeiros seis meses de execução conseguiu implantar 54 escolas municipais refletidas em 4.500 matrículas de crianças, além das de alfabetização de adultos, objetivando a instalação de mais duzentas, no ano seguinte (PREFEITURA instalará..., 1960). Às atividades educativas foram vinculadas outras ações do MCP, como serviço de assistência médica, prestado pela Divisão Médica do Departamento de Bem-Estar Público. Ao diretor desta Divisão, o médico Amaury Costa Pinto, incumbiu-se assistência dentária a todas as crianças matriculadas nas escolas do movimento (VINTE escolas..., 1960).

Em pouco tempo, nos bairros da periferia de Recife, havia dezenas de escolas municipais construídas de forma elementar, mas que concretizavam seu objetivo maior, combater o analfabetismo. Até o que poderia servir como instrumento de crítica, devido à formação de classes improvisadas e sem estrutura formal do ambiente escolar, para o prefeito Miguel Arraes, foi um meio de difundir suas ações. Durante pronunciamento no lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar Soares Dutra, onde estavam presentes diversas autoridades eclesiais e da Marinha, o chefe do executivo municipal expressa:

Antigamente pensava-se em enfrentar a luta contra o analfabetismo construindo prédios suntuosos, altamente dispendiosos para os cofres públicos, mas de pouco rendimento para a população. Em nosso plano de trabalho adotamos o sistema de atender à comunidade e não a grupos privilegiados. Este o motivo de termos encontrado a maior receptividade não apenas na população recifense. (DEBILIDADE do Brasil...,1962).

Portanto, percebe-se que as ações do MCP conseguem demarcar a gestão de Miguel Arraes, na Prefeitura do Recife, enquanto administração democrática sob colaboração da Frente do Recife, populares e grupos sociais. “O nome de Arraes passou a ser reconhecido em todo o estado e a se firmar entre os setores populares e a esquerda pernambucana” (JACCOUD, 1990).

2.3 SEC: Uma Universidade para sociedade brasileira

Uma Nação ansiosa por mudanças político-sócio-econômicas. Um governante com proposta reformista. Uma sociedade com jovens estudantes reclamantes por novo delinear no campo educacional. Uma Universidade tentando adequar-se a esta conjuntura. Estes foram os ingredientes que unidos fizeram do Serviço de Extensão Cultural uma fórmula de sucesso a nível internacional, através do método alfabetizador de Paulo Freire. No entanto, esta ação extensionista da Universidade do Recife, não pretendia apenas intervir na área pedagógica com ação exitosa, mas adequar a instituição acadêmica “a realidade brasileira” (ATAS... apud SANTOS, 2010, p. 61). Realidade esta pautada num projeto desenvolvimentista-nacional, propostas reformistas e eclosões de mobilizações populares. Por isso, o reitor João Alfredo, planeja a fundação de uma ação extensionista, ou melhor, um serviço propício a intervir na sociedade. A apatia acadêmica aos problemas sociais, estes discutidos apenas nas redomas da intelectualidade, revela o desinteresse de envolvimento em atividades que pudessem aproximá-la de uma realidade de miséria e descaso, imperante à pluralidade da população brasileira.

Mas, este perfil alheio às demandas sociais é veemente criticado por estudantes universitários durante o I Seminário de Reforma Universitária. Em maio de 1961, na Bahia, realiza-se este evento sob organização da União Nacional dos Estudantes (UNE). E como fruto das discussões é elaborado a “Declaração da Bahia”. Nesta traçam-se diretrizes acerca do papel da Universidade na sociedade com diversas críticas à sua inércia em relação aos problemas sociais, tecendo reclamações acerca da democracia nacional apoiando, dessa forma, o voto dos analfabetos e a reforma agrária. A preocupação quanto a questões como voto, analfabetismo, reforma agrária mais uma vez volta à tona. Agora, inserindo-se nos debates acadêmicos.

Tratando de diversos assuntos que versam desde política e economia nacional à área educacional, a Declaração pontua algumas reivindicações acerca deste último assunto: Educação. Assim, apresenta algumas reivindicações.

- 1- Rejeição total do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente em tramitação no Senado.
- 2 – Aumento das verbas destinadas à educação.
- 3- Necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação diferente do atual projeto [...].
- 4- Erradicação do analfabetismo.
- 5- Formação da consciência política do povo brasileiro (DECLARAÇÃO da Bahia, 1961, p. 15).

O projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tramitando por mais de uma década a espera de aprovação, é refutado por incorporar elementos que não incluíam mudanças reclamadas e necessárias à sociedade.

Logo após este seminário, alastram-se, por vários estados brasileiros, greves estudantis com solicitações de reformas nas instituições acadêmicas. A Universidade do Recife não se isentou de tal ofensiva dos universitários. Ocupada por estudantes, a greve na Faculdade de Direito do Recife (FDR) tem tamanha relevância ao passo de deslocar tropas do IV Exército para ocupar os prédios da universidade. Mas, o impasse entre os estudantes e a direção da Faculdade, professor Soriano Neto, cessa com intervenção da Reitoria da Universidade do Recife. Após reunião do conselho universitário, em caráter de urgência, para tratar da greve estudantil decide-se por formar uma comissão que elaboraria um plano reformista. Assim, na ata do conselho universitário demonstra-se a preocupação da UR quanto à repercussão da paralisação estudantil.

O presidente da reunião [o Reitor João Alfredo] comunica que, tomando conhecimento da deflagração da greve e posterior ocupação da Faculdade de Direito, pelos estudantes desta Escola, impedindo o acesso de docentes e funcionários, viajou no dia 04 (quatro) de junho ao Rio de Janeiro para dar conhecimento do fato ao Exmo. Ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinoco. (ATAS... apud SANTOS, 2010, p. 60).

A preocupação com a greve leva o diretor da FDR, José Soriano de Souza Neto, a encaminhar o caso ao conhecimento do presidente Jânio Quadros, alegando a lei de Segurança Nacional. O Ministério da Justiça intervém e atendendo a este apelo o Comando do IV Exército posiciona dois carros de combate em frente ao prédio da Faculdade de Direito ocupando a localidade. No entanto, insatisfeitos e não se dando por vencidos, a Escola de Engenharia é ocupada pelos estudantes. As reivindicações e insatisfações estudantis impõem à Reitoria um temor de estas alcançarem níveis não desejáveis: atingir outras Escolas da UR e coadunar-se com outros movimentos reivindicatórios existentes no Estado. As ações grevistas familiarizadas com a classe trabalhadora parecem encontrar um novo público: estudantes universitários.

Diante das práticas insurgentes fez-se necessário um posicionamento da Reitoria. No entanto, a postura adotada pelo Reitor João Alfredo destoa-se daquela adotada pelo diretor da Faculdade de Direito. O regente-mor da Universidade não reage tão duramente à mobilização estudantil. Assim, o professor José Soriano é afastado da direção da FDR, os grevistas são anistiados e o Reitor expressa o compromisso público com a reforma da UR (VERAS, 2010).

A destituição do professor José Soriano, do cargo de Diretor da Faculdade de Direito, deu-se por sugestão do Ministro da Educação, ao Presidente da República, João Goulart, baseada na opinião da Congregação. Dos 22 membros, 15 julgaram-se contrários ao retorno do professor ao cargo. No entanto, a decisão do chefe do executivo nacional foi tida como precipitada e a postura do reitor João Alfredo, omissa pelo professor Antônio Figueira, Diretor da Faculdade de Medicina. O reitor defende-se afirmando que a demissão do professor Soriano foi fruto desgastante de crises na FDR, desde junho de 1961.

Os procedimentos adotados por João Alfredo, após a greve estudantil, enunciam a concordância com o plano político petebista. Assim, o Reitor decide apoiar a reforma universitária na UR expressando sua relação com ideais progressistas, como aqueles que se filiavam às reformas de base. Uma comissão – composta por docentes e discentes - para formulação da Reforma Universitária é convocada por intermédio do conselho universitário e o Reitor exprime o desejo da instituição acadêmica de “proceder estudos que possibilitem uma maior *adequabilidade*³ da UR às novas condições do País” (ATA... apud SANTOS, 2010, p. 61), efetivando, desse modo, seu favoritismo à elaboração da Reforma, isto é, um projeto de reestruturação universitária. Participando desta comissão, além de grupos com concepções distintas - professores e estudantes -, estavam presentes pessoas com ideologias díspares. Uns conservadores; outros progressistas. Sensível a esta última estava Paulo Freire participando da comissão para elaboração de plano de reordenamento da entidade acadêmica. Então, meses depois de formada esta comissão, Freire estaria à frente do Serviço de Extensão Cultural e a Universidade do Recife iniciando uma ação extensionista inovadora frente às demais.

A experiência com pesquisa na área da educação, iniciada já no Movimento de Cultura Popular, somada às contribuições dadas enquanto professor substituto da Universidade do Recife na Escola de Belas Artes, lança Paulo Freire à direção do SEC, em 1962. Mas, o convite do Reitor João Alfredo ao professor Freire conta também com o percurso daquele à Reitoria.

Na manhã do sábado de 20 de junho de 1959, o conselho universitário da UR reúne seus 23 membros, sob a presidência do professor João Alfredo, vice-reitor em exercício, e secretariado pelo Doutor Nildo Carneiro Leão, também secretário-geral da Universidade, para tratar de assuntos atípicos. Na pauta desta reunião: escolha dos nomes que comporiam a lista tríplice para preenchimento da vaga de reitor. Vazia após a morte de Joaquim Amazonas,

³ Grifo nosso.

primeiro reitor da UR. Ao término do trabalho eleitoral, três nomes de docentes foram indicados ao presidente da República: Antônio Figueira, Soriano Neto e João Alfredo.

Três votações foram realizadas para decidir o lugar na lista. Na primeira, Antonio Figueira teve 12 votos. João Alfredo, 11. Para a disputa de composição do segundo lugar: Soriano Neto, 10 votos; Evaldo Coutinho, 7; João Alfredo, 4; e Newton Maia, 2. No momento da escolha do terceiro nome Newton Maia desiste de concorrer ao cargo de reitor e indica o nome do professor João Alfredo, justificando a sugestão deste “pelos trabalhos já prestados à Universidade” (ANTÔNIO Figueira..., 1959). Dessa forma, com renúncia e anuência do professor Newton Maia, o terceiro pleito se finda assim: João Alfredo, 12 votos; Arnaldo Barbalho, 8; Heitor de Andrade Lima, 2; e por fim, Evaldo Coutinho, apenas 1 voto.

Com indicação de primeiro nome da lista, ao professor Antonio Figueira, catedrático da Faculdade de Medicina e também diretor reeleito desta escola, recaiu a predileção da votação. Recebeu cumprimentos de professores, estudantes e jornalistas, afirmando ser esta uma homenagem dos membros do conselho universitário “à sua pessoa”. No entanto, o favoritismo e reverência dos membros do conselho universitário não foram suficientes para eleger o professor Antonio Figueira ao cargo maior da academia. A experiência do vice-reitor João Alfredo venceu na escolha presidencial.

Chama-se atenção a celeridade em que ocorreu a nomeação do novo reitor da Universidade do Recife. O *Jornal do Commercio* menciona:

Nunca, na Universidade do Recife, houve andamento tão rápido de nomeação, para os cargos que dependessem do Governo Federal. O processo da eleição do sábado foi enviado na segunda (dia 22) ao ministro interino Pedro Calmon, e já na quarta-feira saía a nomeação. O ato já foi publicado ontem, na página 14.495 do “Diário Oficial” da União. (NOVO reitor..., 1959).

A pressa pela nomeação e posse do novo reitor é alegada devido à urgência em resolver pendências administrativas. Mesmo João Alfredo tendo indicado que sua intenção era “tomar posse como Reitor, apenas depois de passado o 30º dia de falecimento do professor Amazonas, a quem considerei como um amigo que era” (NOVO reitor..., 1959). Após a divulgação da nomeação do novo administrador da Universidade do Recife, a reitoria amanhece em festa. As congratulações dos funcionários ao novo reitor e sua esposa alcançam também o professor Newton Maia considerado o grande “artífice da vitória”. Revelando, desse modo, certa parcialidade na seleção daquele que, de acordo com o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e também membro do conselho universitário, satisfaz os interesses dos estudantes universitários e dará continuidade ao trabalho de seu antecessor,

reitor Joaquim Amazonas. Ressaltando que “não faltará apoio às pretensões justas da classe estudantil” (NOVO reitor..., 1959).

Aplaudido também por políticos, João Alfredo recebe elogios do senador Barros de Carvalho do PTB, o qual considera esta escolha a representação do prosseguimento da obra de Amazonas, além da segurança da elevação da cultura pernambucana. Mas o senador do PSD, Jarbas Maranhão, declara os auspícios da consonância dos parlamentares, na permanência de João Alfredo na direção da reitoria. Agora não mais como vice-reitor.

Fixou-se o presidente da República no nome do professor João Alfredo, pelas razões mesmas que levaram a bancada federal a prestigiar a sua escolha, desde o primeiro instante em que desapareceu o antigo reitor, antes até da organização da lista tríplice, quando veio a surgir, o nome do grande mestre de Direito, professor Soriano Neto, meu eminente amigo. É que além de outros predicados, tinha o professor João Alfredo, a seu favor, para dirigir a Universidade, suficiente tirocínio adquirido no exercício da vice-reitoria. (NOVO reitor..., 1959).

A experiência de vice-reitor acrescentada aos “outros predicados” de João Alfredo concede-lhe o cargo de reitor. Porém, esta preferência ante aos outros candidatos enuncia-se antes mesmo da elaboração da lista tríplice. Segundo Maria Antonia MacDowell, funcionária da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, a nomeação do novo reitor da UR obteve articulações políticas para configurar-se.

João Alfredo e não Figueira, foi nomeado porque teve alguém e Figueira não teve, ou que era mais forte do que o que Figueira tinha [...]. João Alfredo tinha um genro, Antonio Neves, deputado federal, se bem me lembro pelo PTB, com muito prestígio, força política, em Brasília (apud SANTOS, 2012, p.235).

As articulações políticas na nomeação dos cargos revelavam os interesses partidários e a relação do Reitor João Alfredo com deputados do PTB, como Antonio Neves Cavalcanti. Este entrelaçamento político expresso na indicação de João Alfredo a Reitor da UR se configura à medida que se estabelecem as nomeações para ocupação de cargos na instituição. MacDowell acrescenta:

Na sua gestão, Antonio Neves foi seu “braço político” em Brasília, muito operante, trazendo verbas, etc; quando vinha ao Recife, era sempre visto na Reitoria, se inteirando das coisas, orientando o reitor nas decisões internas, empregando gente (empregos são a principal “moeda de troca” dos políticos...) (apud SANTOS, 2012, p.235).

O latente intercâmbio de favores e cargos ocasiona uma atitude reativa de Figueira ao abordar o Reitor, no conselho universitário, quanto à nomeação de cargos. Consta na Ata, de 30 de dezembro de 1960, a seguinte declaração:

O docente Antônio Figueira comunica ao Conselho que pretende representar contra o Reitor perante o Conselho Universitário, o Ministério da Educação e o presidente da República em razão da maneira como vem sendo administrada a UR no que condiz à nomeação de quadro de pessoal (apud SANTOS, 2010, p.56).

As ações do reitor parecem ser constantemente espreitadas pelo professor Antônio Figueira. Ora quanto à nomeação de cargos, ora na inquirição quanto à postura do reitor na destituição do professor Soriano Neto de suas funções como Diretor da FDR. Ainda assim, as articulações políticas do reitor João Alfredo beneficiam a realização de obras estruturais, como construção do campus, concentrando as faculdades num só lugar. Mas também, servem para dar condições de delineamento de ações, como atividades extensionistas, que traçam perfil inovador da universidade no Brasil. Assim, o SEC constitui-se como expressão maior da postura política defendida pelo Reitor. Nos objetivos do Serviço de Extensão Cultural elucida-se compromisso com a sociedade: “Assistir culturalmente camadas da nossa população a quem não foi possível um contato com os cursos universitários. A Universidade tem uma dívida para com elas. É urgente pagá-las” (PLANO de atividades..., 1962, p. 12).

As aproximações políticas do reitor beneficiam encaminhamentos de atividades na UR, contudo no desbocar da crise financeira, a partir de 1963, o corte de verbas à Universidade atrasa o progresso da instituição, sobre o qual comenta João Alfredo no periódico Última Hora:

Os cortes orçamentários e a diminuição do poder aquisitivo são os fatores que mais entravam o esforço de realização que anima o trabalho na Universidade do Recife. [...] Quanto ao plano de ação que vem sendo posto em prática pela Reitoria, continua desempenhando sua função de órgão estimulador e realizador, desdobrando-se em atender os múltiplos setores da Universidade do Recife. (REITOR: corte..., 1963).

Se a contenção de recurso foi entrave ao andamento das atividades da UR, as previsões orçamentárias para 1964 animaram ao reitor João Alfredo, ao passo que a proposta orçamentária contemplaria o planejamento daquele ano. Além disso, a posse do novo Ministro da Educação reforça a perspectiva de prosseguimento das ações da UR.

Assim, o imbricamento de ações da Universidade com questões sociais, tão reivindicadas pelos universitários, ajuda a traçar o contorno de uma instituição acadêmica atenta à pluralidade da população e não mais se restringindo ao 1% dos brasileiros que

conseguiam ter acesso ao ensino universitário. Nesta perspectiva, o reitor busca inserir a UR ao contexto sócio-político-econômico do País e fugir das amarras da ala conservadora da universidade, influente no conselho universitário. Desse modo, planeja a organização de um serviço extensionista e não de um departamento na Universidade do Recife. Paulo Freire comenta: “No momento em que o João me chama e discute comigo inclusive as táticas para chegar à criação do SEC, naquela época era melhor criar um serviço, porque dependia só dele, e se criasse como departamento teria de passar pelo Conselho Universitário, e ali podíamos perder” (BEISIEGEL, 1992, p. 209-10).

Se para o reitor o SEC representou apoio ao projeto reformista de base, incluindo neste a reforma universitária, inovando ações da UR, para o seu diretor, Paulo Freire foi uma via de promoção de suas pesquisas alfabetizadoras. No entanto, ainda que o SEC tenha obtido destaque através de suas ações de alfabetização, suas atividades não se restringiam a esta área. Com corpo funcional bem equipado o SEC consegue planejar atividades que atingem todos os níveis de ensino numa amplitude cultural.

Mas, para concretização desta empreitada, requeriam-se membros concordantes com as intencionalidades do SEC. Por isso, organizou-se administrativamente a partir de Conselho Orientador em: Diretoria (Diretor, Secretário Geral e diversos chefes dos setores) responsável por coordenar setores como a Secretaria Geral, Setor de Documentação, de Cinema e Teatro, de Rádio e Televisão, e setores de extensão – que estavam diretamente responsáveis por formações em diferentes níveis de escolaridade – Setor de Educação de Base, de Extensão em Nível Médio e de Extensão em Nível Superior. Além destes, o de Mecanografia. Embora a Diretoria presidisse o Serviço, qualquer decisão acerca das atividades deveria passar pelo crivo do Magnífico Reitor. Os demais setores – extensão em nível médio e superior, documentação, cinema e teatro, rádio e televisão e mecanografia – couberam a tipógrafos amadores, mas experientes, que lecionavam na Escola de Belas Artes de Pernambuco e Faculdade de Biblioteconomia, além destes, críticos da realidade e cultura – sobretudo cinema e literatura - brasileira de outras Escolas da UR (VERAS, 2010).

Assim, o esboço de uma ação inovadora da instituição acadêmica, atrelada a imbricamentos políticos, desponta a UR em relação às demais instituições acadêmicas do país ao abandonar o antigo modelo de extensão universitária com a realização de cursos isolados e implementação da extensão cultural, ampliando suas pesquisas intervencionistas para além de seus muros e laboratórios. A inovação proporcionada pelo SEC teve início nas pesquisas do professor contratado da universidade, Paulo Freire. Suas pesquisas empíricas rompem as fronteiras das investigações em ciências humanas, pois não estavam institucionalizadas

academicamente (VERAS, 2010). O Padre Almeri Bezerra (2011), secretário do SEC e também diretor, nas ausências de Paulo Freire, acrescenta:

[...] se falava um pouco sobre extensão universitária. Mas, a extensão universitária era entendida como é... A universidade fazia cursos para quem não era universitário. Então, quem tinha interesse fazia, um ou outro, organizava cursos chamados de extensão universitária. Com Paulo Freire a intenção mudou um pouquinho. Ele fazia com que a universidade se interessasse pelos problemas da população. Ao invés da universidade querer ensinar aos não universitários, era aprender dos não-universitários, quais os problemas que eles tinham, quais são os problemas da cidade, quais são os problemas da região e tal.

Diante do delinear dessa nova caracterização universitária, o Serviço de Extensão Cultural explicita como objetivos: a) Promover a difusão cultural, levando a Universidade agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance; b) Contribuir, por meio de publicações, cursos, palestras, informes de interesse científico e outras realizações culturais com o desenvolvimento da cultura e da mentalidade regionais; c) Realizar, na Universidade e fora dela, cursos de extensão e seminários, visando, sobretudo, ao estudo da realidade e cultura brasileira e dos problemas da região; d) Promover, divulgar amplamente os trabalhos e as realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e de seus objetivos (PLANO de atividade..., 1962, p. 20).

Além dos objetivos abrangentes, o SEC agrupa sujeitos com interesses e concepções distintas e firma também parcerias com “instituições cujos objetivos coincidam com os seus. Entre estas, ressalta-se o Movimento de Cultura Popular, que vem dinamizando um autêntico esforço neste campo” (PLANO de atividade..., 1962, p. 13). Ressaltando-se que antes mesmo da criação do SEC, a parceira da Universidade do Recife com entidade de promoção cultural já era elucidada, configurando a expressão pública do Reitor, em apoiar movimentos de caráter popular.

Na cerimônia de lançamento do MCP, no Teatro Santa Isabel, a presença ilustre do reitor João Alfredo serviu de instrumento para explicitar publicamente o interesse em ceder a Rádio Universitária a serviço do MCP.

Terminados os trabalhos, o Reitor usou da palavra manifestando os seus propósitos de colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Lembrou que, neste sentido, dará um passo decisivo, com a instalação pela Reitoria de uma emissora para divulgação da Cultura às populações pobres. (UNIVERSIDADE vai..., 1960).

No entanto, enquanto a Universidade aproxima-se do MCP com apoio através de estação de rádio, por outro lado distancia-se dele no que concerne concepções ideológicas dos

mecanismos pedagógicos. O Movimento de Cultura Popular inova ao abandonar o tradicional material didático: cartilha. Já o SEC, reformula este instrumento apresentando-o como elemento de inspiração a outras ações alfabetizadoras ao admitir vocábulos, iconografias e contextos inerentes à realidade dos alfabetizandos. Mas, é justamente este ponto – divergência quanto à utilização da cartilha – que faz o SEC trilhar um caminho de destaque na promoção de educação popular.

Mesmo Paulo Freire tendo iniciado o desenvolvimento de experiência educacional no MCP, foi através do SEC que esta se desenvolveu, ganhou asas e voou expandindo-se a nível nacional através de um programa com financiamento de capital externo. Os primeiros contatos para investigação do método de alfabetização, iniciados no Centro Dona Olegarinha no bairro recifense Poço da Panela, quando Paulo Freire ainda estava vinculado ao MCP, serviram de instrumento para início da experiência alfabetizadora concretizada no SEC. Contando com recursos como equipe já envolta em pesquisas acadêmicas, a exemplo do Professor Jarbas Maciel e financiamento para custear os equipamentos necessários para implantação da experiência de alfabetização, o SEC avança em suas ações extensionistas.

A projeção de imagem relacionada ao cotidiano dos educandos objetivava a enunciação da “palavra geradora”. Isto é, vocábulo através do qual se delinearía a fragmentação em sílabas, formação da família silábica para formação de outras palavras. A circunferência, na qual se dispõem os alunos, serviria como motivação a que estes explicitassem a relação da imagem com sua realidade. Desse modo, a base filosófica do método de Freire, com suas reflexões ontológicas do sujeito no mundo, divergia-se da maneira que a alfabetização desenvolvia-se no MCP. Segundo Almeri Bezerra (2011): “Paulo dizia que não precisava ter manual, não tinha manual... era uma palavra que a gente evitava. Não tinha professor, não tinha sala de aula. Era círculo de cultura”. O “como” alfabetizar no SEC, por intermédio do método Paulo Freire, apoiava-se no diálogo do círculo de cultura.

O coordenador dos círculos de cultura era treinado para saber dinamizar as pessoas, esquentar o assunto, envolver todo mundo. Ele tinha que estimular a classe para que ela rendesse um debate rico na hora em que se discutia o conceito de cultura e de natureza (CORTEZ, 2008, p. 20).

Então, Paulo Freire sai do MCP para assumir a direção do SEC. O desenvolvimento de pesquisas na área educacional, sua experiência acadêmica como professor da Universidade do Recife, suas concepções pedagógicas, defendidas na tese de livre docência, na qual concorreu a vaga na cátedra da Escola de Belas Artes, ainda que não obtendo êxito no concurso, concedem ao professor Paulo Freire o convite para presidir o Serviço de Extensão Cultural.

Tais elementos vinculados a um projeto político populista, no qual se divulga a celeridade da alfabetização em 40 horas, dá às ações do SEC, através do método de Paulo Freire visibilidade internacional, sobretudo, porque o financiamento para esta ação proveio da cooperação americana Aliança Para o Progresso. O jornal norte-americano, *The New York Times*, divulga as ações financiadas pelo programa no Rio Grande do Norte (BEISIEGEL, 1992), por intermédio do plano de alfabetização do Governo de Aluizio Alves. Como forma de “prestação de contas” a imprensa internacional divulga as facetas bem sucedidas do investimento. O método alfabetizador, que pretendia alfabetizar em curto espaço de tempo, é uma forma de elucidar também as ações de um governo com objetivo de ensinar a ler e escrever, até o fim de seu mandato, cerca de 100 mil adultos.

Além de notícia, em periódicos nacionais e internacionais, o método de Paulo Freire é divulgado também através de vídeo confirmando a preocupação da Aliança Para o Progresso e do Governo conservador de Aluizio Alves em coadunar-se ao processo de mudança. Assim, esta proposta de alfabetização angaria adeptos no Ministério da Educação e Cultura, tornando-se uma campanha a nível nacional.

A visibilidade das ações do SEC revela-se ainda por intermédio da formação de universitários alfabetizadores de outros Estados. O Serviço de Extensão Cultural fornece curso para formação de alfabetizadores, baseado no método de Paulo Freire, no qual participam da primeira experiência formativa, após Angicos, 22 estudantes universitários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e 50 paraibanos (CARIOCAS e paraibanos..., 1963).

O alvorecer do método de Paulo Freire, bem como dos movimentos de incentivo à educação e cultura popular, as mobilizações em torno de discussões da reforma agrária e problematizações trabalhistas ascende o cenário de perspectivas de mudanças, tanto em Pernambuco, quanto no Brasil. A reestruturação política iniciada em Recife, através de coligação partidária, e preocupações com reivindicações populares, erigidas no campo, concedem embasamento para expansão de ações populares de educação ao interior do Estado de Pernambuco. É sob este ensejo de mudanças no plano político, econômico e social que movimentos de educação popular como o MCP, MEB e ações extensionistas da Universidade do Recife constituíram-se. A partir da admissão de aspectos da cultura popular, estas ações ganham destaque na intervenção ao problema do analfabetismo.

Estes movimentos de educação popular emergentes, inicialmente, nos centros urbanos como Recife, emanam da conjuntura de reivindicações por melhorias sociais, constituição de novo cenário político e florescimento de atividades artísticas. A este contexto de agitações

citadinas são agregadas outras exigências, emersas no ambiente agrário, sobre reforma agrária e direito trabalhista dos camponeses. As deploráveis condições de sobrevivência, da maior parte da população camponesa, denunciavam o descaso de antigas administrações, além da hegemonia do coronelismo e paternalismo, no meio rural. Revelando, dessa maneira, esta região como oportuna para proliferação de mobilizações sociais.

Percebendo-se na área educacional relevante instrumento para mudanças, inferi-se, nesta também, difusão de interesses político-ideológicos. Assim, no processo de interiorização da educação popular, vinculam-se distintas pretensões da Igreja, através do MEB, e também interesses político-partidários, por intermédio do MCP. Sob o mesmo mote de alfabetização, as ações educativas populares alastraram-se ao interior do Estado, entretanto não se solidificaram uniformemente, isto é, as ações do MCP e MEB, discorreram-se sob intencionalidades diferentes.

3 MOVIMENTOS QUE SE DIZEM POPULARES

Coadunados ao contexto político e cultural vivido no país, movimentos ligados à cultura e educação popular florescem com intuito de construir novas estruturas sociais, econômicas e políticas sob a preocupação de intelectuais, políticos e estudantes. Estas ações fortalecem o rompimento de laços com perspectivas educacionais que se isentavam de trazer à tona a problematização de questões políticas e sociais no processo pedagógico. Através de aportes metodológicos, direcionados ao envolvimento do povo nas decisões políticas e tomada de consciência, quanto aos problemas da Nação, revisam-se os direcionamentos educativos focalizando-os numa nova perspectiva.

No entanto, a narrativa historiográfica dos movimentos educacionais populares, criados no início dos anos 1960, apresenta as intencionalidades destes como convergentes. Com objetivos direcionados à transformação da sociedade e por intermédio da bandeira de expansão e valorização da educação e cultura popular é que se perpassa a imagem de unicidade das ações educativas, esquivando-se, no entanto, de explicitar os propósitos particulares de cada ação e seus aspectos divergentes. Tal interpretação historiográfica situa no cerne das mobilizações populares, voltadas à educação popular, a esperança de salvar os pobres da miséria, os analfabetos da ignorância, o Brasil do atraso.

Todavia, por trás dos objetivos uníssomos de transformação e impulso ao desenvolvimento econômico, estão intencionalidades encobertas, permeadas por objetivos específicos a cada grupo, cada movimento. Pretensões que omitem as divergências internas e externas. Disputas políticas e ideológicas travadas, ainda que sutilmente, entre indivíduos a priori tão amistosos. Católicos, marxistas, estudantes secundaristas e universitários, e políticos compõem os grupos encarregados da missão de combater o analfabetismo e avançar com as bandeiras da cultura popular. Mas, estas ações cordiais objetivavam bem mais que inserir-se na ânsia de mudanças na ordem vigente. É a partir de finalidades de expansão de projeto político e contraposição as chamadas “ideologias subversivas”, que o MCP alargar-se ao interior do Estado de Pernambuco e a Igreja Católica implanta escolas radiofônicas no meio rural.

3.1 MCP: interiorização de projeto educativo

A presença do MCP na capital pernambucana, já vista no capítulo anterior, demonstrou a amplitude de atuação do movimento na área de alfabetização e atividades culturais. O objetivo de expandir a ação alfabetizadora, aos bairros pobres de Recife,

implicava em iniciativas de viabilização não apenas da técnica elementar de ler e escrever, mas em situações que possibilitassem ao educando a percepção de sua condição de exclusão social ao morar em mocambos ou alagados, na periferia de Recife. Assim, o MCP, admite, inicialmente, como recurso pedagógico cartilhas como Nossa Cartilha, O Bom colegial, Minhas lições, Vamos estudar, Nosso Tesouro e percebe o caráter infantil destas (BARBOSA, 2009). Germano Coelho, Maria Antonia MacDowell e Maria José Baltar, estes ligados ao setor educacional, analisam o material pedagógico do SIRENA (Sistema Radioeducativo Nacional), constituído de cartilha e disco, e percebem sua desvinculação com a realidade do educando recifense e por isso decidem elaborar um recurso didático próprio do movimento, o qual aproximasse a realidade dos alfabetizandos.

Dessa forma, Josina Godoy e Norma Coelho, esta esposa do presidente do MCP, Germano Coelho, realizam pesquisa vocabular nas regiões periféricas de Recife, onde havia escolas do MCP. Evidencia-se o preparo, através da valorização do aspecto investigativo, para composição de instrumento que serviria como aporte metodológico no desenvolvimento da ação educativa. Buscando compor vocabulário com palavras que se relacionassem com temáticas como moradia, trabalho, política, cultura dentre outras, esta investigação dura três meses e partindo das informações obtidas elaborou-se o “Livro de Leitura Para Adultos” (1962).

Eram cartilhas direcionadas para uma conscientização das pessoas, não era “Ivo viu a uva”, num sei quê... Num era nada disso que antigamente... Se ia ser criança ou adulto se quisesse aprender a ler, era daquele jeito. A partir da de Norma, eu não me lembro nenhuma palavra das cartilhas de Norma e Josina, mas já era uma coisa bem avançada no sentido, assim, de conscientização das pessoas. A filosofia era essa. (FARIAS, 2010).

O conteúdo desta cartilha abordou aspectos da realidade dos alfabetizandos com temáticas que expressavam a relevância do voto para o povo e problemáticas que expressavam aspirações de um povo que lutava dia após dia para sobreviver. Mas também sofreu duras críticas, por ser considerada populista ao enunciar em suas lições características “do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular” (BEISIEGEL, 1992, p. 135).

A admissão da realidade do alfabetizando na cartilha do MCP, vista como novidade nos materiais de alfabetização, recebe o reconhecimento do Ministro da Educação, Anísio Teixeira (1962 apud BEISIEGEL 1992, p. 125) que expressa: “O livro efetivamente ensina a ler como se iniciasse o analfabeto nordestino na sua própria vida. As palavras, as sentenças, as frases são as que fatalmente ocorreriam ao próprio analfabeto se fosse ele próprio que

escrevesse sua cartilha”. Paulo Freire, mesmo desenvolvendo atividades de alfabetização dentro do movimento, não apóia o desenvolvimento desta, considerando seu aspecto dirigista.

A tradição intelectualista católica, de envolvimento com educação, subsidia o cuidado de elaboração teórica atrelada à ação educativa. E a partir da influência de pensadores como Louis-Joseph Lebret e Emmanuel Mounier, lido e debatido nos grupos estudantis, solidificava-se novo projeto cristão de envolvimento e problematização a questões sociais. Porém, o posicionamento do grupo católico inserido no MCP divide-se, por vezes, quanto ao objetivo pedagógico. Enquanto um contribui e defende a elaboração de uma cartilha com palavras e expressões pré-estabelecidas, o outro intenciona, através da apresentação de imagens, a construção dos vocábulos a partir da interação no círculo de cultura. Paralelamente, para o grupo comunista, o projeto educativo inquiria celeridade das ações de alfabetização como expansão do quantitativo de escolas como destaca Paulo Cavalcanti:

A facção que defendia a programação de escolas considerava que a conscientização viria no processo de arregimentação das massas, nos comícios políticos ou na própria vivência das lutas sociais. Não seria através de um método ‘politizado’ que o povo iria adquirir consciência dos seus problemas. (CAVALCANTI apud BEISIGEL, 1992, p.207).

Paulo Rosas, membro fundador do MCP, ainda ressalta:

Entendíamos, alguns, que era preciso em primeiro lugar fazer um estudo e em seguida a aplicação. [...] Era a posição que defendíamos, que eu defendia, que Paulo Freire defendia, que Germano Coelho também defendia, a posição de que o principal era dar ao homem um instrumento, para que de fato ele pudesse escolher, ele mesmo, o seu caminho. Isto era fundamental. Esta posição era defendida por muitos de nós, era fruto de uma formação humanista, humanista cristã. (ROSAS apud BEISIEGEL, 1992, p. 206)

Ainda que a coroação do MCP tenha se efetivado através de suas ações educacionais, atreladas à cultura popular, estas não encerram a vasta intervenção proporcionada à sociedade pernambucana. A alfabetização, carro chefe do MCP, alcança expressividade na área urbana ao elevar o quantitativo de escolas nas regiões mais periféricas da capital pernambucana. Mas também ao se expandir ao interior do Estado, sobretudo, como instrumento para conduzir Arraes ao pódio de governador do Estado, em 1963.

Iniciativas da expansão emecepista já eram efetivadas quando Miguel Arraes ainda era prefeito de Recife. Por intermédio de parceria entre as Prefeituras de Palmares e Recife implantaram-se vinte e quatro escolas radiofônicas do MCP, naquele município, com a finalidade de alfabetizar adultos. A aproximação do prefeito recifense com Luís Portela de Carvalho, chefe do Legislativo da outra cidade e filiado ao PSD, constrói o curso de expansão

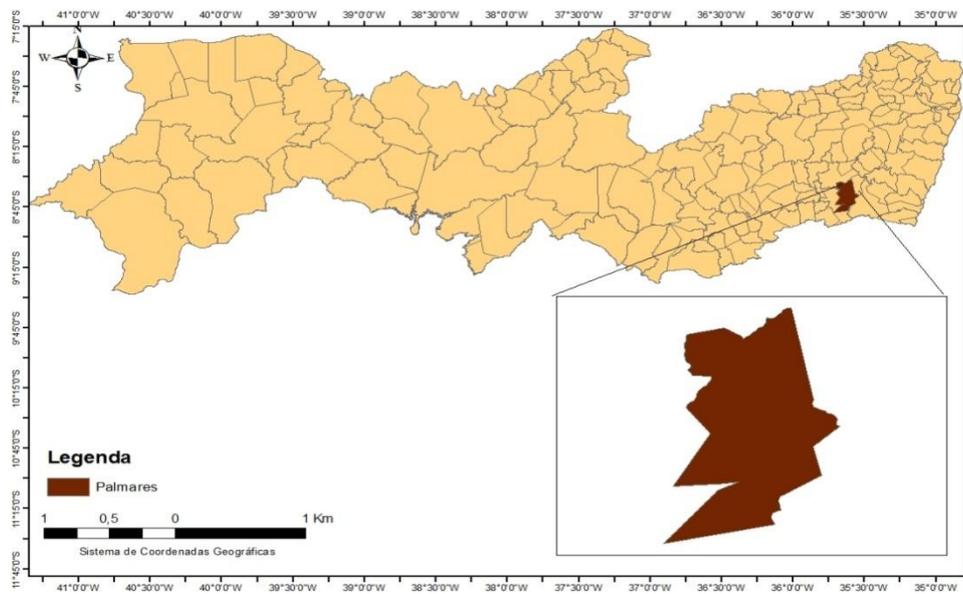
do MCP e uma ponte para alianças políticas (MCP agora..., 1962). A propositura de intervir num problema social da cidade de Recife, o analfabetismo, alargar-se ao Estado, à medida que se intenciona ampliar as ações do MCP, fortalecendo, dessa maneira, as bases de apoio à candidatura de Arraes.

Todavia, a realização de atividades, longínquas da sede do movimento, impôs reordenamento das ações quanto à sua constituição e seus quadros colaborativos. De modo que se burlou a ausência do contingente de apoio encontrado em Recife com estratégias de formação de monitores da própria região, os quais seriam os multiplicadores das ações, e aporte das escolas radiofônicas. Buscando como numa progressão geométrica espalhar de modo vivaz a alfabetização é que a direção do movimento encaminha ao município de Palmares, para pronta execução das escolas radiofônicas, duas professoras especializadas, com intuito de instruir monitores acerca do funcionamento das aulas ministradas via rádio (ESCOLAS do MCP..., 1962).

É dessa forma, que as irmãs Iêda Farias (2010) e Iara Mattos (1986) assumem a responsabilidade de coordenar estas atividades na Zona da Mata Sul de Pernambuco e formar monitores para auxílio às aulas radiofônicas, transmitidas pela Rádio Clube de Pernambuco. Assim, estas estudantes auxiliaram na instalação de escolas alfabetizadoras com suporte da cartilha do MCP, isto é, o “Livro de Leituras Para Adultos” elaborado pelos próprios emecepistas, e do rádio. Iêda, em Barreiros; Iara, em Palmares. Região palco de enfrentamento dos trabalhadores rurais, ante os pesares sofridos nas lavouras canavieiras, através do sindicalismo rural comandado pelo Partido Comunista Brasileiro.

Para Iara Mattos (1986), estudante de Nutrição e membro do PCB, este deslocamento do Movimento inaugura a explanação das ações do MCP, servindo como projeção das ações propostas por Miguel Arraes, num apetrecho de campanha política. O objetivo de expandir projeto de alfabetização aos campos da Zona da Mata fornece elementos para a disputa eleitoral a governador do Estado, datada para o dia 7 de outubro de 1962. Desse modo, a instalação das escolas no Município de Palmares, em março de 1962, dão sinais prévios da campanha que tinha como mote “Arraes para construir! Um homem de ação, para um governo de trabalho!” (PROPAGANDA eleitoral, 1962).

Figura 1: Mapa da cidade de Palmares



Fonte: IBGE adaptado por SILVA, 2014

Por seu clima, quente e úmido, e localização numa bacia hidrográfica, bacia do rio Una, Palmares demonstrou-se um espaço propício para o cultivo de cana-de-açúcar. Diante disso, muitos engenhos e usinas instalaram-se na região da Zona da Mata Sul. O grande quantitativo de trabalhadores requeridos para o trabalho na palha da cana fortaleceu o sindicalismo rural, deste Município. Organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, e tendo como um de seus principais representantes Gregório Bezerra, o sindicato de trabalhadores rurais de Palmares conquista tal abrangência, ao incluir cidades circunvizinhas, chegando a ter cerca de 45 mil filiados, no início de 1964 (JACCOUD, 1990). Logo, as terras férteis que produziram cana-de-açúcar apresentaram-se também favoráveis à instalação de ligas camponesas, que logo se transformaram em sindicatos, e escolas radiofônicas. O Partido Comunista, com forte influência no sindicato e parceiro na gestão municipal de Arraes, contribuiu com a interiorização do MCP. Por outro lado, vislumbrou-se o fortalecimento de suas bases políticas.

Mas, enquanto a instalação das escolas radiofônicas, em Palmares, encontra espaço devido ao convênio entre prefeituras, as do município de Barreiro aguardaram a vitória de Miguel Arraes a governador. E através da Secretaria de Educação do Estado, já sob direção de Germano Coelho, traçam-se novos planos para amplitude da campanha de alfabetização, na qual Iêda Farias (2010) coordena o núcleo em Barreiros, a fim de preparar o monitor para as aulas radiofônicas. “Treinar uma pessoa de um nível melhor, alfabetizada, dali da própria comunidade mesmo, para ela ser auxiliar” na interlocução do professor-locutor e aluno-

ouvinte. Entre algumas das atribuições deste monitor estavam: escrever anotações no quadro, a partir de orientações do locutor; interpretar palavras do ministrante da aula. Josina Godoy, uma das organizadoras da cartilha do MCP e que também participava das aulas via rádio, era carioca, tinha um sotaque diferente e os alunos poderiam não entendê-la muito bem, então cabia ao monitor tornar inteligível a mensagem da aula.

Mas não apenas na comunicação havia interlocuções. O alinhavo de articulação política entre Miguel Arraes e o político do PSD, Luis Portela, coseu aproximação do futuro governador com o partido que o apoiaria, no cargo da vice-governança. O sucesso ao galgar o posto de governador do Estado não coube apenas à fama do MCP, popularidade do candidato Miguel Arraes ou patrocínio da Frente do Recife. A figura do vice de Arraes, Paulo Guerra do PSD, foi relevante na conquista de votos no interior, já que a notoriedade do candidato a governador era bem maior em Recife. Seu forte opositor nas urnas, João Cleofas, conquista a pluralidade de votos no interior, contudo não suficiente para elegê-lo. Este amargara mais uma derrota e o PSD repete o prodígio de sob seu apoio eleger mais um candidato, assim como fora com Agamenon Magalhães. A fragmentação do PSD ao apoiar Miguel Arraes e Armando Monteiro Filho, concede ao candidato das forças populares a vitória.

A candidatura de Armando Monteiro, do PSD, que não aceitava Arraes, foi um fator importante naquilo ali [referindo-se a eleição de Arraes a governador]. No fim teve um papel importante para Arraes, dividiu os setores conservadores; os setores pessedistas que não aceitavam apoiar um candidato de esquerda votaram em Armando Monteiro e, se não tivesse havido essa candidatura, o voto cairia em última instância em Cleofas. (LINS, 1986).

Porém, a sociedade amistosa, firmada no período eleitoral, que concede vitória a Arraes, coíbe-o de executar plenamente seu plano de governo no interior do Estado. Como destaca Pelópidas Silveira (1978), problemas políticos entravaram o fluente andamento das práticas do MCP ao interior, sendo este o lócus de abrigo dos conservadores coronéis, que tradicionalmente apoiavam os pessedistas. Situação que fomentou certos desentendimentos entre governador e vice, ao passo deste não apoiar o candidato do governador à Prefeitura do Recife – Pelópidas Silveira, nem o plano de reforma agrária (PSD de Pernambuco..., 1963; PSD homologa..., 1963). Além disso, Paulo Guerra substitui Arraes, quando de sua deposição, em abril de 1964, sem sofrer nenhuma sanção na implantação do golpe militar. Demonstrando, dessa forma, dissidências dos que pareciam correligionários.

Embora com desarmonias e empecilhos, o Movimento baliza suas ações, expandindo-as num processo de interiorização que assume configuração distinta daquela centralizada no

objetivo pedagógico e cultural popular. Desse modo, passa a intervir no campo econômico e na área da saúde. Neste, enquanto atendimento médico a baixo custo. Naquele, com linha de crédito a pequenos produtores rurais. Tal reestruturação foi requerida devido à ausência dos mesmos suportes viabilizadores das atividades, delineando-se timidamente, no primeiro ano do governo estadual de Arraes.

3.1.1 De plano educacional e cultural a projeto econômico

Ao conquistar a vitória eleitoral como governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes planeja formatar sua administração e expandi-la popularmente, mantendo diálogo com o povo, imbricando suas ações no projeto nacional-reformista e respeitando as coalizões firmadas no período eleitoral, sobretudo na formação do seu secretariado (JACCOUD, 1990). Ainda que o governador recém-empossado tenha negado a influência de partidos políticos ou cúpula partidária na definição dos nomes ao secretariado (ARRAES: Secretariado..., 1963).

A intenção de ramificar ações pedagógicas do Movimento de Cultura Popular, ao interior, agora enquanto plano de governo, não encontrou, como na capital, o mesmo terreno propício para frutificação. Primeiro, por causa da ausência de semelhante aparato, tido em Recife: associações de moradores, estudantes universitários e intelectuais envolvidos em projetos culturais. Segundo, a Igreja Católica já implantara alicerces para promoção da educação de base, através do rádio, com apoio ainda do Governo do Estado, na gestão de Cid Sampaio. É a partir desta articulação e sob petição do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho, que o Governador Cid Sampaio concede profissionais da Secretaria de Educação do Estado para colaborar com as ações iniciadas pela CNBB.

No entanto, embora a Igreja Católica estivesse interiorizando escolas radiofônicas, isto não significa que a intenção do Governo de Arraes em expandir um projeto de alfabetização, ao interior, através também de escolas radiofônicas, tenha se furtado. Reuniões com a equipe de ensino radiofônico do Movimento de Cultura Popular ocorriam, com o chefe do Executivo estadual, a fim de projetarem ampla campanha de alfabetização de adultos no meio rural (MCP planeja..., 1963). Ademais, outras iniciativas para expansão do plano de educacional do governo de Arraes também se delineavam. Assim, o Secretário de Educação do governo Arraes, Germano Coelho, salienta o esforço da Secretaria de Educação em erradicar o analfabetismo e expandir o número de escolas em Pernambuco (GERMANO: “Tudo pronto..., 1963). Além disso, a Secretaria de Educação apóia Curso de Formação de Professores Supervisores sob coordenação do INEP. Em nota informativa, no periódico Última Hora,

divulga-se a duração do curso (sete meses) e seu principal objetivo: capacitar professores para supervisionar escolas primárias, em consonância com a Legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Plano Trienal de Educação. A pretensão de desenvolvimento da Nação não poderia escamotear o setor educacional, sendo este vislumbrado como a base para crescimento econômico.

Os critérios para inscrição no curso deveriam obedecer aos requisitos legais, no que concerne à formação básica e tempo de exercício profissional, previstos no artigo 64 da LDB de 1961: “Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário” (BRASIL, 1961). Além disso, as professoras selecionadas assumiriam compromisso, com INEP e Secretaria de Educação e Cultura, de residirem e exercerem supervisão nas unidades escolares de 43 municípios da Zona da Mata, Agreste e Sertão. Localidades escolhidas devido aos substanciais índices populacionais, se comparada a outras. Cada município receberia duas supervisoras e sete professoras ficariam como coordenadoras das atividades, totalizando a disponibilidade de 93 vagas. Durante o curso, o afastamento das candidatas de suas atividades não implicaria ônus aos seus vencimentos e o INEP ainda concederia ajuda de custo mensal (SECRETARIA de Estado..., 1963). Tal ação consagraria a pretensão do Centro de Pesquisas Educacionais do Recife de solidificar seu projeto de formação na perspectiva regionalista e do governo do Estado de difundir ações educacionais, de maneira bem estruturada, aos municípios longínquos do Sítio da Trindade, sede do MCP, já que se contava também com apoio de instituição federal.

Se para a Secretaria de Educação e Cultura colaborar com o processo formativo, como o curso de supervisores educacionais, era algo positivo, a intencionalidade política de não deixar uma campanha, do Governo Federal, esmorecer também. A crise enfrentada, pela falta de recursos, por campanhas de alfabetização como a CNEA, ameaça encerramento de suas atividades. No município de Timbaúba, localizado na Zona da Mata pernambucana, implantara-se, no ano de 1958, um dos cinco polos de experimentação desta campanha⁴,

⁴ Originada, em janeiro de 1958, justamente nos primeiros passos da nova configuração da educação popular, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo é implementada, a partir do entendimento de educadores e economistas, durante governo de Juscelino Kubitschek, que o desenvolvimento econômico sucederia o educacional. Com objetivo de auferir erradicação do analfabetismo e elevação do padrão cultural da população, a campanha pretende conciliar estratégias metodológicas e delimitação de custo que pudesse ampliar e aplicá-la massivamente. Por isso, inicialmente, realizou-se projeto experimental, aplicado em cinco municípios, um de cada região do País. Após verificação prévia dos resultados, nos municípios do projeto piloto, estenderam-se as ações do CNEA a outras localidades, porém, sua interrupção, devido, sobretudo, à ausência de recursos para manutenção, aconteceu em 1963.

sendo também o primeiro do Nordeste, em virtude da indicação do deputado federal Estácio Gonçalves Soutto Maior, filiado ao PTB. A proposta de delineamento desta campanha estava pautada não apenas sob responsabilidade da União, mas em convênio com Estado e Município, os quais dariam suas contribuições através do fornecimento de pessoal e estruturas escolares existentes. Ao CNEA competiria ainda complemento à capacidade física, através de professores e de técnico-administrativos, e responsabilidade pela orientação de ensino primário, acrescido de ensino aos adolescentes, envolvidos na força de trabalho, e adultos analfabetos (SISTEMA Integrado..., 1982; PAIVA, 2003).

Este esforço contra o analfabetismo, no entanto, não lograra êxito. Algumas das causas: baixa frequência de alunos, evasão, falta de verbas, ausência de interlocução com a comunidade. Devido à escassez de recursos financeiros, não foi possível ramificar intervenções à área sócio-econômica. Enfim, com prenúncios do declínio nacional da campanha, o Governo de Pernambuco assume o plano de alfabetização, em Timbaúba, dando continuidade às ações do CNEA. O Secretário de Educação libera, no mês de maio, o pagamento de 82 professores, integrantes da campanha, que estavam com salários atrasados desde o início do ano. Agrega também à Secretaria de Educação o patrimônio da CNEA, assinando portaria para estabelecer criação de comissão responsável pelo levantamento e tombamento dos bens, dentre estes 21 prédios, 5 na zona urbana e 16 na rural. Aproveitando a ocasião da visita ao município timbaubense, a qual acontecera por intermédio de convite do Prefeito da cidade, Sr. Geraldo Ferreira Lima, o Secretário da Educação do Estado utiliza a oportunidade para ir a escolas do município (GOVERNO assumirá..., 1963).

O prefeito Geraldo Ferreira simpático à política governamental de Miguel Arraes, mantendo, com este, aproximações que lhe custaram um período de reclusão durante o golpe militar (AMARAL, 2014). Além do que, o Prefeito de Timbaúba tinha um membro de sua família, o deputado Ferreira Lima Filho, na composição do secretariado de Arraes, na pasta da Saúde. Logo, é sob este ensejo de aproximações político-partidárias que o Secretário Germano Coelho, visitou a Escola Artesanal do Estado, determinando ao diretor de Ensino Médio, deliberações para transformá-la em Ginásio Artesanal. Reiterando, dessa forma, sua defesa em suprir a necessidade de técnicos, reclamados pela Nação, e que os ginásios seriam o espaço de formação profissional e “não apenas de futuros universitários” (GERMANO: todo o apoio..., 1963). Por isso, defende o reordenamento das escolas artesanais, buscando adequá-las às demandas desenvolvimentistas.

Desse modo, as experiências de Arraes, como economista do Instituto do Açúcar e Alcool e à frente da Prefeitura do Recife, serviram de auxílio na difícil tarefa de conduzir uma

economia em proeminente crise. Em Pernambuco, fomentada pelo prejuízo do gerenciamento governamental, de longas datas, com concessão de privilégios às oligarquias agroindustriais, pecuaristas e algodojeiras. Aquelas, mais atuantes, na Zona da Mata; estas no Agreste e Sertão (CAVALCANTI, 1980, p. 306). Além disso, a priorização da agricultura canavieira, de maneira expansiva, em detrimento da cultura de subsistência; conflitos no campo ante às insatisfações entre trabalhadores rurais e proprietários de terra; e disparidade quanto ao custo da produção canavieira, em relação ao centro-sul do país, proliferaram tais agruras no setor econômico (JACCOUD, 1990).

Como estratégia para interferir e atenuar as incidências conflitivas na área rural, o governador Miguel Arraes firma pacto com usineiros para concessão de benefícios aos trabalhadores rurais, como estabelecimento de tabela remunerativa, e subsídio, através de parceria com o Banco do Brasil, para custear pagamento do décimo terceiro salário. Houve também a criação de linha de microcrédito a pequenos agricultores, a qual teve colaboração da equipe do MCP em parceria com o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA) e Banco do Brasil.

Estas decisões inserem-se no bojo do planejamento de recuperação financeira do Governo Federal. Apresentado, no Rio de Janeiro, pelo Ministro Celso Furtado, às vésperas do plebiscito para escolha do regime de governo, o Plano Trienal foi elaborado por equipe de técnicos sob supervisão deste Ministro buscando conciliar estabilização financeira e desenvolvimento econômico do País. Para isto, traçaram-se regras e elementos para o controle inflacionário e déficit da verba pública. Esta estratégia de estagnação da inflação sem conter o desenvolvimento, coadunou-se ao plano de reformas de base do presidente João Goulart. Assim, as críticas sofridas à propositura do Plano Trienal, foram rebatidas por Celso Furtado ressaltando que planejamento não se aplica apenas em regimes centralizados, como governos socialistas e comunistas, mas que sua elaboração visa às reais necessidades do desenvolvimento do País, destacando ainda:

Planejamento é uma forma racional de aumentar a capacidade produtiva do capital. [...] Hoje, todos os economistas sabem que se pode orientar a economia privada, através de meios altamente técnicos. Esses meios – através do planejamento que é um processo de iluminação em todos os campos da atividade humana – possibilitam uma maior rentabilidade da produção nacional. (CELSO Furtado..., 1963).

É sob o lema de planejamento para crescimento econômico e defesa das reformas de base que Jango volta a ter plenos poderes. O Presidencialismo vence e o “não” do povo ao Parlamentarismo significou levante para as reformas (“NÃO” do povo..., 1963). Tendo em

vista o estabelecimento do regime parlamentarista, no Brasil, logo após a renúncia de Jânio Quadros. Este tipo de governo caracteriza-se pelo poder legislativo (parlamento) apoiar direta ou indiretamente o poder executivo.

É neste ensejo de debates econômicos, diante da desaceleração do crescimento por causa da crise no abastecimento de alimentos, devido à seca (AMENIZA a crise..., 1962) e discussões sobre as reformas agrária, fiscal, bancária e administrativa (PARA onde Celso..., 1963) que Miguel Arraes apresenta plano de ação para incentivar o desenvolvimento agrário de pequenos produtores, através de financiamento de crédito-agrícola.

A iniciativa do governo do Estado contou com apoio de estudantes, integrantes do MCP, mas também parcerias com bancos e do GEPA, órgão criado no governo de Arraes a fim de dar assistência às áreas rurais distas da capital (PROSSEGUE “rush”..., 1963). Manuel Correia de Andrade, dirigente do GEPA e ávido defensor da reforma agrária, aceitando convite do governador Arraes, implanta as finalidades do GEPA: microcrédito a pequenos agricultores e melhorias às condições de vida, em relação à alimentação da população rural. Lança, neste mesmo período, sua mais célebre obra *A Terra e o homem no Nordeste*.

Rômulo Fernando de Aguiar Lins (1986), monitor nas aulas do MCP e também participante do comitê estudantil do PCB, afirma sobre o GEPA:

A questão, por exemplo, do Grupo de Produção de Alimentos, um esquema de financiamento para pequenos produtores rurais, que era um convênio do Governo do Estado com o Banco do Brasil, com a participação do sindicato dos Bancários do Estado de Pernambuco para facilitar o trabalho de crédito ao pequeno produtor; fazer negócio nas feiras, essa coisa toda. Teve, inclusive, a colaboração de Manuel Correia de Andrade e nós, do Movimento de Cultura Popular, estamos com o divulgar, visitar os sítios para que as pessoas pegassem dinheiro no Banco do Brasil. Como nunca tinham tido acesso, eles tinham medo. Eu acho que é a primeira experiência de democratização do crédito rural no Brasil, principalmente na Zona do Agreste, na pequena propriedade de produção de alimentos.

Os benefícios das ações do GEPA, juntamente com o MCP, não recaem apenas aos pequenos produtores, tomadores de empréstimo. Alcançam também a sociedade, à medida que eleva a oferta de produtos reduzindo, dessa forma, o valor das mercadorias. Mas isto acabou atrapalhando os planos dos que, através do encarecimento dos alimentos, agravavam a crise de abastecimento e obtinham “meio de vida”. A estes, o deputado estadual e líder do Governo na Assembleia Legislativa, Paulo Viana de Queiroz, chama-os de “atravessadores”. Em defesa à criação do Grupo Executivo de Produção de Alimentos, o deputado salienta que o Governador não dispensará recursos para defesa ou autopromoção nas cadeias de televisão,

contra difamadores protestos de meia dúzia de “atravessadores”. Em contrapartida, focalizou que a estruturação do grupo, além de relevante, favorecendo redução dos preços dos alimentos, não fomentaria despesa ao Estado (PAULO Viana..., 1963).

No despontar das ações do GEPA, vinculadas ao MCP, o jornal Última Hora assim noticia: “As oito equipes do Movimento de Cultura Popular recrutadas para o serviço preliminar de contacto com agricultores partirão, às 13h de hoje, para o interior do Estado, dando início ao ‘rush’ do crédito para o pequeno produtor agrícola” (OITO equipes..., 1963). As equipes do MCP, compostas por estudantes de ambos os sexos, universitários e secundaristas, dirigiram-se a 40 cidades do interior, sobretudo do Agreste, sob supervisão geral de Maria das Graças Sobral. Esta integrante também do setor de alfabetização do Movimento. A efetivação desta ação deu-se através da visita das equipes do “rush” – MCP e GEPA - às cidades interioranas e articulação inicial com as autoridades locais. Logo após explicitação aos agricultores, sobre as condições do empréstimo as equipes dividiam-se de acordo com suas atribuições. À equipe do GEPA era conferida responsabilidade do serviço técnico, enquanto a do MCP, orientação aos que receberiam a remuneração.

As facilidades para o financiamento estavam entre os destaques desta empreitada. Baixos juros, variantes entre quatro e sete por cento do valor. Pretensão de extinguir as burocratizações através da tradição do agricultor de confiança e honradez, elementos fundamentais para romper com as papeladas complicadoras do processo de concessão de crédito e eliminação das longas filas de espera nos bancos. Assim, vencida a etapa de cadastro e apresentação de documentação, o recebimento do empréstimo dividido em duas parcelas era liberado com a primeira de 40% e a segunda, após 60 dias (OITO equipes..., 1963).

A expansão das ações do Movimento passa a assumir outro direcionamento: financiamento a pequenos agricultores e auxílio quanto à utilização do recurso na agricultura de subsistência. Ampliando-se de sua pretensão primária, que segundo Vanilda Paiva (2003, p. 264), seria “encontrar uma fórmula brasileira para a prática educativa ligada às artes e à cultura do povo e suas atividades estavam voltadas, fundamentalmente, para a conscientização das massas e da educação de base”. Desse modo, o Movimento de Cultura Popular busca realizar ação política envolvendo a geração de crédito, mas não abrindo mão de sua natureza pedagógica ao auxiliar na administração do recurso.

3.1.2 A área da Saúde também recebe atenção

Se o desenvolvimento educacional, cultural e econômico incidiu ao MCP, sendo os primeiros a menina dos olhos desta empreitada, a preocupação com questões sanitárias foram também admitidas. Em Recife, a intervenção na área da saúde, dentro do Movimento de Cultura Popular, coube às Divisões de Bem Estar Coletivo e Saúde, esta dirigida pelo médico Arnaldo Marques. De maneira pedagógica, junto às escolas do MCP, praças de cultura e postos de saúde, o movimento realiza orientações quanto à prevenção de patologias e estímulo a mudanças de hábitos como medidas de higiene pessoal.

A relação educação e saúde, apresentada desde a segunda lição do “Livro de Leitura Para Adultos” (GODOY; COELHO, 1962) demonstra o imbricamento sócio-econômico reproduzido nas condições de vida dos residentes das palafitas, mocambos, morros. O conjunto de palavras – vida, saúde e pão – compõe as frases “O pão dá vida” e “Saúde é vida” e arremata a concepção de que a premissa para ter vida é não ter fome, e ter vida é ter saúde. Atentando que tão imprescindível, quanto cuidar da educação, seria preocupar-se com a saúde, tendo em vista o estado calamitoso sob o qual estava subjugada a pluralidade da população recifense.

Mas, diante da estrutura deficitária, em relação à carência de recursos para ampliá-la, o alcance da Divisão de Bem Estar Coletivo e Saúde, o MCP focaliza, na capital pernambucana, a parte preventiva e lança mão dos médicos e professores acadêmicos da área de saúde para formatar plano de intervenção imediato e com baixo custo, o qual seria implantado durante administração de Miguel Arraes a nível estadual. Por meio de grupo de médicos do Centro de Estudos Médico-Sociais (CEMS) foi elaborado plano de saúde governamental e realizado mapeamento das condições de saúde das populações do interior do Estado (TEODÓSIO, 1963).

A sequeidão que castiga a terra sertaneja, tornando-a frágil, sem nutrientes para produzir é a mesma que fere o homem do campo, roubando-lhe a chance de ter pão, saúde, melhores condições de vida. No entanto, segundo Josué de Castro, a fome infringente não é culpa da natureza. Às disparidades econômicas e sociais incorreria tal responsabilidade. Diante dessa cruel realidade, buscaram-se meios para suavizá-la. No que diz respeito aos aspectos de saúde, endemias e moléstias mais recorrentes foram identificadas nas áreas de maior incidência, no interior de Pernambuco. Fruto do levantamento realizado pela equipe governamental. Então, uma das propostas do governo de Arraes foi instituir um serviço de assistência à saúde com intuito de desburocratizar ao máximo o atendimento médico e

sanitário em regiões carentes, não oneroso aos cofres públicos e que atendesse às comunidades rurais privadas de assistência médica e onde esta já houvesse, auxílio de forma complementar. Atuando tanto na prevenção quanto no combate às enfermidades, um serviço de atendimento médico volante foi, em 1963, criado.

De acordo com dados do levantamento, 70 municípios, dos 120 do Estado, não tinham assistência médica e dentária e nos locais que havia, em estado de precariedade. Por isso, para a médica Naíde Teodósio (1983), que participara no governo de Arraes do Serviço Social Contra o Mocambo, a fundação do Serviço de Assistência Itinerante (SAI) significou “um ponto alto” de sua administração. Ainda que recebesse críticas dos especialistas da área de saúde pública, favoráveis à instalação de atendimento especializado, o médico Bianor da Silva Teodósio (1963) justifica e defende a criação do SAI, devido à inexistência de aparato financeiro para arcar com as despesas de implantação de serviço médico, aos moldes dos países desenvolvidos, e que tal estrutura de assistência médica não contemplaria a população rural. Tendo em vista, a concentração dos serviços especializados de atendimento médico limitar-se às capitais ou aos municípios mais desenvolvidos. Desse modo, o médico destaca em relatório do SAI:

Desta análise objetiva de nossas condições sanitárias e sócio-econômicas é que surgiu, como medida prioritária, o Serviço de Assistência Itinerante (SAI), o qual foi criado em Maio de 1963 por convênio entre a Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social (SENSAS) e a extinta Fundação de Promoção Social (FPS) que teve como sucessor, a partir de Julho do corrente ano [1963], o Movimento de Cultura Popular (TEODÓSIO, 1963).

A proeminência de extinção das ações da Fundação de Promoção Social já era evidenciada quando se cogitou a fusão com Movimento de Cultura Popular, desde o início do mês de maio. Irregularidades no funcionamento da ação social, instituída na gestão de Cid Sampaio, entravaram esta união. Segundo o jornal Última Hora, Anita Paes Barreto apontou falhas quanto ao fechamento de unidades escolares; ausência de alunos, incorrendo às professoras empréstimos de discentes de outras unidades escolares, para comprovar funcionamento das atividades; funcionários que compareciam ao trabalho somente na data de recebimento dos vencimentos (PROMOÇÃO abre..., 1963). Ressaltando que apesar destas irregularidades apontadas, a Fundação deu continuidade ao serviço no Departamento de Promoção de Saúde, atuante em diversos prontos-socorros e ambulatórios de bairros recifenses e que o convênio com a Secretaria de Saúde, para iniciar as atividades do SAI, já estava firmado. Objetivo principal do convênio: expandir, ao interior de Pernambuco, programa sanitário do governo do Estado.

Atender, ainda que primariamente, comunidades negadas do direito de serviço médico e disseminar ação governamental de Miguel Arraes, pareciam um bom projeto para conquistar o meio rural. Além do mais, explicitação de irregularidades, nas atuações da Fundação de Promoção Social, endossa o insucesso da ação governamental lançada por Cid Sampaio. Como forma de ampliar seu projeto de governo e ação que o consagrara em Recife, ao Movimento de Cultura Popular filia-se outros projetos, como GEPA e SAI, e expande-os num processo de interiorização do Estado. Lócus da efervescência de grandes disputas, tradicionalismo político e promissor campo eleitoral, pois a forma socialista de Arraes governar era mais familiar na capital, local que lhe concedera expressivo quantitativo de voto na eleição estadual.

Desta forma, projeta-se o Serviço de Saúde Itinerante com objetivo principal de prestar assistência médico-sanitária à população do interior. Atendimento médico e dentário, sobretudo, aos casos de urgência, vacinação contra varíola e febre tifoide, mapeamento e combate à Tuberculose, nos casos diagnosticados. Mas também o combate passa pelo viés da prevenção e agentes da própria comunidade como lideranças religiosas, políticos, profissionais liberais, professoras e operários, camponeses estavam conclamados. Todos estes vigilantes sanitários, auxiliando as localidades atendidas pelo SAI. Além disso, a educação sanitária preventiva, com o fim de combater às principais enfermidades endêmicas, utiliza-se da literatura de cordel e propagandas áudio-visuais. Esta viabilização da educação sanitária, através da literatura de cordel, buscou orientar quanto aos aspectos de saúde de forma inteligível à população, numa linguagem familiar, envolvendo sua tradição cultural. Para isto, a equipe do SAI realizou concurso de poetas e versejadores para utilização na campanha de educação sanitária (CAVALCANTI, 1980, p. 315).

Para evitar o tracoma
 Todos devem procurar
 Um bom sistema higiênico
 Para do mal se livrar
 E para quem já for doente
 Ouça bem eu explicar.

Os sintomas do tracoma
 Começam a aparecer
 Com dor, coceira nos olhos
 Que faz lágrima descer
 E as pestanas pregadas
 Vêm⁵ se no amanhecer.

⁵ Grafia de acordo com a fonte.

Os olhos ficam vermelhos
 Doloridos e ramelados
 Parecem cheios de espinho
 Que dentro estejam pregados
 Os que sentem esses sintomas
 De fato estão atacados.

Contando com estrutura de funcionamento, organizada em equipe com um médico, dois dentistas, dois operadores de Raio-X, um vacinador, um auxiliar de enfermagem, auxiliares gerais, dentre os quais dois que acumulassem a função de motorista, e também voluntários universitários nos períodos finais do curso, o SAI avulta-se na interiorização. No entanto, esta estruturação organizacional acaba por gerar alguns desentendimentos. A interpretação de que as ações do SAI deveriam cobrir apenas áreas onde não tivessem atendimento médico, causa problema administrativo, de ordem política e não técnica, como ressalta Naíde Teodósio (1983). Pois, localidades em que havia posto médico, por exemplo, em Recife, não haveria necessidade de serviço de assistência ambulante. No entanto, a fila de espera era enorme para estes atendimentos nas unidades fixas o que gerava certos desentendimentos acerca das conduções do SAI, mas não ao ponto de impedir a realização de suas atividades.

Com baixo custo, sessenta e sete cruzeiros e dez centavos por paciente - já acrescido das despesas com pessoal, medicamentos e manutenção – as ações do SAI conseguem, logo no primeiro ano, em 1963, mais precisamente em 182 dias, 50.071 atendimentos. Resultado conquistado com apenas duas equipes, divididas entre as regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão, e atuando em 22 municípios. O resultado conciliatório de aumento do quantitativo de atendimentos médicos e com contenção de gastos erigiu o favoritismo do serviço. Desta forma, o projeto político do governador Miguel Arraes amplia-se da capital ao interior, partindo, inicialmente, do plano educacional e cultural e solidificando-se com ações assistencialistas de intervenção na economia de base e saúde (TEODÓSIO, 1963).

3.2 O despertar de uma Igreja às questões sociais

“Naquela época histórica surgiram e se expandiram propostas de atuação de grupos e instituições nos campos de alfabetização e da cultura popular” (WANDERLEY, 1984, p. 20). Luiz Eduardo W. Wanderley considera como marcantes e emblemáticos os primeiros anos de 1960, nos quais emergiram diversas ações a fim de conter o analfabetismo. Desse modo, os já mencionados Movimentos de educação e cultura popular, como os Centros de Cultura Popular, o MCP, a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, o Sistema Paulo

Freire e o MEB foram os símbolos da ruptura do atraso ao progresso nas ações de alfabetização. Mas é preciso reiterar esclarecimentos de que nem sempre se convergiram os objetivos destas ações, encontrando-se num único ecoar de vozes. Por vezes, as intencionalidades das instituições, impulsionadas pelo contexto de mudanças, reivindicações, perspectivas de progresso arremessam-nas neste afã de movimentos educacionais populares.

Desse modo, os empreendimentos das ações do Movimento de Educação de Base estão vinculados às pretensões da Igreja Católica de atentar às problemáticas sociais e opor-se ao Comunismo. Assim, uma Igreja apática às problemáticas da sociedade, detida apenas na área espiritual, não mais se adequava ao perfil de igreja reclamada, no pós Segunda Guerra Mundial. Sua tradição senhorial, seus trajes exuberantes e arquitetura copiosa deveriam, no entanto, ser abandonados diante dos questionamentos exaltados dos adeptos e defensores da igualdade e justiça social.

A centralização de atenção à conquista de fiéis, compromisso com formação educacional elitizada e concessão de apoio a governos hegemônicos auxiliaram na construção da imagem de instituição eclesiástica alheia aos problemas sociais. Entretanto, a partir da influência de “forças político-ideológicas no seio da população” (LIMA, 2012, p. 54), a liderança clerical adota nova postura quanto aos desvalidos, miseráveis e injustiçados. Diferentemente do alento dado de bem-aventuranças aos que choram, são pobres, têm fome e sede.

O padre Leuret critica, no celeiro das ciências humanas e sociais, que o cultivo da intelectualidade do homem estaria em não ignorar às reais situações de seu tempo: misérias e sofrimentos humanos. A formação da intelectualidade humana deveria preocupar-se em intervir nos problemas que afetam o homem. Para este, ofuscar o olhar às filosofias antigas ou modernas, às ciências exatas e aplicadas, encolhidas aos grandes problemas pedagógicos e discursos políticos, escamotearia atenção da realidade da vida dos operários, de suas moradias insalubres, dos alentos buscados no álcool, sindicato ou partido, conforme o menciona o periódico (LEBRET, 1959). Necessitando de repouso para suas agruras, o homem as recolheria a aspectos compensatórios. E um possível alocar, inflamável e incandescente, chamado comunismo, sob a bandeira da igualdade social e fim da exploração operária, espalhava-se pelo mundo.

Desse modo, na vivência das dissidências polarizadas do capitalismo e comunismo, nos primeiros anos da Guerra Fria, a Igreja Católica analisa os efeitos destrutivos dos Estados totalitários e temem sua propagação. Uma alternativa a este perigo: democracia dos Estados burgueses. Mas ainda assim, o mal parece alastrar-se, até mesmo na expoente instituição

cristã. No início da década de 1950, na França, sacerdotes envolvidos em experiências missionárias como Padres Operários, participam de greves e protestos, provocando abertura às ideias marxista, na Santa Fé. Mesmo com advertências do Papa Pio XII, o qual ameaçara de excomunhão os católicos afeitos aos ideais comunistas (SILVA, 2006).

Em contrapartida, a Igreja Católica não poderia mais fechar os olhos aos flagrantes problemas sociais emanados, sobretudo, do progresso díspar das Nações. Para o Papa Pio XII, segundo comenta Severino Vicente da Silva (2006, p. 89), “a questão social não poderia ser resolvida pela adesão aos encaminhamentos propostos pelos comunistas, pois essa solução encaminha para o conflito de classes e para a Revolução”, e por isso, ao final de seu pontificado recrudescer quanto às novas experiências e pensamentos que pareciam contaminar o trigo, tão arduamente semeado.

Distanciando-se da ríspida postura do Papa Pio XII, o seu sucessor, Papa João XXIII, admitido em fins de 1958, busca reconciliar a Igreja com seus fiéis, atentando ao lado social. Por isso, as encíclicas *Mater et Magistra* (IGREJA CATÓLICA, 1961) e *Pacem in Terris* (IGREJA CATÓLICA, 1963), cartas destinadas a bispo e arcebispos, assumem destaque, bem como a realização do Concílio Vaticano II, iniciado com o Papa João XXIII e concluído com o Papa Paulo VI. Estas encíclicas remetiam direcionamentos das apreciações da Igreja quanto a questões como: progresso econômico igualitário, defesa da propriedade privada, avanços técnico-científicos em favor da paz e indissociabilidade dos direitos e deveres sociais. Neste último aspecto, acerca dos direitos e deveres, a encíclica *Pacem in Terris* (IGREJA CATÓLICA, 1963) inclui, na recomendação de número 145, a responsabilidade do cristão católico de envolver-se no processo social.

Ainda uma vez exortamos nossos filhos ao dever de participarem ativamente da vida pública e de contribuírem para a obtenção do bem comum de todo o gênero humano e da própria comunidade política, e de esforçarem-se portanto, à luz da fé cristã e com a força do amor, para que as instituições de finalidade econômica, social, cultural e política sejam tais que não criem obstáculos, mas antes facilitem às pessoas o próprio melhoramento, tanto na vida natural como na sobrenatural.

Para não se furtar às problemáticas sociais e eximir-se do focalizar apenas as obras assistenciais, alguns eclesiásticos adotam novos posicionamentos. Ações como a Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro, passam a exercer influência na vida social das comunidades. Dirigida pelo arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, esta obra objetiva resolver os problemas habitacionais, tendo em vista o rápido crescimento das favelas, subjogando condições miseráveis aos moradores da “cidade maravilhosa”. O cuidado às

questões de ordem material deveria inserir-se na pauta das preocupações eclesiais, coadunadas à difusão da fé e princípios de defesa do catolicismo. Partindo destas características, Dom Hélder apresenta ao Presidente Juscelino Kubitschek plano de reforma agrária, através de concessão de terras às vítimas das secas do Nordeste e favelados fluminenses. As terras da Fazenda Nossa Senhora da Conceição, propriedade da Arquidiocese de Goiânia, em Anápolis - Goiás, acomodaria o proposto plano do arcebispo do Rio de Janeiro. Um projeto piloto de reforma agrária (PLANO de reforma..., 1959).

O convênio entre diocese e Governo Federal se estabeleceria com cessão de terras e apoio técnico. O arcebispo do Rio ressalta a indispensabilidade dos profissionais da área técnica para planejamento habitacional e agrícola, para melhor aproveitamento das potencialidades da terra. Segundo Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, esta iniciativa resolveria em parte o problema das favelas, representando, dessa forma, a preocupação da Igreja com a recuperação social do País, ante sua disposição em ceder suas terras. O pensamento de intervir nas questões de distribuição de terras, adjeto à preocupação de conter a avultante onda comunista, direciona o agir da Igreja Católica para o âmbito social, principalmente, no meio rural. Este plano piloto serviria como experiência, segundo Dom Hélder, de “tirar do papel as soluções dos nossos problemas”, pois o fato de não sair do papel incorre o risco da reforma agrária. Critica ainda a associação feita ao comunismo, quando se trata de reforma agrária, ressaltando que esta bandeira é de todo povo brasileiro e que os comunistas apenas aproveitam-se dela. Já para Dom Fernando, esta iniciativa representaria a disposição da Igreja para “trabalho de recuperação social do Brasil” (A IGREJA sugere..., 1963).

Durante elaboração deste plano, Dom Hélder sugere sua operacionalização fora dos mecanismos burocráticos, sem planos gigantescos que provocariam entraves a eficiência e celeridade do trabalho. Recomenda também extensão desta proposta a outros setores, até mesmo aos grandes proprietários de terra, e análise do andamento do plano para implantação a nível nacional (A IGREJA sugere..., 1963). Esta iniciativa, implantada no ano de 1959, obtém seu maior êxito no período de 1961 a 1965, encerrando-se em 1966 devido ao desprestígio do governo militar em cumprir o acordo firmado.

O plano apresentado, por Dom Hélder ao Presidente da República, reflete as articulações da CNBB, delineadas a partir de seu primeiro conclave: I Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, no ano de 1956. A relevância de não isentar a educação de base ao tratar de problemáticas sociais, bem como a distribuição de terras é evidenciada pelos bispos desde a realização deste evento. E durante balanço dos planos demandados neste I

Encontro, os bispos concluíram que “vão muito bem” aqueles pertinentes ao Decreto nº 39.287 (RIO DE JANEIRO, 1956), o qual se refere ao desenvolvimento econômico de algumas áreas do Rio Grande do Norte. Dentre os melhoramentos obtidos desde Campina Grande estão:

Foi instalada e inaugurada uma Emissora de Educação Rural, com funcionamento de quase 30 escolas dotadas de rádios cativos. À frente desses trabalhos se acham D. Eugênio Sales e D. Eliseu Mendes. O maior prodígio foi obter o perfeito entrosamento de 11 órgãos federais que vivem desarticulados. (II ENCONTRO dos bispos em Natal, 1959).

As parcerias estabelecidas pelos bispos, representantes da Igreja Católica, e Governo Federal serviram para trilhar o caminho do Movimento de Educação de Base. Com foco no meio rural, este movimento com aporte de escolas radiofônicas consegue não apenas instalar mecanismo de educação elementar na zona rural, mas também implantar sindicatos de trabalhadores rurais, intervindo numa demanda social de grande preocupação da Igreja: reforma agrária.

No II Encontro, realizado em Natal, três anos depois, os bispos da CNBB reiteraram as discussões do Encontro anterior, acolhendo, na declaração assinada ao término do evento, as prerrogativas para o desenvolvimento econômico do Nordeste: a) apoio voluntário das forças atuantes em toda comunidade; b) preparo urgente, de líderes especializados em técnicas de organização comunitária, serviço de extensão rural e processos de educação de base; c) investimento igualitário tanto ao setor secundário (indústrias) quanto ao primário (agricultura e pecuária); medidas para melhoria no nível alimentar e atenção à saúde pública; e) acolhimento de maneira digna aos migrantes nordestinos (II ENCONTRO dos bispos..., 1959).

A CNBB dedicada em cumprir os anseios da Santa Sé, através de seus sacerdotes, no término do II Encontro de Bispos, subscreve afirmação acerca do direito e dever de preocupar-se com a situação temporal do povo brasileiro, principalmente, com aqueles que vivem em áreas subdesenvolvidas como o Nordeste. Tal atenção, asseverada no documento elaborado ao término do Encontro, afirma o posicionamento desprezioso da participação da Igreja na elucidação dos grandes problemas humanos. Porém, quanto ao apoio à reforma agrária este deveria estar em consonância com as normas cristãs, criticando a redistribuição de terras de modo aleatório.

Por este motivo a Igreja aceita a reforma agrária com as cláusulas devidas das encíclicas dos papas, não como querem os comunistas, inventariando terras para distribuírem arbitrariamente de um modo aventureiro e subversivo, mas dar terras, adquiridas sem lesar a justiça, e isto de um modo educativo e adequado para resultar o bem estar da alma e do corpo. (II ENCONTRO dos Bispos..., 1959).

As recomendações do episcopado, fruto do II Encontro dos Bispos no Nordeste, transformam-se em leis. Diversos despachos, com aquiescência presidencial, são deliberados afirmando o compromisso assumido pelo Presidente da República, na cerimônia de encerramento. No Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, são promulgados trinta decretos de obras para recuperação do Polígono das Secas. Contemplados nestas determinações estão construções de barragens, produção de gêneros alimentícios, colonização, abastecimento de água e educação. Neste aspecto, o programa de educação de base, por meio de emissora de educação rural, obteve liberação para execução. Os encaminhamentos para efetivação de programa educativo, via rádio, são traçados. Delineando-se, dessa maneira, a estruturação do Movimento de Educação de Base (II ENCONTRO dos Bispos..., 1959).

À medida que a Igreja Católica desperta aos problemas sociais, sendo, no Brasil, o drama do nordestino foco de sua atenção, o governo norte-americano atenta para a América Latina. Assim, como forma de conter a expansão da Revolução Cubana, o governo norte-americano elabora plano de política externa, a fim de auxiliar o desenvolvimento sócio-econômico de países subdesenvolvidos (SILVA, 2006; MONTENEGRO, 2010).

O Nordeste passa a ser alvo de intervenção destes atores, ambos ambiciosos por sufocarem “ideologias subversivas” aos princípios cristãos e fundamentos capitalistas, após denúncias dos sofrimentos impostos pela fome, seca e descaso governamental. Tais queixas encontraram na literatura, como aponta Montenegro (2010), espaço para veiculação. José Américo com “A bagaceira” (1928); Graciliano Ramos com “Vidas secas” (1938); poemas do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto descrevem o flagelo da “vida severina” do sertanejo e seu anseio de fugir da morte através do êxodo rural.

No plano de remessa de recursos a países latino-americanos, o Brasil é “agraciado” e recebe auxílio financeiro da Aliança Para o Progresso. No início, o recurso era remetido diretamente ao Governo Federal e depois passa a ser distribuído aos Estados que decidem aceitar as condições do acordo: intervenção nos ordenamentos políticos. Apenas os Estados de Guanabara, com Carlos Lacerda, e Rio Grande do Norte, com Aluizio Alves aceitam este compromisso (SKIDMORE, 2000).

A contribuição da Igreja, em atentar à reforma agrária, justifica-se a fim de coibir “contos falaciosos” dos defensores da redistribuição de terras de forma arbitrária. Contos dos que pregavam a correção da anomalia de grandes extensões de terra sob propriedade de poucos, através da divisão de elevadas quantidade de glebas (O CONTO da reforma..., 1964). No entanto, na visão eclesiástica, isto não solucionaria o problema. A incapacidade de gerenciamento técnico e comercial, além da ausência de recursos financeiros, fomentaria o que chama o periódico de “dependência do Estado-Patrão”, o qual teria que arcar com as despesas manter o pequeno proprietário nas terras. Sendo esta a causa apontada pelo fracasso das fazendas coletivas na Rússia. Ratificando, dessa maneira, os elementos para advogar em favor da propriedade de terra particular.

Em outra matéria, neste mesmo jornal, intitulada de “O chocalho das reformas e as intenções do Governo” (1964) dispensa-se críticas às ações do presidente João Goulart ao incentivar a reforma agrária de maneira agitada, através de desapropriações de terras com indenizações pagas em títulos da dívida pública. A divisão de terras, se dependesse apenas do Governo, isto é, caso tivesse a plenitude de poder, já teria se realizado, destaca o jornalista Paulo J. Guimarães, mas através de reforma constitucional a qual transfiguraria os princípios republicanos de 1889. Este entendimento revela o receio de atitude ditatorial de ordem socialista que incutisse a concentração de poder nas mãos de um governante. A exemplo do que acontecera na União Soviética e em Cuba. Por isso, adverte ainda este jornalista, nenhuma reforma implementada por Jango seria suficiente para conter as cargas inflacionárias, alertando que “só mesmo uma reforma de regime, que impedisse a ascensão ao poder supremo de primários como o Sr. João Goulart”. Desse modo, em fevereiro de 1964, já se elucidava o prenúncio de um golpe militar.

Mas, ainda que a ação de Jango, com seu plano reformista, tenha sido encarada com desvelo por muitos, a priori, conquista o reconhecimento e aplausos de Dom Hélder Câmara ao Plano Trienal. Ressaltando o planejamento como bom ponto de partida aos que não desejam mais viver de improvisações.

3.2.1 Sindicato de trabalhadores rurais e escolas radiofônicas

Em anuência às demandas do II Encontro de Bispos do Nordeste, pontífices de dioceses da Zona da Mata, Agreste e Sertão pernambucano, fazem também solicitações de auxílio ao interior do Estado: unidades de saúde polivalentes, incluindo serviços de ambulatórios, maternidades, pequenas enfermarias e postos de saúde. As carências do campo,

quanto à saúde, educação, moradia e, principalmente, conflitos por trabalhadores do campo, incitados pelas Ligas Camponesas, revelam a necessidade de atuação mais enfática da Igreja.

Desse modo, a instituição eclesiástica dá sinais do abandono às ações meramente assistencialistas. O auxílio dispensado ao campo requeria bem mais que ajuda superficial, a fim de refrear um problema momentâneo como a fome. Alimentos recebidos pela CNBB eram repassados a dioceses do interior, como a de Caruaru, esta a época dirigida pelo Bispo Paulo Libônio, com finalidade de serem distribuídos aos pobres. Mas a partir da ambiência de mobilizações sociais, do avanço da ideologia comunista, conflitos nas relações trabalhistas, especialmente no campo, bispos e padres passam a realizar uma obra missionária, atentando aos problemas sociais (CONFEDERAÇÃO Católica..., 1957).

Assumindo posicionamento em relação à reforma agrária, mas diferente dos moldes socialistas de desapropriação das terras improdutivas, padres e bispos passam a advogar a causa dos trabalhadores rurais, tendo em vista as sublevações provocadas pelas Ligas Camponesas. Assim, trabalham sobre duas vertentes: projeto de educação de base e organização sindical rural. Na primeira, implanta-se o Movimento de Educação de Base, direcionado a alfabetização de adultos através do rádio. Na segunda, fomenta-se na instituição eclesiástica processo de interesse pela defesa dos trabalhadores rurais que buscando organizá-los em sindicatos, a fim de conceder orientação quanto aos direitos e deveres trabalhistas. Esta atitude, desvia-se da concessão de mera assistência, e preconiza tentativa de refrear a cooptação comunista no meio rural. Sob tais objetivos é criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), em 1961.

Com equipe formada para estruturar o desenvolvimento das demandas da organização sindical e desempenhar certo controle dos trabalhadores rurais, favorecendo a diminuição do fervor revolucionário do movimento camponês (LIMA, 2012), o SORPE é coordenado pelo Padre Paulo Crespo, pároco na cidade de Jaboatão dos Guararapes e Padre Antônio Melo, pároco do Cabo de Santo Agostinho. Sob inspiração do Serviço de Assistência Rural (SAR), instituído por padres na década de 1950, no Rio Grande do Norte, e que atuava com orientações sobre saúde, plantio e até organização de camponeses através de associações. Contando também com ajuda de uma emissora de rádio. O arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, era quem dirigia estas ações. Este mesmo arcebispo foi quem articulou a parceria da CNBB com o Governo Federal para implantação do MEB nas áreas rurais. O arcebispo de Natal, um dos precursores da escola via rádio, tivera contato com exitosa experiência de rádio-educação em Sustatzena, na Colômbia. Sob orientação do Padre J. Salcedo, a Acción Cultural Popular implantou escolas radiofônicas, em áreas rurais, que atendem comunidades

indígenas. Assim, Dom Eugênio Sales que atuava no Serviço de Assistência Rural (SAR), com orientações sobre saúde, plantio e até organização camponesa através de associações, implementa ações de escolas radiofônicas (SOUZA, 2006).

Em Pernambuco, o interesse na organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, conforme comenta o Padre Crespo (1978), era um meio de contornar o temor solapado no campo, pelas Ligas Camponesas. Pioneiro na sindicalização dos camponeses, Padre Paulo Crespo une-se ao Padre Antônio Melo na luta pela implantação de sindicatos de trabalhadores rurais e concretização da reforma agrária. Este último vigário apontado como figura persuasiva e loquaz, articula-se em meios públicos, como imprensa, a fim de demarcar seu posicionamento político-cristão. Ambos os párocos, embora defendendo a reforma agrária e a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendiam a ala moderada da Igreja.

Padre Melo, entendido como grande interlocutor para a paz no campo e capaz de apaziguar os ânimos sociais, apóia, por um lado, o diálogo entre usineiros, camponeses, delegados do Trabalho e governador. No entanto, por outro, deixa claro que sua concordância à distribuição de terras prescinde à reformulação do artigo 141 da Constituição, o qual não permite a extinção dos latifúndios produtivos, segundo o periódico Última Hora. Defende, desse modo, o sistema cooperativista, no qual as terras pertencentes as cooperativas propiciariam divisão equitativa dos lucros aos camponeses (PADRE Melo..., 1963). Em outras situações de interlocução com o Governador Miguel Arraes, estes párocos Antônio Melo e Paulo Crespo aproveitam a ocasião para levar ao Chefe do Estado reclamações dos camponeses, como as ameaças de fuzilamento, por parte dos latifundiários e de seus capangas. Como resposta enérgica a tal explicitação, o Governador reafirmou não aquiescência à violência. Diante deste alerta, os párocos sugeriram assistência judicial aos camponeses nas promotorias das próprias comarcas, ressaltando o movimento dos trabalhadores como pacífico e reivindicando menos do que estes teriam direito. No entanto, interlocuções entre os vigários e Governo do Estado cedem espaço, posteriormente, à animosidade.

Tendo o Padre Antônio Melo assumido postura afeita aos interesses “direitistas”, cede a casa paroquial, em Jaboatão dos Guararapes, para implantação de sede do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esta entidade, acusada de articulação com organização americana, visava dificultar o desenvolvimento do governo João Goulart, bem como seu plano de reformas, interferir no processo eleitoral através de financiamento a candidatos contrários à proposição de reforma para distribuição de terras (LIMA, 2012). O estopim da crise do IBAD acontece quando após denúncias de financiamento de verbas do

exterior a campanhas eleitorais de deputados federais e estaduais, e governadores forma-se uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), verificando, além disso, a interferência de órgãos vinculados ao IBAD na imprensa carioca. Em Recife, o concorrente de Arraes ao Governo do Estado, João Cleofas foi acusado de recebimento de verbas do IBAD e teve que prestar esclarecimentos à CPI.

É através do discurso de dignificar a pessoa humana, a partir dos preceitos cristãos, que a Igreja Católica apóia a reforma agrária (D. HÉLDER Câmara..., 1959). Diante disso, planeja auxílio estruturado com intervenções, desde o II Encontro dos Bispos, nas áreas de: agricultura e abastecimento; saúde, maternidade e infância; migrações internas; ordenamento agrário; e educação de base e promoção operária. Deste último item, partem os encaminhamentos para constituição do Movimento de Educação de Base e sindicatos de trabalhadores rurais. Tomando, assim, como exemplo a experiência norte-rio-grandense de instalação de emissora de educação rural, contemplando o funcionamento de aproximadamente 300 escolas.

O percurso para instituição do MEB imbrica-se ainda à atuação de escolas radiofônicas através da Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec) que, em 1958, promove um encontro com emissoras de propriedade de dioceses a fim de discutir problemas em comum (DE KADT, 2007). Fruto deste encontro surge a decisão de desenvolver cursos para treinar pessoas que trabalhariam nestas emissoras. Preparo técnico para o bom funcionamento desta iniciativa. Assim, a partir do destaque da experiência da diocese de Natal, a Renec convida os responsáveis pelas escolas para um encontro em Aracaju – SE, no início de 1960. Jânio Quadros estando em visita a este Estado, ainda em período de campanha eleitoral, toma conhecimento das ações de escolas radiofônicas vinculadas às dioceses e propõe acordo com arcebispo D. José Távora, responsável pelas escolas radiofônicas, de expandir a educação pelo rádio a nível nacional. O compromisso previa subsídios do governo federal para expansão gradativa das escolas radiofônicas e através do decreto 50.370 de 21 de março de 1961 (BRASÍLIA, 1961) que “dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. Firmando, desse modo, o funcionamento do MEB de 1961 a 1965, por intermédio de parcerias com os Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde através de colaborações e também alocação de funcionários federais para colaborarem com o Movimento. Embora com ampla área de abrangência, o Nordeste foi o

grande celeiro do desenvolvimento das escolas, tendo 96,5% dos alunos no ano de sua criação (DE KADT, 2007).

A intenção esperançosa de extinguir o analfabetismo, ou ao menos reduzi-lo drasticamente, parece não ter sido o principal objetivo de constituição do MEB. Luiz Eduardo Wanderley (1984) discorre sobre quatro motivos para sua criação. Primeiro: estratégia populista firmada por Jânio Quadros de realizar ação para elevar contingente eleitoral. Segundo: preocupação do Governo Central em atender demandas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre campanhas de alfabetização. Terceiro: restrição ao poder eleitoral da oligarquia rural, cuja pujança era notada no Congresso Nacional. E por fim, uma forma de sustar o assédio de ideologias revoltosas às massas rurais, e para isto nada melhor do que contar com a colaboração da Igreja Católica que já avistava com receio ações no campo, como as Ligas Camponesas.

No entanto, aos objetivos explícitos do MEB atrelava-se a alfabetização, a qual estava imersa num projeto de educação de base que incluía educação integral com orientações sanitárias, agrícolas e princípios de práticas democráticas (DE KADT, 2007). Para Padre Renato Cavalcanti (2011), eclesiástico que atuou no movimento implantando escolas do MEB no município pernambucano de São Lourenço da Mata, a intencionalidade do movimento “era para alfabetizar, falar dos direitos do trabalhador, direitos da pessoa como pessoa humana, respeitar os outros, essas coisas”. Contudo, a vinculação do MEB com o sindicalismo rural também se explicitava, acrescentando: “Dom Carlos [arcebispo de Recife] mandou que os párocos da zona rural fundassem os sindicatos rurais”. Assim, Padre Renato o fez. Implantou escolas do MEB e auxiliou na constituição do sindicato dos trabalhadores rurais em São Lourenço da Mata. Este sindicato, criado em junho de 1956, sob Decreto-Lei 7038 de 1º de novembro de 1944 (BRASIL, 1944), foi fechado dois anos depois por determinação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (LIMA, 2012). E só é reaberto em 1962.

O arcebispo mencionado por Padre Renato, Dom Carlos Gouveia Filho, dirigente da Arquidiocese de Recife e Olinda, marcou a abertura de uma Igreja, em Pernambuco, preocupada com problemas sociais. O início do seu episcopado corresponde, justamente, ao período do início da gestão de Miguel Arraes na Prefeitura, criação da SUDENE, desapropriação das terras do Engenho Galileia, em favor dos camponeses, e expansão das Ligas Camponesas a outros Estados. Não se eximindo do contexto histórico, invocador de mudanças sociais, Dom Carlos apóia a criação da SORPE, as instalações do MEB e sindicatos de trabalhadores rurais. Abrindo, dessa forma, o caminho para seu sucessor Dom Hélder Câmara, que logo após a morte de Dom Carlos, devido a complicações pós-operatórias,

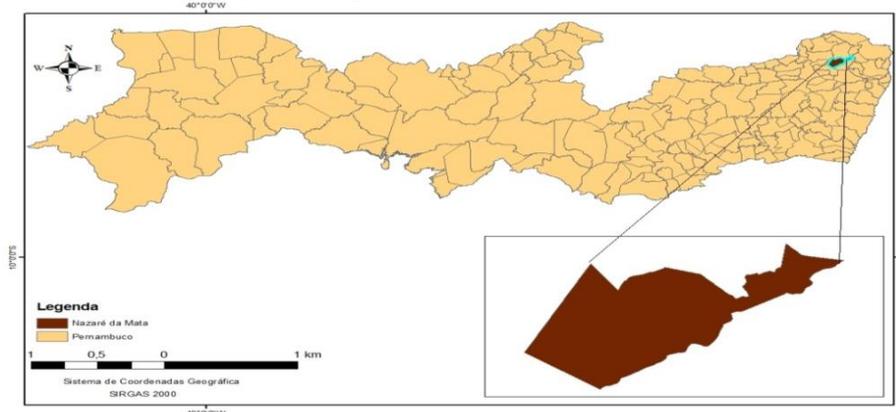
assume a liderança da Arquidiocese de Recife e Olinda (SILVA, 2006). Chama-se atenção o desvelo do Papa Paulo VI em, prontamente, nomear Dom Hélder para substituir o arcebispo falecido. Celeridade sem precedentes na história eclesiástica, afirma o jornal (D. HÉLDER para..., 1964) A chegada de Dom Hélder foi recepcionada com o golpe militar.

Mas, enquanto Dom Carlos esteve à frente da Arquidiocese recifense, fundou novas dioceses, em destaque a de Palmares. Severino Vicente da Silva (2006, p. 163) considera esta iniciativa como “resposta da Igreja à crescente influência dos partidos esquerdistas nessas regiões, notadamente em Palmares, que possuía o maior sindicato rural do Estado”, congregando mais de 30 municípios. Padre Paulo Crespo (1978) comenta os desajustes da Igreja na tentativa de filiação ao sindicato de Palmares, pois a recente implantação da diocese não permitira ao bispo Dom Acácio Alves familiarizar-se com o clero e manter, dessa forma, uma frente combativa, no sindicato, aos comunistas. Porém, se em Palmares a Igreja encontrou dificuldades em organizar sindicato, o mesmo não aconteceu em outras cidades como Caruaru e Nazaré da Mata. Uma localizada no Agreste pernambucano; a outra na Zona da Mata Norte.

3.2.2 Relatos memorialísticos: descrição do MEB em Nazaré da Mata e Caruaru

Materiais impressos são fontes que conseguem se manter, ao longo do tempo, estáticas, ainda que suas interpretações sofram mutações. O documento monumento descrito por Le Goff (2010). Mas, a oralidade revela o que a memória conservou, reordenou da informação por interferência do tempo, ou mesmo representa uma história particular, construída a partir da compreensão do narrador. Relevando sua subjetividade. É assim que Marliete Pessoa (2014), coordenadora das escolas radiofônicas do MEB narra as atividades do movimento, imbricadas a sua própria história de vida.

Figura 2: Mapa da cidade de Nazaré da Mata



Fonte: IBGE, adaptado por SILVA, 2014

A experiência de Sutenzenza, na Colômbia, de escolas radiofônicas chegava a Nazaré da Mata, no ano de 1961. Município da Zona da Mata Norte, também inserido no ciclo de plantio da cana-de-açúcar, tem configuração semelhante a outras cidades que desempenham atividade econômica agrícola: precariedade das condições de trabalho e sobrevivência dos camponeses.

A Diocese desta cidade interessa-se pela ação de educação pelo rádio, exitosa no Rio Grande do Norte e Sergipe, e envia pessoas à capital potiguar para familiarizar-se com esta ação para implantação no município. Assim, Padre Petronilo Pedrosa, com ordens da CNBB, envia as jovens católicas leigas, Marliete Pessoa e Neide Veiga da Silva, para receberem treinamento, de curta duração, em Natal – Rio Grande do Norte. Se Pernambuco, desponta com ações de educação popular do MCP em Recife, Natal também se lança com experiências radiofônicas da CNBB, coordenada por Dom Eugênio Sales, implantação da campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, sob iniciativa do Prefeito Djalma Maranhão e, em 1963, o Estado recebe a experiência piloto do método Paulo Freire, em Angicos – Sertão norte-rio-grandense.

É sob este clima pedagógico, emergente no Estado potiguar, que Marliete Pessoa (2014) relata ter tido contato com as escolas radiofônicas, recebendo instruções de como operacionalizá-las, visitando as periferias da cidade de Natal e coletando qualquer tipo de elemento que pudesse somar às orientações dadas, tendo em vista, não haver recebido nenhum documento, livro, apostila que pudesse consultar após o célere treinamento. Então, ao retornar à Zona da Mata pernambucana, transformam a Cúria Diocesana de Nazaré, também reconhecida como Palácio do Bispo, em uma das sedes das escolas radiofônicas do MEB. A implantação das escolas é concomitante à criação do sindicato dos trabalhadores rurais nesta cidade. As primeiras reuniões sindicais aconteceram no salão paroquial.

Nesta cidade, a Igreja Católica além de intervir na área pedagógica, exerce forte influência no sindicalismo rural. Na ata de fundação deste sindicato, em 06 de novembro de 1961, consta a presença do Padre Mário Leitão, o qual explicitou aos trabalhadores esclarecimentos acerca das ações do sindicato na instrução e defesa dos direitos dos trabalhadores. Cabe destacar também que as primeiras reuniões aconteceram no salão paroquial Bento XV. Por vezes, ao término da missa aproveita-se a oportunidade para realização de reunião.

Os párocos da Diocese de Nazaré da Mata participavam, frequentemente, dos encontros do sindicato, mas também das formações sindicais para os trabalhadores rurais. As imagens a seguir (Figuras 3, 4 e 5), encontradas no acervo do sindicato dos trabalhadores

rurais de Nazaré da Mata, referem-se ao curso sobre sindicalismo rural, realizado no Ginásio São José, durante o período de 10 a 15 de dezembro de 1963, ministrado pelos padres Danta, Crespo, Petronilo Pedrosa e Mário Leitão, conforme explicitado no verso da Figura 3.

Figura 3 - Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata



Fonte: Sindicato de Nazaré da Mata.

Figura 4 - Lembrança do curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata



Fonte: Sindicato de Nazaré da Mata.

Figura 5 - Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata



Fonte: Sindicato de Nazaré da Mata.

O homem de aparência simples, centralizado na imagem (Figura 3) e à frente dos demais, é o senhor Euclides Almeida do Nascimento, primeiro presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Nazaré da Mata. Compondo o cenário iconográfico estão trabalhadores filiados ao sindicato e participantes do curso promovido pela instituição eclesial.

Nas figuras 4 e 5 demonstra-se a participação do Padre Mário Leitão (pároco à esquerda) e o Bispo Dom Manuel Lisboa (sacerdote à direita). Na figura 5, o homem que aparece em pé, segundo o senhor Nativo Nascimento (2014), irmão de Euclides, é Djalma Melo, um dos defensores do cooperativismo na região. E à direita, o senhor que compõe a mesa, ao lado de Dom Manuel, é o presidente do sindicato: Euclides do Nascimento.

A proximidade do presidente do sindicato com os representantes eclesialísticos não é revelada apenas durante composição da mesa, no curso de sindicalismo rural. Nas práticas cotidianas permeia-se a defesa dos princípios cristãos como obrigatoriedade do casamento e não adesão a ações consideradas “perturbadoras”. Na ata da reunião de 18 de novembro de 1962, o presidente deste sindicato, inicia a sessão reafirmando os direitos dos trabalhadores como não ter descontado de seus vencimentos a ausência ao trabalho, por motivo de doença. Prossegue o senhor Euclides tratando acerca dos deveres dos trabalhadores: cientificar ao proprietário e ao sindicato o motivo de ausência, obrigação de casar civilmente e registrar os filhos. Sobre o registro dos infantes, justifica-se devido ao reconhecimento de cidadania e garantias legais. Finaliza explicitando que o sindicato é “órgão de classe e não agitação de

classe e todos tem obrigação de assistir reuniões de sindicato, para aprender as normas e que o sindicato aplica na forma da Lei” (ATA da Assembleia..., 1962).

A realização deste curso enuncia além de uma ação da Igreja no sindicato, representa também a atuação do Bispo Dom Manuel Lisboa. Transferido para a diocese de Nazaré da Mata, no mês de junho de 1963, trouxe dentre suas credenciais eclesiais o fato de envolver-se em “campanhas humanitárias” em sua terra natal: Bonfim, na Bahia.

Se nesta localidade a Igreja preocupa-se com a questão formativa nos sindicatos, debruça-se bem mais quanto à organização das escolas do MEB. Desse modo, organiza-o enquanto sistema, compondo equipe com professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliariam à operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes monitores, segundo De Kadt (2007, p. 152) “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses”. A equipe da diocese de Nazaré da Mata, formada por professoras leigas, era responsável por acompanhar o andamento das atividades do MEB, nos engenhos e cidades circunvizinhas, como Macaparana e Timbaúba. Escolhido o monitor e o local para aula, cediam-se recursos elementares como rádio, quadro-negro e giz. A professora Marliete Pessoa (2014) comenta que a equipe convidava pessoas conhecidas para serem monitoras do MEB, mas que a preferência era monitor do sexo masculino, pois “mantinha mais a ordem”, embora, a pluralidade de auxiliares tenha sido feminina. À figura masculina, ainda que em ambiente pedagógico, remetia-se a imagem de autoridade que poderia impor a ordem.

De Kadt (2007, p.155) salienta que a escolha deste monitor, feita inicialmente pela direção, passou depois, aos próprios camponeses. Por vezes, o responsável pelo acompanhamento das aulas era realizado por sujeito com compreensões básicas de Matemática e Língua Portuguesa, mas que “gradualmente, começou a ser visto no movimento menos como professor auxiliar e mais como líder comunitário”. O trabalho do monitor, fundamental para o desenvolvimento do movimento, era voluntário. Alguns elevados a membro da equipe de coordenação passaram a receber uma pequena remuneração dispensada aos coordenadores.

As aulas do movimento funcionavam na casa dos próprios monitores, em casa de farinha, ou até em espaços mais apropriados como salas de aula. Os locais eram simples, muitas vezes de taipa e com tamboretas. Ter uma sala de aula significava um luxo, comenta a coordenadora Marliete Pessoa (2014). Alguns espaços de aprendizagem não tinham sequer cadeiras disponíveis. Alunos sentados no chão ou agachados tomavam nota das orientações dadas pelo rádio ou pelo monitor.

A equipe de coordenação das aulas do MEB, a partir de planejamento semanal quanto às aulas e locuções, deslocava-se aos lugares ermos onde havia escola radiofônica do MEB implantada. Aos locais de difícil acesso, agravado em dias de chuva, percorria a equipe em uma Rural. Único meio de transporte a engenhos de diversas cidades. Marliete Pessoa (2014) destaca a aridez da função desempenhada pelas professoras coordenadoras, ao passo que a equipe saía da sede da diocese de Nazaré com o sol ainda alto e o transporte ia deixando uma a uma em diferentes localidades. Pequenos conflitos, pelo único banco disponível no veículo, eram travados. Solução: estabelecimento de revezamento. À noite, ao término das aulas, a Rural percorria o mesmo trajeto para pegar as professoras na volta, o que muitas vezes levava horas a espera do transporte. Neste interregno, aproveitavam a oportunidade para familiarizarem-se com os camponeses esperando o transporte no eito. Local nos engenhos onde se comercializava alimentos aos trabalhadores. A moeda mercantil era a anotação da dívida na caderneta da “conta”. O espaço do pequeno comércio no engenho, com pequena abertura gradeada que impossibilitava o acesso ao produto da compra, mas apenas o pedido ao responsável, era também o local de conversa fiada, mexericos e “tomar pinga”. Uma forma de amenizar os pesares da vida.

Antônio Montenegro (2010) destaca que o engano do lápis era um dos instrumentos de dolo aos trabalhadores da palha da cana. No barracão do engenho, onde os trabalhadores camponeses compravam alimentos básicos, utilizavam-se das cadernetas para registrar as compras e descontar no pagamento, no entanto, muitos trabalhadores eram lesados na hora do acerto de contas. Não só este, mas o cambão e o pulo de vara são exemplos de sujeições e fraudes aplicadas aos camponeses. O primeiro refere-se à obrigatoriedade imposta aos trabalhadores de ceder três dias de trabalho ao proprietário da terra. Já o outro, quanto ao pagamento pela extensão de arada dimensionando-a erroneamente, mas sempre a favor dos proprietários.

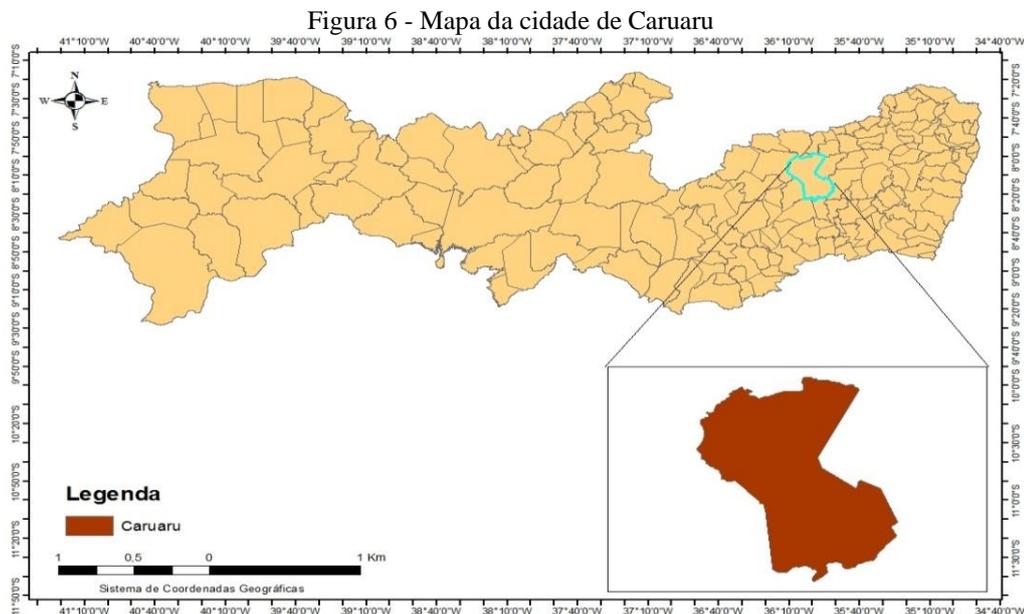
O acompanhamento, feito pela equipe de coordenação do MEB, visava ter contato com os alunos e saber acerca da condução do planejamento. “Ouvir mais do que falar. Ouvir para colher”, afirma a coordenadora do MEB. Embora o ouvir fosse algo imprescindível, o falar caminhava na base da verdade. Esta, entendida no sentido de discutir assuntos pertinentes à remuneração, condições de trabalho, abordagem de direitos que eram pouquíssimos. A ânsia de realizarem um trabalho social impulsionou jovens leigas a desenvolverem uma ação que despendia tempo, energia e dedicação. Tal disponibilidade, como aponta Marliete Pessoa (2014), devia ao ensejo de “salvar o mundo” por intermédio de “apostolado político”. Mas salvar o mundo do quê? O que seria tão impulsionador, ao ponto

de alistar jovens professoras, numa ação tão laboriosa? Uma atitude missionária envolta numa ação social.

Embora a presença da religião não devesse estar explícita, pois isto “poderia afastar aquelas pessoas que gostariam de aprender a ler”, comenta Marliete Pessoa (2014), as práticas solidificavam a adoção de posicionamento cristão ao alistar os “descasados” ao casamento. Ainda que algumas práticas afirmassem o direcionamento religioso e a cartilha “Viver é lutar” (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963) apresentasse apenas em três lições o nome de Deus (3ª, 7ª e 12ª lição), as professoras foram até mesmo acusadas de ateias, por não falarem o nome de Deus.

Se na cidade de Nazaré da Mata, a Igreja Católica encontrou as condições para instalação das escolas radiofônicas do MEB, sendo a diocese deste município, base para outras cidades, como também estrutura político-social para fundação do sindicato de trabalhadores rurais, outra cidade da região do Agreste pernambucano – Caruaru - consegue acolher as escolas do MEB.

Não apenas do trabalho da equipe de coordenação das dioceses sedes das escolas radiofônicas adveio o sucesso do MEB, mas aos monitores remete-se também tal mérito. A diocese de Caruaru, interessada em instalar escolas do MEB, neste município, divulga na edição semanal do Jornal Vanguarda (MOVIMENTO de..., 1962) nota de convocação de treinamento para monitor do Movimento de Educação de Base: “Curso de treinamento para monitores do Sistema de Rádio Educativo de Caruaru, órgão que se destina a fazer a educação de base. As aulas terão início no mês de agosto vindouro”. O curso aconteceria no Ginásio Sagrado Coração, no período de 16 a 20 de julho de 1962.



Fonte: IBGE adaptado por SILVA, 2014

É através deste treinamento que jovens como Josefa Cristina Ferreira (2012) puderam atuar no movimento. Aos 15 anos de idade aceitou o convite para ser monitora do MEB. A vinculação de seu pai com a Igreja Católica foi um caminho para ganhar a responsabilidade de alfabetizar uma turma com mais ou menos seis agricultores.

Aí chegou essa oferta, vamos dizer assim da Igreja Católica e que depois eu fiquei sabendo que era a CNBB que criou para ensinar adultos analfabetos, completamente, através do rádio. Quer dizer, um estudo indireto e eu fui ser monitora, um trabalho voluntário, deste produto, deste serviço. (FERREIRA, 2012).

De Kadt (2007) considera a evolução dos objetivos do treinamento como aspecto exitoso do desenvolvimento das ações do MEB. As ações de preparo e atualização dos envolvidos, inicialmente, focadas em orientações quanto às escolas radiofônicas, têm ampliada sua visão ao voltar-se à comunidade e entendimento do monitor como potencial líder comunitário.

Então a gente veio pra cidade fez um treinamento no colégio das Freiras lá e eu me lembro que Dom Augusto de Carvalho fez a abertura e eu não entendia nada do que se tratava, mas era um treinamento bem simples. Naturalmente foram passando as informações e aí mandaram, eu não levei nesse dia, mas chegou lá depois um pessoal com um rádio, rádio de uma emissora só. A gente era refém! Eu não me lembro se era Rádio Olinda. Parece que era Rádio Olinda. Rádio a pilha. (FERREIRA, 2012).

A implantação das escolas do MEB, em Caruaru, recebe o apoio de Dom Augusto de Carvalho, bispo que conseguiu conciliar o âmbito de mudanças da Igreja com seu tradicionalismo. Ordenado bispo diocesano de Caruaru, em 1959, realiza ações para marcar o município. Transforma o Colégio Diocesano na Faculdade de Filosofia de Caruaru (FAFICA), iniciando o processo de interiorização de faculdades no interior do Estado. Reforma a Catedral da cidade, projetando-a com arquitetura moderna, abandonando o estilo barroco, como também não se exime de orientar os fiéis católicos sobre questões políticas, “esclarecendo-os”, sobretudo, quanto às relacionadas com a sucessão governamental do Estado, em 1962. O desejo explícito de Dom Augusto de que um político perpetuasse a “manutenção da ordem jurídica” e se comprometesse em solucionar problemas - como a miséria, desigualdades sociais, desamparo às zonas rurais, já que estes tornavam a região “uma área explosiva e perigosa” - justifica-se ante a forte oposição da Igreja ao Comunismo (DOM Augusto..., 1962). Dom Augusto salienta ainda que o eleitor católico deveria ter conhecimento acerca da orientação ideológica de cada candidato para poder escolher conscientemente seu candidato e acrescenta:

Não podemos nem devemos ceder por transigência ou covardia a um comunismo que existe, que se infiltra, que compra alianças e contemporarizações a troco da vaidade de alguns, das ambições dos outros e da ingenuidade e medo de muitos (DOM Augusto..., 1962).

Estas e outras enunciações contrárias ao comunismo são veiculadas no jornal da Diocese de Caruaru – A Defesa. Fundado em 5 de junho de 1932, pelo Círculo Católico, foi restaurado por Dom Paulo Libônio, bispo que antecedeu Dom Augusto na diocese de Caruaru. A veiculação do jornal A Defesa instrumentaliza o posicionamento político-ideológico da Igreja Católica. O caráter informativo deste periódico distingue-se do outro jornal circulante na cidade – Vanguarda. Dessa maneira, a Igreja Católica, por este meio de comunicação, demarca seus pensamentos, publicando artigos e matérias correlacionadas aos seus princípios.

De modo que, o discurso proferido por Dom Augusto afilia-se ao seu posicionamento político em negação a candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado e conseguindo ratificar a percepção do município como cidade cristã, conforme expressa João Luiz Torres (1960), no poema Caruaru:

Um pedaço da terra brasileira
Em Pernambuco, cidade industrial,
Tua gente sempre foi hospitaleira
Do Agreste és a Capital.

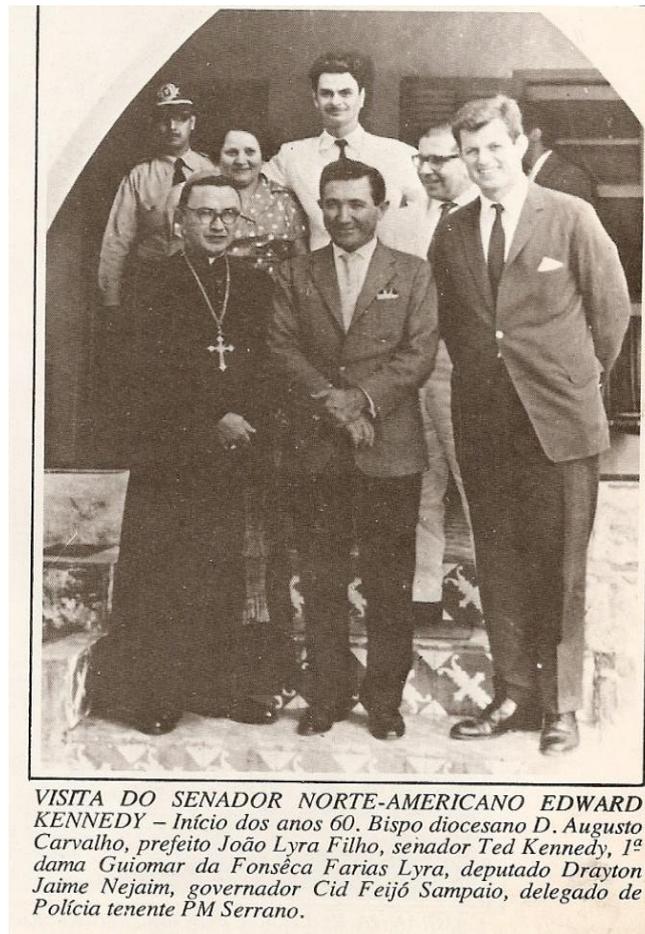
És cidade católica de verdade
Essa prova teus filhos já tem dado,
Trabalhando em prol da Cristandade
Seguindo a tradição do passado.

Tua história contada é muito bela
Teu marco principal, uma capela
Levantada a sombra de uma cruz

Erguida no meio de uma fazenda
Teus feitos heróicos que se aprende
Lá no morro a Capela Bom Jesus.

A aversão do bispo de Caruaru, Dom Augusto, a ideais progressistas, interpretados como comunistas, é justificado por sua adesão ao plano desenvolvimentista e modernista, representado pela imagem norte-americana. Assim, ao posar ao lado de Ted Kennedy (Figura 7), irmão do presidente dos Estados Unidos John Kennedy, do prefeito de Caruaru João Lyra, e entre estes também o governador Cid Sampaio, demonstra às claras o oposicionismo à candidatura de Miguel Arraes ao governo do Estado.

Figura 7 – Visita do Senador norte-americano Edward Kennedy a Caruaru



Fonte: Newton Thaumaturgo

O estreitamento dos laços entre Igreja – Estado – órgão internacional, representado pela figura de Ted Kennedy, parece afinar-se ainda mais nos anos seguintes. Presumindo as amarras para o golpe militar. Em fevereiro de 1964, o prefeito da cidade Drayton Nejam, da União Democrática Nacional (UDN), convida representantes da entidade americana, Aliança Para o Progresso, para conhecerem as necessidades imediatas do município, a fim de ajudar a solucioná-los.

Logo, o interesse da Igreja Católica em implantar esta ação de escolas radiofônicas, vai além de atuar numa problemática social. Josefa Cristina Ferreira (2012) salienta o direcionamento, acerca das questões agrárias, nas aulas do MEB. Problematização, mas em consonância aos ideias eclesiais.

Então eu achava interessante. Agora achei também e achava que tinha umas repetições assim: o homem tem direito a terra, não sei o que... Não sei se era no livro ou se era na audição. Todo mundo tem direito a terra, sua casa, não sei o que e era muito focado assim, pra fazer mesmo a cabeça do aluno.

As questões de reforma agrária ganham desvelo da instituição eclesiástica, que conclama párocos e leigos para dedicarem-se aos trabalhos sociais da Igreja. Jovens, como Josefa Cristina Ferreira, concediam orientações quantos aos aspectos sanitários, auxílio à aprendizagem de interpretação dos códigos letrados, além de buscarem conscientizar os alfabetizados, acerca da exploração dos setores dominantes, bem como, em relação aos direitos negados aos marginalizados da sociedade. Porém, esta conscientização defendida, pelo MEB, para mudanças sociais não se constituíam de maneira profunda. A proposição de suas intervenções sociais estabelecia-se sob acordos governamentais, demonstrações de reações às injustiças sociais de maneira assistencialista e contenção das radicais ações do comunismo, não arraigando, desse modo, críticas às estruturas imperantes, nem assentindo severa mudança política. Por isso, ao buscar estratégias para consolidação de suas intencionalidades, a Igreja Católica planeja-as sob tenaz atuação anticomunista, através de escolas radiofônicas do MEB e organização dos trabalhadores rurais.

Se forças religiosas objetivam conter a influência é porque estas se espalhavam cada vez mais. O meio rural, a partir dos embates sobre expropriações de terras e lutas por melhorias, concede a base também para implantação das ações do Movimento de Cultura Popular. Mas, na expansão de suas ações, este movimento pretende implementar as intencionalidades de projeto governista, de Miguel Arraes, e partidário, dos comunistas.

Assim, partindo de diferentes intencionalidades, as ações do MCP e MEB alargam-se ao interior do Estado de Pernambuco. Admitindo, ambos os movimentos, outras estratégias de atuação que as centradas no processo pedagógico. Entretanto, as disparidades de objetivos destas ações mobilizatórias populares fomentam conflitos, reações e resistências entre sujeitos e instituições às quais estavam vinculadas.

4. PELO QUE LUTAMOS MESMO?

A narrativa acerca da Educação Popular, voltada às ações emersas no início da década de 1960, explicita o avultar destas como imbricadas numa grande mobilização social, com finalidade de combater o analfabetismo. No entanto, as disputas travadas entre estes movimentos a partir de objetivos particulares não são evidenciadas. Embora, os movimentos sociais caracterizem-se pelo conflito à ordem estabelecida ou pautada na injustiça e desigualdade, a análise, destas mobilizações, centrando-se apenas na oposição ao que é opressor, na luta por transformação de dada realidade, desapercebe-se também dos aspectos inerentes de cada ação, como suas intencionalidades peculiares, no congregar de diferentes empreitadas considerando-as como avultosa mobilização social. Maria da Glória Gohn (2002, p. 171) considera movimento social como “pautado nos processos de lutas sociais voltadas a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural”. Porém, ainda que ações coletivas objetivem transformação da ordem vigente, há ainda os conflitos ideológicos, e até políticos, delineados entre movimentos que pareciam amistosos por terem objetivo em comum.

Assim, as características divergentes das ações do MCP e MEB vão além do fato de estarem vinculadas a instituições distintas e adotarem práticas pedagógicas destoantes. A intencionalidade da Igreja Católica de extinguir as injustiças sociais, investindo numa ação pedagógica e instalando sindicatos de trabalhadores, desdobra-se à medida que busca também conter as convulsões soerguidas no campo. Por outro lado, o MCP ao avançar num processo de interiorização, com auxílio dos comunistas, desenvolve suas ações de modo a atender um projeto político.

4.1 Embate da Igreja ao Comunismo

Segundo noticiário da Radiopress, do Rio de Janeiro, divulgado no jornal Diocesano de Caruaru - A Defesa (OS COMUNISTAS e o padre..., 1959) - a infiltração comunista em Pernambuco é motivo de preocupação às autoridades federais diante das “atividades extremistas no Recife”. A interferência dos comunistas até mesmo em questões judiciais, como julgamento do padre Hosana⁶, foi considerado uma apreciação política para desacreditar

⁶ Padre Hosana, pároco da cidade de Quipapá, assassinou o bispo da diocese de Garanhuns, Dom Expedito, com três tiros a queima roupa. O motivo: afastamento do padre das atividades eclesiais por tempo indeterminado, pelo bispo, sob acusação de envolvimento com uma mulher, prima de padre Hosana, a qual abrigara na casa paroquial, em Quipapá. O padre não aceitando tal sanção, considerando-se vítima de falatórios infames, discute com o bispo, profere tiros contra estes, foge do local e apresenta-se no Mosteiro de São Bento. Julgado, em fevereiro de 1959, recebe pena de dois anos e seis meses de prisão e mais dois anos em clínica psiquiátrica. A

a Igreja. Informação esta, segundo o periódico, repassada pelo serviço secreto do Exército (OS COMUNISTAS e o padre..., 1959). Além das notícias atreladas à concepção subversiva dos comunistas, propala-se a divulgação do Livro Vermelho da Igreja Perseguida. Incitando a confiabilidade das informações contidas na obra como “radicalmente insuspeitas”. O livro de Alberto Galter narra, conforme o jornal A Defesa (O LIVRO Vermelho..., 1959), as facetas cruéis do comunismo nas perseguições aos católicos nos países onde este regime foi implantado. O deputado federal da UDN, Eurípedes Cardoso Menezes defende a divulgação da obra como atitude combativa aos comunistas infiltrados em órgãos federais, a exemplo, apontado por ele, do Ministério da Educação e do Exército.

Mas a preocupação acerca dos riscos do comunismo é também erigida pelos protestantes. Durante celebração do centenário da Igreja Presbiteriana no Brasil, o pastor e líder fundamentalista nos Estados Unidos Carl McIntire realiza pronunciamento no Teatro Santa Isabel, em Recife, “advertindo os evangélicos e o povo em geral sobre os perigos do Comunismo, nas igrejas e nas sociedades” (ENCERRADO ontem..., 1959). O terror propagado pelo Comunismo perpassa o campo político atingindo a dimensão religiosa como algo maligno. Um ateísmo que por meio de uma ordem política se oporia aos princípios cristãos da fé em Deus. A resistência ao Comunismo não se delineia apenas no campo ideológico, mas as práticas também recrudescem o oposicionismo.

Ratificando as ideias insurretas dos comunistas estão as Ligas Camponesas e o pavor provocado no meio rural com protestos, incêndios nos canaviais, assassinatos de trabalhadores e invasões de propriedades. Diante deste cenário calamitoso, a imprensa conservadora como o jornal diocesano A Defesa, representa as Ligas como “crias da propaganda comunista” que penetram no interior do Estado (COMPETE ao Governo..., 1959). Persuadindo facilmente as famílias camponesas, devido ao estado de miséria em que vivem, afirmando ainda que os governantes conhecem o estado flagelante ao qual o homem do campo é subjugado e o perigo que ameaça a população camponesa. Ressaltando que o inimigo não dorme, suas ideias semeadas logo germinarão e que não propagarão outra coisa a não ser a revolução social (COMPETE ao Governo..., 1959). O foco de atuação dos comunistas, inicialmente, centros urbanos, através de sindicatos e associações, desvia-se também ao ambiente rural com a finalidade de expansão de suas atividades.

A efervescência das cidades com greves, protestos e reivindicações passou a tomar conta do ambiente rural, ante as insatisfações do trabalhador rural. Devido a isto, afirma o

acusação recorre duas vezes da decisão judicial por achar a pena leve. No terceiro julgamento Padre Hosana é condenado a 19 anos de prisão.

padre Antônio Melo, pároco da cidade do Cabo de Santo Agostinho, que os adeptos ao comunismo aproveitam-se do momento de luta do homem do campo e elevam a bandeira vermelha para disseminar suas ideologias e “se desesperam por não alcançar ascendência no interior, o que graças a Deus, não se verifica conosco, pois nossos ideais são puramente cristãos” (O NORDESTINO não é..., 1962). O meio rural, palco para disputas políticas e ideológicas, parece segundo padre Melo, receptivo aos valores cristãos. Acrescenta crítica aos comunistas por serem burgueses, verdadeiros senhores feudais sem vinculação com povo, desconhecendo a realidade deste, enquanto pregam a reforma agrária. A matéria explicitada no jornal Diário de Pernambuco “O Nordeste não é comunista: apenas luta contra a miséria”, trata sobre a visita do padre Antônio Melo, ao Rio de Janeiro, na qual solicitou auxílio às autoridades federais a fim de solucionar o problema agrário. Incluindo-se nesta pauta, as Ligas Camponesas.

Este padre, conhecido nacionalmente como pioneiro na sindicalização rural do camponês nordestino é apresentado pela imprensa conservadora, Diário de Pernambuco (O NORDESTINO não é..., 1962), e políticos afeitos a posturas tradicionais como o vereador recifense Wandenkolk Wanderley (1982), como defensor do homem do campo e da bandeira da sindicalização rural. Destacando ainda, que esta matéria do Diário de Pernambuco apresenta o Padre Melo enquanto criador das Ligas Camponesas. Entre aspas, como declaração *ipsis lit* do pároco, o jornal explicita:

É preciso que todos saibam que as Ligas não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia – é isto porque Julião exerce influência mínima sobre os seus associados. Fundei as Ligas e Julião certa vez teve oportunidade de defender no Tribunal a causa de um camponês, atendendo a convite nosso e foi bem sucedido. Daí adveio à popularidade de que goza, mas que é vista em proporções exageradas pelo cartaz que lhe concede a imprensa. (O NORDESTINO não é..., 1962).

Bem se sabe que as Ligas não foram fundadas pelo padre Melo, e ainda que esta afirmação não tenha sido proferida pelo pároco, ou tenha sofrido alteração da oralidade à escrita, ela está aí. Cabe entender o porquê da propagação da imagem de um eclesiástico, considerado tradicionalista, a um movimento social no âmbito rural. Pensemos a partir da recepção desta informação a qual pretende demonstrar a simpatia e interesse, do padre, às causas sociais. Ao mesmo tempo desqualificar a figura de Francisco Julião, deputado federal que apoiou este movimento. Acerca desta transição do texto escrito à sua compreensão, Chartier (2002, p. 127) afirma que três elementos são importantes: “o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera”. Assim, o relevante, nesta informação, a qual

associa padre Melo como fundador das Ligas, é representá-lo sensível e atencioso às questões rurais. O veículo para isto: o jornal Diário de Pernambuco, vinculado ao grupo Diários Associados, pertencente ao senador do PSD, Assis Chateaubriand. Este grupo congregou incisivo domínio nos meios de comunicação impresso, rádio e televisão. Além disso, o público receptor destas informações não era a pluralidade da população, a qual estava, de certo modo, privada de acesso a periódicos (LEITE; CAVALCANTE; CABRAL, 2010).

No entanto, aos comunistas esta representação do padre era totalmente avessa. Segundo Yara Mattos (1986), filiada ao Partido Comunista do Brasil, padre Melo apresentou-se como figura carismática que buscava conquistar as lideranças do movimento camponês para sua hoste eclesiástica. Originário da Igreja tradicionalista, foi considerado, pelos comunistas, como comprometido com os latifundiários e patronato.

A representação de imagem subversiva do comunismo atrelada às revoltas, e invasões, onda de violência delineia-se como tática para conter os avanços bolcheviques, através do medo. Sob influência da Igreja Católica, difunde-se uma figura obscura de tudo que estivesse atrelado aos comunistas. Numa charge (Figura 8) do jornal católico “A Defesa” (PEQUENO Moisés..., 1959) é expresso o tolhimento da liberdade de um indivíduo, denominado de Moisés, o qual cantarolava na rua. Impedido de expressar, até mesmo seu estado de ânimo, por causa do sujeito fardado, grande, forte e com feição má. Demonstrando, desse modo, o estado de repressão imposta à população, caso os comunistas chegassem ao poder. Eram os meios de perpassar o medo e antipatia ao comunismo. Tais estratégias foram utilizadas até mesmo pela polícia, como forma de “desfazer a imagem de justiça, solidariedade e igualdade pregada pelo comunismo” (MONTENEGRO, 2010, p. 156).

Figura 8 - Título da charge - Pequeno Moisés: sua vida atrás da Cortina de Ferro.



Fonte: Jornal da Diocese de Caruaru: A Defesa. (29 ago. 1959).

No entanto, a desconfiança e temor despendidos aos revoltos filiados aos ideais comunistas acabam por encerrar num mesmo grupo os cristãos progressistas. Foi o que aconteceu com os jovens da Ação Popular. Segundo o cardeal Dom Jaime Câmara, a filiação dos jovens católicos à Ação Popular é inoportuna, pois esta seria “um elo entre a juventude católica e os movimentos totalitários que pregam a revolta marxista” (REFORMA agrária..., 1964). Não só a estes jovens foi lançada ríspida desaprovação, padres que em seus sermões já incluíam o discurso social, de críticas às injustiças e descaso aos desvalidos, recebem o estigma de padres comunistas.

Se a ligação ao comunismo era motivo de intolerância; ser católico, razão de defesa. O deputado federal, Waldemar Luis Alves, ao ter seu mandato cassado recorre ao Tribunal Regional Eleitoral. Sob acusação, do Partido de Representação Popular e do vereador Wandenkolk Wanderley, de ter sido eleito, no ano de 1946, quarto suplente de parlamentar federal pelo Partido Comunista Brasileiro. Anexa aos documentos de arazoamento como prova de sua conduta cristã e contrária à ideologia comunista: diploma de filiação à Irmandade de Jerusalém e quadro de lembranças de batismo de seus filhos (WALDEMAR defende..., 1963).

Tendo em vista, a onda de acusações sofridas pelo MCP, devido à colaboração de comunistas neste movimento, o que fomentava “estranhamento” aos não simpáticos às ideias progressistas, vislumbrou-se na Secretaria de Educação e Cultura, na qual seu dirigente fora o primeiro presidente do MCP, Germano Coelho, mecanismo para ampliar seu projeto governamental sem grandes desavenças. Assim, por intermédio desta Secretaria de Estado, apoiou-se o Curso de Formação de Professores Supervisores sob coordenação do INEP, representado pelo Centro de Pesquisas Educacionais do Recife (SECRETARIA de Estado..., 1963) e articulou-se aproximação, ou “possível entrosamento entre os projetos da Promoção Social e Movimento de Cultura Popular e Arquidiocese” (ARRAES ao Arcebispo..., 1963), através de assistência do Governo do Estado às parcerias firmadas na administração de Cid Sampaio. O título desta matéria (ARRAES ao Arcebispo..., 1963), sugere anuência da parceria entre governo estadual e Igreja ao afirmar: “Arraes ao Arcebispo: ação conjunta (Igreja - MCP) na guerra ao analfabetismo!”. Contudo, não se apresenta maiores detalhes desta aliança, apenas perspectiva de entendimento.

Se a articulação entre eclesiásticos e o governador Miguel Arraes não transcorria de forma amistosa, o mesmo não aconteceu com Cid Sampaio, antecessor de Arraes no Governo Estadual. A parceria da CNBB e Governo Federal é, em Pernambuco, estabelecida pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos e o então Governador Cid Sampaio. Assim, o

representante eclesiástico solicita dispensa de professoras da Secretaria de Educação e Cultura do Estado para desempenharem atividades no MEB. Por meio de ofício encaminhado ao dirigente-mor do Estado, segundo descreve o Jornal do Commercio (IGREJA e Estado...,1962), Dom Carlos, afirma:

Senhor Governador: celebrou o Movimento de Educação de Base (MEB) com o Governo do Estado de Pernambuco, convênio visando à instalação em sua área geográfica de sistema de escolas radiofônicas. [...] No momento atual, é indispensável que se utilizem todos os recursos disponíveis para através de uma orientação honesta e adequada, levar ao homem do campo os conhecimentos e oportunidades de que necessita. As Escolas Radiofônicas não proporcionam apenas aos seus alunos, a alfabetização. Vão além, dando-lhe a chamada educação de base, conjunto de conhecimentos necessários para desenvolver-lhes as aptidões, as técnicas do trabalho cotidiano, enfim elevando o seu nível econômico, social e cultural.

O arcebispo Dom Carlos recorre à parceria com o Estado a fim de obter, na medida do possível, professoras da Secretaria de Educação e Cultura à disposição do MEB. Reiterando a indispensabilidade de equipes no auxílio à elaboração de aulas e supervisão no andamento das escolas radiofônicas. Ao reclamar a necessidade das docentes e sabendo das dificuldades e prejuízos do afastamento destas, pois através de prévias conversas com o Secretário de Educação e Cultura já tomara conhecimento dos possíveis impedimentos, busca conciliar o cumprimento da cláusula, sem causar os devidos danos. Desse modo, encaminhou o arcebispo ao chefe do Executivo, relação de professoras tituladas residentes nos municípios onde havia sede das escolas radiofônicas. Cabe ressaltar que a seleção das educadoras primárias deveria estar de comum acordo entre as partes. Tanto Estado, quanto Igreja. Medida de precaução para não minar, nesta ação da Igreja, docentes com ideias contrárias.

Destaca-se ainda, no ofício explicitado no periódico, remetido ao governador que com o quantitativo de professoras mencionadas na relação, seria possível instalar e estender as ações do MEB às dioceses núcleos do sistema radiofônico, em Pernambuco: Nazaré da Mata, Petrolina, Afogados da Ingazeira, Caruaru e Itacuruba. E dessa maneira, atender 10 mil alunos, filiados a 400 escolas radiofônicas.

Como forma de angariar o apoio governamental, o arcebispo justifica as práticas das escolas via rádio como não apenas centralizada na alfabetização, mas estendendo-as à formação de habilidades laborais, necessárias ao desenvolvimento econômico, social e cultural do indivíduo. Demarcando, dessa maneira, que suas ações não se filiavam a ideias subversivas ou indutoras destas.

4.1.1 A contenção do perigo chamado Ligas Camponesas

A implantação de escolas radiofônicas do MEB, em Pernambuco, segue a todo impulso no ano de 1962, com perspectivas de alfabetizar 15 mil adultos nas 400 escolas já instaladas, em 19 municípios do Estado. O balanço do primeiro ano de implantação das escolas do Movimento de Educação de Base revela resultados positivos: 1799 adultos atendidos em 74 escolas, numa média de 25 alunos por receptor. Entusiasmando, dessa forma, não apenas párocos e leigos na ampliação do número de escolas radiofônicas, mas também serviços públicos. Prefeituras, especialmente, veem esta ação como forma de intervir numa área na qual não tinham recursos para prestar assistência. A acolhida destas escolas, pelos proprietários rurais, também foi encarada com bons olhos. Percebe-se, neste momento, a contribuição das ações do MEB alcançando dimensão que atinge diretamente os proprietários de terra, pois estes se beneficiariam com as propostas pacíficas do movimento, ou seja, não condizente com ameaças aos princípios da propriedade privada (MEB alfabetizará..., 1962).

Essa amplitude estende-se também ao programa dos cursos de educação pelo rádio o qual inclui cultura geral, humanismo, comportamento social, organização da família, formação cívica e política, formação religiosa e trabalho. Neste último aspecto, relaciona-se o sentido social do exercício profissional, seu produto e difusão, além de tratar da consciência de classe trabalhadora, orientação trabalhista e organização sindical.

O apoio à organização sindical rural é mais uma forma da Igreja defender a reforma agrária sem negar os preceitos cristãos. Além de apoiar a reforma agrária, a atuação da Igreja visa conter as ações “revoltosas” das Ligas Camponesas que segundo Monsenhor Pinto (2013), pároco da cidade de Angicos – RN, seria um dos motivos para o incentivo eclesiástico na fundação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Neste tempo [referindo ao início dos anos 60], no início do meu paróquio era aquele movimento, aquela efervescência de esquerda. Dom Eugênio que se tornou bispo auxiliar de Natal, era um homem de visão, via longe, se antecipava, portanto, aos acontecimentos, e tinha grande atividade no campo social, sobretudo, concluindo criou, instituiu o SAR. Fazia as coisas relacionadas ao campo. Então, o sindicato era um dos objetivos, sobretudo, depois que um Pernambuco acontecia, com Francisco Julião, aquele movimento de Ligas Camponesas de esquerda e Dom Eugênio prevendo que viessem para cá [Rio Grande do Norte] logo mandou que os padres criassem os sindicatos rurais.

É sob este ensejo que os padres Antônio Melo e Paulo Crespo defendem a sindicalização rural, por vezes, coadunada à implantação de escolas radiofônicas. Contudo,

com discurso de defesa da paz, justiça social e reforma agrária, Padre Melo não se intimida com a imagem de pároco conservador e ferrenho opositor aos comunistas. Já Padre Paulo Crespo, ainda que não defensor de posicionamento político, procurando estar sempre do lado do trabalhador, depois da implantação do golpe de 1964, forças militares o destituíram do SORPE, permanecendo apenas Padre Melo (CRESPO, 1978).

No entanto, enquanto a Igreja investe na instalação de sindicatos, o PCB também defende a luta dos trabalhadores camponeses, ampliando, desse modo, seu espaço de atuação. Em Palmares, os comunistas presidem um dos maiores sindicatos do Estado, agregando 31 municípios, tornando-o, segundo o padre Paulo Crespo (1978), afronta à Federação e legislação, que estabelecia a base territorial municipal.

O prestígio do clero da Zona da Mata Sul, enfraquecido pela posição de comprometimento com as usinas, fortaleceu a adesão dos trabalhadores ao sindicalismo apoiado pelos comunistas. Nesta acepção, Eptácio Ferreira (2014) comenta acerca da organização do sindicato, desta cidade, sob direção do Partido Comunista e contando com colaboração de Gregório Bezerra, comunista integrante da liderança estadual. Agregando dezenas de milhares de filiados e muitos municípios da Zona da Mata Sul, o sindicato dos trabalhadores rurais de Palmares impulsionou a Igreja Católica a travar batalha em defesa do camponês a fim de coibir o avanço bolchevique no campo, já estendido pelas Ligas Camponesas, agora nos sindicatos. Assim, uma medida necessária e urgente demonstrava-se imprescindível, a fim de entrar ações como aquelas estimuladas pelo Deputado Francisco Julião. Este deputado, também advogado, defendeu a causa dos camponeses do Engenho Galileia.

Mas, após anos de lutas os camponeses deste engenho conquistam a desapropriação da terra. No entanto, isto fomentou o temor de que outros proprietários de terras perdessem suas propriedades em favor dos camponeses. O Engenho Galileia, engenho de fogo morto⁷, foi um símbolo da luta pela terra. Sua desapropriação representou ameaça aos proprietários de terra, mas também resultado de uma reivindicação coletiva.

Mas a trajetória de luta pela expropriação das terras do Engenho Galileia que teve início como sociedade agrícola de caráter cooperativo e assistencialista, ao ponto de convidarem o dono do engenho Galileia para assumir o cargo de presidente honorário da sociedade, transforma-se, posteriormente, em símbolo de perigo. O filho do dono deste

⁷ A expressão “engenho de fogo morto”, segundo Montenegro (2010), é inspirada na obra de José Lins do Rêgo “*Fogo morto*”, a qual se refere ao engenho que não mais produz açúcar, mas apenas abastece outras usinas com cana.

engenho projetando tornar Galileia numa fazenda de criação de gados, enxerga na associação de trabalhadores elemento de intervenção a estes planos.

Prontamente, o proprietário do engenho destitui-se do cargo de presidente honorário e solicita a destituição da SAPP. Campesinos da Sociedade Agrícola, no Engenho Galileia, tementes de serem expulsos da terra na qual derramaram seu suor no labor da lavoura, viam como única opção apelarem aos poderes políticos e legais. Apresentaram ao governador da época, Osvaldo Cordeiro de Farias, em audiência o apelo de auxílio. Por não obterem êxito recorreram a parlamentares e advogados, contudo mais uma vez a esperança de apoio foi suplantada. Mas, com uma carroça, trabalhadores marcham rumo a Várzea, bairro de Recife, em direção à residência de Francisco Julião o qual se demonstrou sensível à causa dos campesinos (JULIÃO, 1982).

Entretanto, com apoio político do deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião, a ação dos camponeses gerou preocupação nos temerosos da implantação de um regime comunista no Nordeste, visto que tal ação poderia ser a porta de entrada. Os Estados Unidos enviam correspondentes a fim de verificar a situação no Nordeste; Edward Kennedy, irmão de John Kennedy então presidente dos Estados Unidos, vem a Pernambuco, em 1961, e visita o Engenho Galileia. A imprensa reforça tal medo ao propagar um discurso de revolta e luta armada. Como destaca Montenegro (2010), a imprensa norte-americana passa a evidenciar tal preocupação, temendo sua vinculação à “onda comunista”.

Tanto uma parte da imprensa no Brasil como o The New York Times organizam um discurso de uma grande onda comunista, possivelmente saindo do Nordeste (entenda-se Pernambuco). Segundo essa imprensa, as Ligas Camponesas incendeiam o meio rural por meio de suas práticas e discursos, já que se propagam para outros estados (MONTENEGRO, 2010, p.15).

Além da ameaça à propriedade privada, as Ligas Camponesas representam a ausência de preocupação da Igreja Católica com o homem do campo e temor de que o regime opositor ao capitalismo convertesse este camponês ao ateísmo. Diante disso, a Igreja desperta seu interesse ante as injustiças sofridas pelos campesinos e organiza sindicatos de trabalhadores rurais. Padre Paulo Crespo (1978), comenta que a iniciativa da Igreja era auxiliar estes trabalhadores, por intermédio da estruturação da posse e uso da terra, bem como melhoria na qualidade de vida destes, salientado também que esta ação distanciava-se da proposta das Ligas Camponesas, pois esta tinha um caráter filantrópico e de reivindicação, e que beneficiava apenas os associados. Já os sindicatos, intencionavam um benefício mais

abrangente, ou seja, para todos os trabalhadores. Rômulo Lins (1986) explicita essa distinção entre Ligas Camponesas e sindicatos rurais:

A Liga só via a questão da terra; ela usava isso como meio de reforçar a luta pela terra. [...] Há locais em que existe essa questão da terra; nos demais a reivindicação é: INPS, assistência médica, salário, 13º, férias, tudo o que o trabalhador da cidade conseguiu. Ele não tem muita ilusão que vai viver bem com um pedacinho de terra, mas está organizado como trabalhador.

O jornal A Defesa (COMPETE ao Governo..., 1959) denuncia: “Penetram no interior, procurando incutir no ânimo dessa grande massa de desajustados, verdadeiros párias ao abandono pela incúria criminosa dos nossos governantes, a convicção de que estão espoliados dos direitos que lhes pertencem”.

Nesta ambiência de luta e reivindicações, em defesa dos trabalhadores do campo, Lima (2012, p. 71) aponta ainda entraves entre a Igreja Católica e PCB. No município de Timbaúba, o sindicato estava atrelado à Igreja. No entanto, um funcionário comunista da Previdência Social, ao ser transferido para esta localidade, busca implantar ação junto aos trabalhadores rurais, na perspectiva do PCB. Luta pela posse da terra. No entanto, ao propor uma passeata com os camponeses o padre decide realizar uma procissão no mesmo dia. Para realização de ambos os eventos – passeata e procissão – trava-se ainda a disputa pela única banda “Pé de Cará”, a fim de angariar maior participação. Por fim, a banda, cujo diretor era da Previdência, tocou na passeata que terminou num comício.

4.2 Comunistas: inimigos ou amigos?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a tênue linha de divisão mundial acentua-se no período da Guerra Fria. A polaridade ocidente-oriental, Estados Unidos - União Soviética apresentam às nações dois regimes governamentais destoantes e conflitantes. Enquanto um propaga sua ideologia imperante por meio de discursos de progresso econômico e liberdade; o outro recebe reação por difundir contestação à propriedade privada e radicalização contra o imperialismo capitalista. Tais antagonismos disseminam as consequências maléficas às formas autoritárias de governo, atribuídas ao regime comunista, ameaça à extinção dos princípios de democracia, liberdade religiosa e esfacelamento dos pilares familiares.

O enfrentamento a estes ideais agravam-se, no ano de 1959, quando recrudescer a Revolução Cubana, derrocando, dessa maneira, o governo do presidente Fulgêncio Batista. Mas, estes ideais revolucionários, incrustados no arquipélago cubano, são respaldados por desajustes sociais a partir da miséria reinante na cidade e no campo, enriquecimento à custa

da exploração do povo, analfabetismo, prostituição, vícios pervertedores de homens em farrapos. Cenário paradoxal àqueles que vislumbravam a ilha como paraíso dos cassinos. No entanto, esse cenário de injustiça, pobreza e miséria não se restringia à Cuba, mas comum aos países ditos “subdesenvolvidos”, favorecendo, dessa maneira, a propagação de ideais socialistas e comunistas.

De maneira que a animosidade remetida aos comunistas é também refletida às parcerias firmadas por estes. Na coligação Frente do Recife, que figurou mudanças no cenário político Pernambuco, sob a participação também do PCB, vislumbrou-se nos candidatos apoiados pela Frente, especialmente, Miguel Arraes, instrumentos de manobra dos comunistas. Estas alianças “ilegítimas” serviriam apenas para entregar o poder nas mãos de revoltosos criminalmente organizados, tendo em vista a ilegalidade do partido impedi-lo de chegar ao poder através de meios democráticos, isto é, através do voto, comenta o governador baiano Juraci (JURACI diz..., 1962). Por isso, Miguel Arraes fora visto como o político que entregou as chaves do poder governamental aos comunistas, ao permitir infiltração nas bases de seu governo.

João Cleofas, filiado a UDN, após perder a disputa do governo do Estado, conclama posicionamento de alerta, na convenção regional do partido, em defesa dos princípios democráticos. Incita aos membros o combate à cubanização instalada em Pernambuco, a partir de atos subversivos e invasão estrangeira, impondo aniquilação da liberdade (CLEOFAS: Partido..., 1963). O confronto aos comunistas, incluindo-se também socialistas, não se restringe ao campo político, aos embates nos palanques em busca de eleitores ou nas bancadas parlamentares. Perpassam o político e alcançam o ideológico, o qual se utiliza de diversos elementos para conter esta investidura. Logo, a propagação das dissonâncias ao comunismo encontra amparo nos debates políticos dos tradicionais partidos, sermões religiosos e publicações da imprensa conservadora, perpassando a compreensão subversiva do PCB. O discurso de justiça social dos comunistas é atrelado, pelos seus opositores, à contestação dos bens privados, ateísmo e ideologias anticristãs.

Mesmo com a propagação da imagem dos comunistas atrelada à subversividade e radicalização, suas ideias e ações revolucionárias ramificam-se causando atordoamento aos conservadores de uma possível implantação de golpe esquerdista. As reações não conseguiram esbarrar a expansão de atuação do PCB, infiltrada em clubes de futebol, associações de moradores, no sindicalismo urbano e rural, em projeto educativo e artístico, e movimento estudantil. Tudo isto, conquistando adeptos, conforme menciona Epitácio Ferreira (2013), participante ativo da Juventude Comunista.

É por meio desta última estratégia, apoio dos jovens, que Iara Mattos (1986) e Aníbal Valença de Oliveira (1993), inserem-se na militância do partido e têm contato com o Movimento de Cultura Popular. Esta jovem apreciadora da literatura de Monteiro Lobato, quando adolescente viu a censura feita às obras deste autor, pela ordem religiosa do colégio que estudava. Desperta ao interesse pela luta do “Petróleo é Nosso”, estabeleceu relação com a política, através de pessoal progressista ainda enquanto estudante secundarista. Mas ao entrar na universidade, assume outra conotação política e em fins de 1960, agrega-se ao Partido Comunista Brasileiro. No MCP, atua no setor de educação, sendo uma das precursoras da expansão do movimento ao interior do Estado.

Já Aníbal Valença de Oliveira (1993), filho do engenheiro Ivo Fernandes este membro do PCB, ainda adolescente sentiu de perto o preço da perseguição sofrida aos comunistas. Viu seu pai ser preso e sua família dividida, pois tivera que distanciar-se de sua mãe e ir morar com parentes no sertão pernambucano. Seu pai foi incluído na prisão de lideranças comunistas, no início de 1956, e a perseguição e vigilância a tudo que estivesse ligado ao partido não cessavam. Informes à Secretaria de Segurança Pública eram fornecidos, por delegacias auxiliares, após averiguação de condutas de comunistas em locais de reunião, como os comitês. A seguir, informe encaminhado ao comissário superior da Secretaria de Segurança Pública, datado de 17 de agosto de 1962, e assinado pelo datilógrafo Edson Maranhão (1962):

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, os seguintes dados: NADJA PEREIRA, apelidada por DIUCHINHA, faz parte no Teatro do Movimento de Cultura Popular, ZODJA PEREIRA, bailarina do MCP, dirigido por Flavia Barros e SATCHA PEREIRA, atualmente residindo no Rio de Janeiro, integrada na UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, dirigindo um departamento desta entidade, sendo todas estas, filhas de HIRAN PEREIRA.

TEREZINHA CALAZANS, viajou para o Rio de Janeiro, no dia 08 de julho, do corrente ano, onde submeteu-se a um curso intensivo patrocinado pela UNE, curso este de DOCTRINAÇÃO E GUERRILHAS, para empregar em Pernambuco.

Além da denúncia de envolvimento destas jovens com ações insurretas, incluindo as filhas do membro do Comitê Estadual do PCB, debruça-se acusação à livraria Castro Alves, localizada na Rua do Livramento, nº 94, por comercializar livros contrários ao regime democrático. Livros novos e usados, traduzidos, sobretudo, do russo, húngaro.

Oliviera (1993) destaca também as críticas feitas, por um tio militar, a seu pai, o engenheiro Ivo Fernandes. A luta política deveria recair apenas as pobres, aos operários; não aqueles que tivessem boas condições para viver. Sob tal compreensão, de que a luta caberia

apenas aos necessitados, percebe-se na formação do quadro de dirigentes estaduais de Pernambuco, no qual a pluralidade de participantes tinha baixo nível de escolaridade e situação econômica. Apenas um dirigente da liderança estadual do PCB, no ano de 1956, chegara à universidade: Paulo Cavalcanti (CHILCOTE, 1982, p. 275, 277).

Essa ausência de integrantes, com nível educacional mais alto, no quadro de liderança coibiu, de certo modo, a elaboração de projeto educativo particular do partido. O que não o impediu, no entanto, de conceder auxílio a iniciativas como às do MCP. Abelardo da Hora (2010) acrescenta: “[...] Partido não é escola. Partido não é escola de alfabetizar. Partido pode apoiar movimentos de alfabetização e apoiar qualquer outro tipo de escola. Isso é outra coisa. A política é uma coisa, o ensino é outra completamente diferente”. Embora não tendo a tradição católica de experiência com educação, o Partido Comunista centrava-se bem mais na formação política de militância. Como cursos sobre marxismo, ministrado por Yara Mattos (1986), em Palmares, aos camponeses, juntamente com Gregório Bezerra. Esta ação depois é incorporada, indiretamente, às aulas do MCP. Joseph A. Page (1972) explicita em seu livro *A Revolução que nunca houve* o envolvimento de jovens comunistas, participantes do MCP, na expansão do Movimento à Zona da Mata Sul, onde o PCB exercia forte influência no sindicato de trabalhadores rurais. Dessa forma, estes intencionavam também estender as ações do Partido.

Aos membros da Juventude Comunista os cursos de capacitação eram concedidos como iniciação ao marxismo, leituras clássicas como *O Estado e a Revolução*. No que concerne a formação de base, havia o “Curso Stalin”, no qual um dos promotores era Ivo Valença. Os encontros clandestinos impunham aos filiados do partido o uso de pseudônimos como forma de preservar a identidade. Outros espaços, como o Atelier Coletivo, serviam como aporte para reuniões e encontros de jovens comunistas (OLIVEIRA, 1993; FERREIRA, 2013).

O imbricamento heterogêneo, dentro do MCP, acaba por promover dissonância nas relações entre grupos. Uns favoráveis a politização; outros a conscientização. A inserção política do Partido Comunista pela via democrática se daria através do voto, por isso a relevância de apoiar a politização enquanto “arma branca”. Embora houvesse discordâncias internas, em relação aos encaminhamentos pedagógicos, tais atritos não foram suficientes para impedir o andamento das atividades do Movimento. Paulo Rosas (apud BEISIEGEL, 1992, p. 205), católico e membro da equipe fundadora do MCP, comenta acerca destas divergências:

Todas as divergências, as ‘brigas’, surgiam em torno da definição de certas estratégias, como estas, iniciais, e que não eram ideológicas... Alguns julgavam que não havia tempo a perder, que a situação era dramática, e era mesmo, em qualquer lugar que se olhasse havia necessidade [...] era um grupo impaciente, queriam as escolas funcionando imediatamente, enquanto nós [referindo-se ao grupo católico] estávamos também preocupados com a ação, mas não uma ação desligada de um certo apoio em idéias.

Diante dos interesses, por vezes, distintos, procurava-se meios conciliatórios para delineamento das ações. Assim, para aprovação dos objetivos do movimento, concessões foram necessárias. A inclusão do segundo objetivo, referente ao ensino religioso, não poderia ser deixado de lado pelos leigos comprometidos com a fé cristã. “Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo” (ROSAS, 1986, p. 24). Se a abertura ao ensino religioso constava no Estatuto do MCP, não poderia estar oculto do Livro de Leitura Para Adultos (GODOY; COELHO, 1962), o reconhecimento e valorização da diversidade cultural, expresso ao tratar de temas como raças, religiões e ideais. Na lição 29, explicita-se:

O MCP tem escolas em vários templos.
Cada templo tem seu rito e sua fé.
O MCP respeita a fé e o rito da cada templo.

A heterogeneidade presente na composição dos quadros do movimento, agora alcança a parte do ensino, favorecendo a inclusão de sujeitos de diferentes credos. É neste sentido que após acusação do vereador Wandekolk Wanderley, um grupo com onze ministros evangélicos de Recife e Olinda, assinam manifesto de apoio ao MCP. O referente vereador, conhecido por sua postura ríspida desde quando fora policial, acusa o movimento de gastos públicos para financiar difusão de doutrina comunista, contrária ao regime democrático, denegrindo também a imagem do movimento taxando-o de “ninho de cobras e covil de ladroas”. Os pastores evangélicos protestam contra a acusação injusta impetrada ao MCP, a qual ameaça, até mesmo, sua extinção. Assim, os ministros evangélicos reafirmam os benefícios prestados, pela organização ao povo recifense, reprovando a atitude de anuência do prefeito interino, Sr. Moury Fernandes e ressaltam:

Nós somos testemunhas insuspeitas das bênçãos que o Movimento de Cultura Popular tem proporcionado à imensa massa de analfabetos do Recife, não só por libertá-los das trevas da ignorância em que vivem pela falta do saber, como também por dar-lhes consciência da força que representam na luta pela emancipação da Pátria que nos é comum. [...] Como cristão, e sobretudo, como responsáveis pela orientação espiritual, moral e

educacional de boa parte da população recifense, não podemos calar-nos neste momento quando vemos perigar um dos melhores patrimônios de cultura para emancipação do povo. (MINISTROS evangélicos..., 1962).

As solicitudes das ações do movimento, especialmente, por proporcionar libertação da obscura ignorância e salvação pela consciência, são elementos ajuizados, pelos ministros protestantes. Apoiados no título de cristãos, defendem a organização acusada de ser comunista. Neste momento, o distanciamento religioso entre católicos e protestantes, cristãos e comunistas cedem lugar à ambição de emancipação popular.

Para o integrante do MCP e comunista, Aluísio Falcão (apud BEISIEGEL, 1992, p. 204), inexistiam disputas ideológicas entre as correntes hegemônicas, considerando que estas distinções situavam-se apenas quanto às atuações pedagógicas. No entanto, esta representação de clima conciliador, aludida por Aluísio Falcão, não é compartilhada por outro comunista, membro fundador do MCP. Para Paulo Cavalcanti, suas divergências travavam-se mais diretamente com a direção do movimento, Germano Coelho, católico e presidente do MCP. Este priorizando o aspecto de aprofundamento na pesquisa; aquele preferindo a expansão, prontamente, do quantitativo de escolas. O refletir sobre a ação e os delineamentos teóricos da prática pedagógica recaíram aos católicos, também chamados, por este, de “acadêmicos”. Aos comunistas couberam hábeis atividades de instalação de salas de aula, organização do mobiliário, procura de professores.

Ainda que imbricadas numa mesma dimensão pedagógica, conscientização e politização assumem concepções filosóficas divergentes entre católicos e comunistas. Neste projeto político-ideológico de alfabetização, interligando-se à educação a incumbência de politizar o povo, no sentido de arregimentá-lo nos duelos partidários. A ausência de projeto educativo do Partido Comunista, justificado pelo desinteresse partidário, é também ante ao fato dos comunistas não terem envolvimento e experiência com a educação, distintamente dos católicos. Além disso, em Pernambuco, poucos líderes de base tinham formação universitária. “Cerca de 41% dos dirigentes comunistas estaduais cursaram apenas o ensino primário, 29% chegaram ao secundário, 4% cursaram escolas militares e 14% a universidade” (CHILCOTE, 1982, p. 266).

Já os católicos progressistas conseguem imbricar na prática pedagógica viés filosófico e objetivação “da libertação, do desenvolvimento da cidadania, do engajamento” (BALTAR, 2011). Em meio a tanto destoar entre católicos e comunistas, há também distinção quanto ao engajamento dos jovens do Partido Comunista, conforme percepção de Letícia Baltar,

estudante secundarista que participou das aulas de formação do SEC, para aplicação do método de Freire.

A distinção que eu via é assim... O pessoal do Partido [Comunista] eles tinham uma visão mais pragmática e mais assim pé no chão. Eles eram ateus. Eles militavam muito o ateísmo. Então, eles entravam muito em confronto, tentando convencer o pessoal cristão de que aquilo tudo era bobagem, que não era por aí. Essa via de engajamento espiritual, social. Eles queriam uma coisa mais. (BALTAR, 2011).

Bem mais que local para reuniões, os espaços para promoção de artes recebiam a incumbência de veicularem denúncia e congregar outros à luta pela humanidade para mudar cenário de injustiça e desigualdade. É assim que Abelardo da Hora utiliza-se da exposição “Meninos do Recife”, na Galeria de Arte do Recife, em junho de 1963. “Minha maneira mais forte de expressão é, exatamente, esta, e é através desta mensagem que melhor me expresso, interpretando o grito profundo dos meninos do Recife, meus companheiros de infância”, Abelardo da Hora afirma ao jornal Última Hora (ABELARDO lança..., 1963).

Figura 9 - Álbum Menino do Recife



Fonte: Memorial MCP. Abelardo da Hora, 1962.

É por meio dos traços escuros do nanquim que o artista busca aproximar-se das pessoas simples, que entendiam, não abstratamente, o que as imagens representavam. Além disso, comunicar à jovem intelectualidade em formação, ávidos para salvarem o Brasil de situação exploratória e injusta, a sensibilidade de transformar as linhas da arte em instrumento de comunicação. Se a construção da imagem dos comunistas, socialistas e defensores dos

princípios de igualdade social estava associada, pelos seus opositores, à agressividade da luta armada, destemor aos princípios cristãos e medo de que a nação sucumbisse em meio à onda vermelha, por outro lado, os comunistas buscavam difundir em suas ações e ideologias uma realidade opressora.

A arte que os comunistas difundem critica a realidade de miséria e descaso imposta à população desfavorecida. Aos comunistas, as manifestações artísticas culturais seriam uma via de propagação de seu projeto político. Fávero (2001, p. 9) explicita que o congregar destes distintos aportes culturais - música, teatro, círculos de cultura - configuraram-se em ações de transformação social.

Transformar a cultura brasileira e, através dela, pelas mãos do povo, transformar a ordem das relações de poder e a própria vida do país. Os instrumentos? Círculos de cultura, centros de cultura, praças de cultura, teatro popular, rádio, cinema, música, literatura, televisão... sindicatos, ligas... com/para/sobre o povo. Instrumentos que se converteriam em movimentos.

A assertiva de Fávero dimensiona a junção de diferentes instrumentos culturais na constituição de movimentos. No entanto, ainda que estes elementos servissem como meio para promoção da conscientização e mobilização coletiva, nem sempre se delineavam lado a lado, no propósito único de expandir e valorizar a cultura popular. Desse modo, estes mesmos instrumentos responsáveis, segundo Fávero, por transformação da sociedade e conversão em mobilização social, são utilizados para delimitar divergências de atividades. Exemplo disto são as disputas entremeadas entre grupos teatrais: o Teatro de Cultura Popular (TCP), grupo do MCP, e Teatro Popular do Nordeste (TPN).

O TCP buscou aproximar arte dramaturgica aos populares, propondo apresentações itinerantes e retratando questões sociais vivenciadas cotidianamente. Apoiando projeto educacional do MCP e ressaltando a importância da cultura, enquanto instrumento pedagógico, Luiz Mendonça (1964), coordenador teatral desse movimento, destaca que

A formação cultural e educacional de um povo não se faz apenas com alfabetização, mas também com meios de cultura baseados em fatos sociais e tradições populares desse nosso povo, para que ele possa melhor identificar-se com suas formas populares de arte e com a realidade brasileira atual. Diante do exposto, o TEATRO DE CULTURA POPULAR, colabora na Campanha [de alfabetização] dentro do objetivo acima mencionado, e para tal montou dois espetáculos [...] que serão encenados por todo o interior do Estado.

Porém, a investitura de membros do Partido Comunista no grupo teatral do MCP fomentou posicionamentos político-ideológicos distintos e indisposição com o TPN.

Participantes, deste último grupo, opunham-se ao TCP por considerá-lo a serviço de questões partidárias. “Alheio à chamada ‘política teatral’ Hermilo tem em mente uma única preocupação: cumprir à finalidade, atingir o alvo sem se deixar vencer pelos possíveis obstáculos no caminho” (TEATRO Popular..., 1962). Este obstáculo referia-se a negativa da Divisão de Documentação e Cultura, filiada à Prefeitura do Recife e MCP, de conceder espaço, num dos teatros da cidade, para exibição temporada do Teatro Popular do Nordeste. O grupo teatral, que mantinha convênio com a Fundação de Promoção Social, recorre às apresentações nos Centros Educativos Operários. Contudo, a crítica de Hermilo Borba Filho de utilização do teatro a serviço da política, assume viés contraditório ao apresentar a peça teatral: *A bomba da paz*. Utilizando-se de sátira, lançam-se críticas à figura de Miguel Arraes e ao Movimento, como aponta Lucia Lippi Oliveira (2008).

De modo que as práticas reacionárias ao comunismo revelam não apenas distanciamentos dos interesses entre os grupos, mas também, os conflitos. Promovidas pela Igreja Católica, evangélicos e indivíduos não afeitos à contundente luta social, dos comunistas, como participantes do TPN, tais práticas impelem à resistência.

A Santa Sé Romana intervindo nas causas sociais, a partir de orientações da cúpula eclesiástica, atuação no Estado de Pernambuco, na área educacional de base e organização de trabalhadores do campo. Além destas ingerências que demarcam a presença da Igreja Católica, na intenção de ratificar atenção às demandas populares, contribui para difusão da representação enquanto ideologia subversiva.

Tal figuração discursiva, associada à periculosidade do grupo adepto aos ideais soviéticos, reforça os embates às mobilizações que trouxessem em sua bandeira de luta ideologias revoltosas que impunham ameaças aos princípios democráticos. As Ligas Camponesas, encaradas como radicais, devido às reivindicações pela posse da terra, sofrem resistência por intermédio do sindicalismo rural.

Assim, de um lado, a organização trabalhista sob apoio da Igreja, intenciona desviar os camponeses do radicalismo das Ligas. Por outro, é através também do sindicato de trabalhadores que os comunistas realizam contraposição.

Com concessão de apoio dos comunistas, a Zona da Mata Sul dispõe-se fortemente à organização trabalhista promovida pelos párocos católicos. A arte e educação acrescentam-se às formas de resistência dos comunistas, enquanto mecanismo de propagação de seus objetivos político-partidários.

Por isso, por vezes, tais conflitos não se travaram apenas entre grupos e instituições, explicitamente opostas. Católicos e comunistas, inseridos no mesmo movimento – MCP –

discordam sobre a condução das ações pedagógicas. Mas, ainda assim, coadunam-se, nesta ação de caráter heterogêneo, organizada por órgão público – Prefeitura do Recife. Entretanto, o MEB, distintamente do aspecto agregador do MCP, congrega apenas participantes católicos, sendo evidenciado tal requisito na composição de seus quadros. A fim de não se impor riscos aos direcionamentos pregados pela Igreja, tal medida foi adotada.

Estes enfrentamentos das ações mobilizatórias – MCP e MEB – encontraram no âmbito rural espaço para travarem disputas. Já na capital, Recife, as experiências do MCP e SEC parecem caminhar sob direcionamentos mais amigáveis, sobretudo, entre os diretores. Grande parte da equipe, que compunha a equipe do Serviço de Extensão Universitária, tivera contato com ações do MCP, com seu diretor Paulo Freire. Além disso, parceria entre a Prefeitura e Universidade firmara-se, desde a fundação do MCP. Contudo, no SEC percebe-se a presença maciça dos católicos, como destaca Page (1972), os quais encontraram, neste serviço, condições para consolidarem o método de alfabetização de Paulo Freire, distintamente da acepção metodológica abordada pelo MCP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar mobilizações populares educacionais, surgidas em Pernambuco, no início dos anos de 1960, a fim de verificar a configuração de intenso movimento social em prol da educação popular. As ações do Movimento de Cultura Popular (MCP), Movimento de Educação de Base (MEB), “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, dos Centros Populares de Cultura da UNE, Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e método Paulo Freire emergem num contexto de transformações sócio-político-econômicas, lançando-se como combativas ao mal do analfabetismo. Caracterizando-se, ainda, pela incorporação de aspectos da cultura popular, na reformulação das práticas pedagógicas, estas iniciativas foram responsáveis por expressiva elevação do quantitativo de alfabetizados, neste período.

De modo que, pensar estes movimentos populares de educação, sob a ótica das mobilizações sociais, direciona um entendimento de unicidade destas ações, incorporando-as ao processo democrático de mudança social, problematizando questões sociais no processo pedagógico. De modo que os próprios sujeitos participantes destas ações, percebessem-se como capazes de intervir na realidade, a partir da “tomada de consciência” das condições sócio-político-culturais que estavam submetidos. Tal imagem transformadora evidenciava que desta tão grande empreitada, envolvente de tantas mobilizações, sairia uma perfeita obra de arte, congregando num único movimento diferentes ações populares educacionais, grupos e sujeitos distintos.

No entanto, a historicidade destes movimentos, centrada na convergência a um mesmo objetivo – alfabetização em massa -, admissão da participação de populares e efervescência num clima de transformação social, desvia a análise dos elementos conflitantes dos sujeitos e grupos imbricados nestas ações. Tal entendimento agregador desloca o olhar dos conflitos existentes entre as ações mobilizatórias, impelindo, dessa maneira, questionamento acerca da existência de mobilização coletiva.

Assim, como destacamos neste trabalho, ainda que o MCP e o MEB tivessem finalidade comum, utilizando-se, para isto, aportes metodológicos semelhantes ao realizarem atividades educativas. Porém, os embates de interesses impulsionaram a conquista de adeptos aos projetos político-ideológicos pertencentes às instituições ou aos grupos distintos.

As agitações trabalhistas ocorridas no campo reforçaram o descompasso destas iniciativas. Sob o clima de reivindicações populares surgiram interesses que fomentaram disputas. Assim, no processo de interiorização da Educação Popular, em Pernambuco, não se

encontram as mesmas bases e o coadunar destas ações, existentes na capital pernambucana. Enquanto o MCP tenta expandir e solidificar suas intencionalidades políticas e intelectualistas, iniciadas em Recife, o MEB implanta escolas radiofônicas rurais, paralelamente à instalação dos sindicatos.

O MCP, na ampliação de suas ações, não compartilha das mesmas condições para realização das atividades pedagógico-culturais. Consegue instalar escolas radiofônicas, apenas nas localidades onde havia apoio político, na região da Mata Sul, como Palmares, rechaçando a tradição coronelística que impunha resistência ao movimento, ante à forte presença comunista. Dessa maneira, tanto o prefeito deste município, quanto os comunistas atuantes no sindicato de trabalhadores rurais consolidam o embasamento para iniciar a expansão do movimento ao interior de Pernambuco.

O delinear do MCP, em Recife, assume perfil popular ao contar com a participação da sociedade civil, intelectuais, jovens estudantes, além do que há suportes como estrutura física para o desenvolvimento. A presença na capital pernambucana dos universitários, fruto da centralidade das faculdades, contribui para a dimensão de mobilização social do movimento. No entanto, ao expandir-se ao interior do Estado e não encontrando as mesmas forças existentes em Recife, adota postura assistencialista, agindo não apenas no plano educacional, mas abrangendo-se à área econômica e médica como outra forma de atuação.

A pretensão de ampliação de projeto governamental de Miguel Arraes solidifica-se através de parcerias, e dentre estas se destaca o PCB. Os comunistas decidem apoiar um projeto educativo popular – MCP -, mas sob o intuito também de politizar os educandos e compor um eleitorado. Por isso, os embates internos no movimento, acerca das concepções distintas do como alfabetizar, fomentam conflitos dos que almejavam prontidão nesta ação.

Já o MEB, não encontrando as mesmas oposições conservadoras do MCP, alicerça-se na tradicional influência da Igreja Católica no envolvimento educacional e com suporte das emissoras de rádio católicas, delimita seu campo de atuação. Além disso, os sindicatos de trabalhadores rurais, sob controle da Igreja, visam conter o avanço das Ligas. Mas ao passo que a Igreja defende a reforma agrária, com a bandeira do sindicalismo, os comunistas também enxergam a força da organização trabalhista. Assim, cidades como Palmares, Timbaúba, Jaboatão dos Guararapes configuraram-se sob intenso lócus de embates entre párocos e comunistas. Uma disputa de poder revelando que por trás do objetivo de defesa do homem campesino, da pretensão de conscientizá-lo acerca de sua condição de vida, estão intencionalidades, plausivelmente, díspares.

Demonstrando que o MCP e MEB, como discorremos neste trabalho, travam disputas por espaço e poder, a partir das idealizações dos grupos ou instituições aos quais estão filiados. Suas intencionalidades não se coadunam, porque os interesses pertinentes a cada movimento balizam-se de modo discordante.

Assim, a Igreja Católica ao implantar as escolas radiofônicas, vislumbrando apenas o meio rural, objetiva bem mais que preocupar-se com os desvalidos, ao conceder-lhes educação de base, mas pautar-se numa forma de refrear ações e ideologias insurgentes do comunismo. O despertar da Igreja ao lançar ações que tanto demonstrassem seu interesse em intervir na área social, quanto coibissem o avançar da onda comunista, conta com apoio governamental federal, além do aporte da rede de rádio-difusão. Nos locais onde houve receptividade às atividades eclesiais, fortaleceu-se o sindicalismo rural e as ações pedagógicas solidificaram-se, como em Nazaré da Mata e Caruaru. No entanto, Palmares representou, distintamente, o domínio comunista no sindicalismo rural, concedendo, desse modo, abertura à implantação de escolas radiofônicas do MCP.

A relação de unidade existente num movimento social cede espaço aos conflitos de interesses entre os movimentos e atores. Os confrontos delineados, nas representações, refletem-se na prática à medida que se travam disputas por espaço de atuação. A presença dos comunistas, intervindo ideologicamente nas Ligas Camponesas e organizando o maior sindicato do Estado de Pernambuco impõe contraposição da Igreja Católica. A imprensa, através de jornais, insere-se neste clima de disputa, expressando denúncias ou defesas ao grupo ao qual estava vinculada.

Na pretensão de propor análise de movimentos educacionais populares, do início da década de 1960, alguns embaraços no percurso desta pesquisa foram encontrados: ausência de documentos pertencentes aos movimentos e organizações trabalhistas – Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais. Alguns destes extintos pela falta de conservação; outros, em sua maioria, destruídos no período da ditadura militar, como forma de coibir as resistências e informações que pudessem reavivar as ações mobilizatórias. Por isso, o jornal demonstrou-se como importante fonte documental para trazer elementos na recuperação desta narrativa histórica. Outra dificuldade externada: encontrar sujeitos que participaram destas iniciativas, enquanto sujeitos anônimos, pessoas “simples” que participaram deste processo, imbricando-o à sua história de vida. Para, assim, relatar suas apreensões e impressões, a partir das representações construídas acerca do momento histórico vivenciado, apresentando informações sobre as práticas cotidianas que revelam aspectos suprimidos pelos discursos hegemônicos difundidos.

O delineamento discursivo, aqui proposto, com reflexão acerca de configuração de movimentos de educação popular, avultados na década de 1960, pode ser ampliado. Lacunas, nesta proposição historiográfica, ainda necessitam ser preenchidas. De modo que a análise, ora apresentada, centrou-se no Estado de Pernambuco, lançando-se à interiorização. Mas tal apreciação pode ser ampliada ao aspecto regional, e neste caso à região Nordeste. Assim, há a possibilidade de tecer uma interpretação conjunta de outras empreitadas pedagógicas, emersas em vários Estados nordestinos, que se relacionado com mobilizações rurais de trabalhadores, atividades culturais e pretensões políticas configuraram o Nordeste como “barril de pólvora”. Além disso, a análise dos materiais pedagógicos, produzidos pelos diferentes movimentos de educação popular, com a finalidade de identificar e contrastar suas dissonantes intencionalidades.

As práticas educativas populares, erigidas na década de 1960, contribuíram para um novo direcionamento no campo pedagógico, a partir da resignificação conceitual e metodológica da Educação Popular. Estas ações comprometidas com processo de mudanças articularam-se numa frente de resistência ao analfabetismo. Por outro lado, percebemos que embora tais iniciativas pleiteassem a constituição de novas formas de se pensar e fazer a prática pedagógica popular, esta conjuntura de transformação social não se constitui enquanto mobilização coletiva. Pois, conforme já pontuamos, as oposições existentes, a partir de intencionalidades diferentes, intrínsecas às mobilizações educativas, impõem resistência e reações entre ações que pareciam ter finalidade em comum: a luta social.

Ainda que com a presença de desajustes, a atuação destes movimentos populares, e neste caso não apenas os educativos, em Pernambuco, durante o período analisado, constituiu-se como forte ameaça a ideais hegemônicos. Por isso, quando da imposição do golpe militar, em 1º de abril de 1964, agitações foram abafadas; gritos, sufocados; palavras, silenciadas. O MCP foi extinto, bem como o SEC. Seus participantes foram obrigados a depor em inquéritos policiais militares. Muitos foram presos; outros, exilados. O MEB sofreu reordenamento nas suas proposituras, encerrando suas atividades em 1966.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.

ATA de assembleia do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, de 18 nov. 1962. Acervo do Sindicato de Nazaré da Mata – PE.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de cultura popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Bagaço, 2009.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: (a teoria e a pratica de Paulo Freire no Brasil)**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1992.

BEZERRA, Gregório. **Memórias – segunda parte: 1946-1969**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Congresso. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 03 maio 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 13 nov. 1944. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17038.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASÍLIA. Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 de fev. 2014.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Aspectos da relação entre o Partido Comunista e a Frente do Recife (1956-1964). In: MOREIRA, Aluizio Franco.; REZENDE, Antônio Paulo. **Recife: que historia é essa?**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 179-230.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CAVALCANTI, Paulo, 1915-. **O caso eu conto como o caso foi:** da Coluna Prestes a queda de Arraes . 3. ed. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

CHARTIER, Roger. **A historia cultural entre práticas e representações.** 2 ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração - 1922-1972. Trad. Celso Mauro Paciornik. Rev. Luis Sergio Henriques e autor. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORTEZ, Marcius. **O golpe na alma.** São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

CUNHA, Antônio; GOÉS, Moacir de. **O golpe na Educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

DECLARAÇÃO da Bahia. I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Salvador – BA, 1961. Disponível em:
<<http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com.br/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular:** memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. A educação dos adultos e as populações de marginais: o problema dos mocambos. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 2., 1958, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: Disponível em:
<http://forumeja.org.br/files/relato.segund_.congr_.educ_.adultos.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2003.

GODOY, Josina, M. L.; COELHO, Norma P. C. C. Livro de leitura de adultos. Recife: MCP, 1962. In: **Movimento de cultura popular:** memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):** uma escola democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HORA, Abelardo da. **Movimento de cultura popular:** memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). Carta encíclica Mater et Magistra: aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros ordinários do lugar, em paz e comunhão com a sé apostólica, bem como a todo o clero e fiéis do orbe católico. Roma, 1961. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). Carta encíclica Pacem in terris: a paz dos povos. Roma, 1963. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

JACCOUD, Luciana de Barros.; Fundação Joaquim Nabuco. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco, 1955-1968.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. 4. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010

LEITE, H. L. S. O.; CAVALCANTE, L. N.; CABRAL, N. D. A. Recife em chamas: as eleições municipais de 1955. In: VI COLÓQUIO DE HISTÓRIA. 2010, Recife. **Anais eletrônico...** Recife: UNICAP, 2010. Disponível em:

<<http://www.unicap.br/colquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.562.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

MARANHÃO, Edson. [Informe da] Secretaria da Segurança Pública, de 17 ago. 1962. Acervo Arquivo Público Jordão Emerenciano.

MELO NETO, José Francisco de. O QUE É POPULAR? Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_2002_o_que_e_popular.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MENDONÇA, Luiz. [Ofício do] Movimento de Cultura Popular. Recife. 27 fev. 1964.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010b.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Viver é lutar**. 1963. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A vida cultural no Recife**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2008, vol.15, n.4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n4/18.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

PAGE, Joseph A. Trad. SUASSUNA, Ariano. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLANO de atividades. In: **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade do Recife. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

RÊGO, José Lins do. **A Volta**. Disponível em: <http://www.mensagenscomamor.com/frases/frases_jose_lins_rego.htm#ixzz389s4827U>. Acesso em: 24 abr. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 39.287, de 1º de junho de 1956. Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do Baixo Piranhas e Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39287-1-junho-1956-331910-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

RODRIGUES, Luiz Dias. Como se conceitua Educação Popular. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; NETO, José Francisco de Melo. (Orgs.). **Educação Popular outros caminhos**. João Pessoa: UFPB, 1999.

ROSAS, Paulo. **Movimento de cultura popular**: memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986. p. 23-4.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.; Coord.). **Atas do Conselho, da Assembleia e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife**: junho de 1959 a agosto de 1964. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE – instituição, gestão, política e seus bastidores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Histórias inéditas da educação popular**: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

SILVA, João José da. A voz do alfabetismo. In: MAURÍCIO, Ivan. **Arte popular e dominação**. (O caso de Pernambuco: 1961-1977). Recife, Ed. Alternativa, 1978.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SISTEMA Integrado de Educação Rural. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1982. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=oc5lAAAAIAAJ&pg=PA47&lpg=PA47&dq=timba%C3%BAba+1958+cnea&source=bl&ots=PgHEhgrEae&sig=MI8Ntwc-Q6AsVTYORVjSYFQSRGw&hl=pt-BR&sa=X&ei=GotaT4aiC8r5ggeM0I2iCw&ved=0CCMQ6AEwAA#v=onepage&q=timba%C3%BAba%201958%20cnea&f=false>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

SKIDMORE, Thomas E. Democracia sob Getúlio Vargas, dias tranquilos com Juscelino Kubitschek e um golpe militar: 1945-1964. In: **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Claudia Moraes. **Pelas ondas do Rádio**: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base. 2006. 367 f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-100422/pt-br.php>>. Acesso em: 05 set. 2012.

SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de. **Educação e Região**: Práticas Anisianas e Freyreanas fazem a educação do Recife (1957-1964). 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

TELES, José. Reportagem – Movimento de Cultura Popular. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Editora Massangana, 2012.

TEODÓSIO, Bianor da Silva. [Relatório do] Serviço de Assistência Itinerante. Estado de Pernambuco. 18 nov. 1963.

VASSÃO, Amantino Adorno. Prefácio. In: A CONFERÊNCIA DO NORDESTE: Cristo e o processo revolucionário brasileiro. 1962, Recife, **Anais...** Recife: Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, 1962. Disponível em: <<http://www.metodistavilaisabel.org.br/docs/A-CONFER%C3%8ANCIA-DO-NORDESTE-livro1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: a Revista Estudos Universitários (1962-1964). 2010. p. 232. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Depoimentos orais:

BALTAR, Letícia. **Letícia Baltar:** depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

BEZERRA, Almeri. **Almeri Bezerra:** depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

CAVALCANTI, Renato da Cunha. **Renato da Cunha Cavalcanti:** depoimento [set.2011]. Entrevistadores: A. Santos e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida à pesquisa História da Educação Popular em Pernambuco.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. **Iêda Luzia Brayner de Farias:** depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

FERREIRA, Epitácio Afonso. **Epitácio Afonso Ferreira:** depoimento [mar.2013]. Entrevistadores: A. M. Santos, A. G. F. Silva, L. N. S. Moura. Joaquim Nabuco: PE, 2013. MP3. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa História da Educação Popular em Pernambuco.

FERREIRA, Josefa Cristina. **Josefa Cristina Ferreira:** depoimento [jul.2012]. Entrevistador: A. M. Santos. Recife: PE, 2012. MP3. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

HORA, Abelardo Germano da. **Abelardo Germano da Hora:** depoimento [out.2010]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

JULIÃO, Francisco. **Francisco Julião** (depoimento, 1982). Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 177 p. dat.

LINS, Rômulo Fernando de Aguiar. **Rômulo Fernando de Aguiar Lins:** depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. São Paulo: SP, 1986. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

MATTOS, Yara Lúcia Brayner. **Yara Lúcia Brayner Mattos:** depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. Recife: PE, 1986. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

MORAES, Teresa Maria Braga de. **Teresa Maria Braga de Moraes:** depoimento [ago.2012]. Entrevistador: A. M. Santos. Recife: PE, 2012. Celular. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

NASCIMENTO, Nativo Almeida do. **Nativo Almeida do Nascimento:** depoimento [fev.2014]. Entrevistador: A. M. Santos. Camaragibe: PE, 2014. Celular. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

OLIVEIRA, Aníbal Valença de. **Aníbal Valença de Oliveira:** depoimento [nov. 1993]. Entrevistador: E. M. Fernandes. Recife: PE, 1993. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

PESSOA, Marliete. **Marliete Pessoa:** depoimento [fev.2014]. Entrevistador: A. M. Santos. Nazaré da Mata: PE, 2014. Celular. Entrevista concedida à pesquisa de Mestrado: Interiorização da Educação Popular em Pernambuco.

PINTO, Francisco das Chagas Pereira. **Francisco das Chagas Pereira Pinto:** depoimento [jun.2013]. Entrevistador: A. M. Santos; A. G. F. Silva. Angicos: RN, 2013. MP3. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: História da Educação Popular em Pernambuco.

SILVEIRA, Pelópidas. **Pelópidas Silveira** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 41 p. dat.

SILVEIRA, Pelópidas. **Pelópidas Silveira:** depoimento [jan. 1985]. Entrevistador: E. M. Fernandes; J. Zaverucha. Recife: PE, 1993. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

TEODÓSIO, Naíde Regueira. **Naíde Regueira Teodósio:** depoimento [out. 1983]. Entrevistador: E. M. Fernandes. Recife: PE, 1983. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

WANDERLEY, Wandencolk. **Wandencolk Wanderley:** depoimento [jun. 1982]. Entrevistador: E. M. Fernandes. Recife: PE, 1982. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

Matérias de jornais:

“NÃO” do povo iniciou ontem arrancada para as reformas. **Última Hora**, Recife, 07 jan. 1963.

“RUSH” de educação para emancipar o povo. **Última Hora**, Recife, 16 set. 1963.

167 PROFESSORAS e 2.524 bancas para a Prefeitura atuar em Casa Amarela. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 abr. 1960.

A IGREJA sugere planos de ajuda aos flagelados visando reforma agrária. **A Defesa**, Caruaru, 17 jan. 1959.

ABELARDO lança álbum no GAR: “Meninos no Recife”. **Última Hora**, Recife, 08 jun. 1963.

ALASTRA-SE greve: camponeses desfilam com enxadas em Jaboatão! **Última Hora**, Recife, 19 fev. 1963.

AMARAL, Tércio. Memórias de “férias” dolorosas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 mar. 2014.

AMENIZA a crise de abastecimento. **A Notícia**, Palmares, 30 maio 1962.

ANTÔNIO Figueira (encima a lista), Soriano Neto ou João Alfredo será o reitor. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 jun. 1959.

ARRAES ao Arcebispo: ação conjunta (Igreja – MCP) na guerra ao analfabetismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 mar. 1963.

ARRAES: “Secretariado não foi imposto pelas cúpulas partidárias”. **Última Hora**, Recife, 14 jan. 1963.

CARIOCAS e paraibanos aprendem no Recife a formar alfabetizadores. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 abr. 1963.

CELSO Furtado: “Reformas com planejamento para reduzir a inflação”. **Última Hora**, Recife, 03 jan. 1963.

CINCO mil cartilhas, INEP envia para o Movimento de Educação Popular do Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, 25 out. 1960.

CLEOFAS: Partido deve lutar contra cubanização do Estado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 abr. 1963.

COMPETE ao Governo prevenir o mal solapado que as “Ligas Camponesas” estão desenvolvendo nos Estados. **A Defesa**, Caruaru, 25 abr. 1959.

CONFEDERAÇÃO Católica. **A Defesa**, Caruaru, 07 dez. 1957.

D. HÉLDER Câmara pede verbas. **A Defesa**, Caruaru, 01 maio 1959.

D. HÉLDER para o Recife. **A Defesa**, Caruaru, 21 mar. 1964.

DEBILIDADE do Brasil está no analfabetismo, declarou ontem Arraes. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 mar. 1962.

DOM Augusto esclarece eleitorado católico. **Vanguarda**, Caruaru, 05 ago. 1962.

ENCERRADO ontem as comemorações do centenário do Presbiterianismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 ago. 1959.

ESCOLAS do MCP também no interior. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 mar. 1962.

EVANGÉLICOS estudam realidade nacional. **Jornal do Commercio**, Recife, 23 mar. 1962.

GERMANO: “Tudo pronto para acabar o analfabetismo!”. **Última Hora**, Recife 12 mar. 1963.

GERMANO: todo o apoio ao ensino artesanal. **Última Hora**, Recife, 14 fev. 1963.

GOVERNO assumirá plano de alfabetização. **Última Hora**, Recife, 31/05/1963.

IGREJA e Estado contra analfabetismo: mais 10 mil alunos no interior. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 mar. 1962.

IGREJA e Estado contra analfabetismo: mais 10 mil alunos no interior. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 mar. 1962.

II ENCONTRO dos Bispos do Nordeste em Natal. **A Defesa**, Caruaru, 13 jun. 1959.

II ENCONTRO dos Bispos em Natal. **A Defesa**, Caruaru, 06 jun. 1959.

INSTALOU-SE o Centro de Pesquisas Educacionais. **Jornal do Commercio**, Recife, 19 nov. 1957.

JURACI diz que Jânio voltará com revolução e denuncia o PCB. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 fev. 1962.

LEBRET, J.L. Ser culto. **A Defesa**, Caruaru, 17 jan. 1959.

LÍDERES evangélicos estiveram com o diretor da SUDENE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 mar. 1962.

MAIS de 400 universitários..., 1960. **Jornal do Commercio**, Recife, 27 nov. 1960.

MCP agora também em Palmares. **Jornal do Commercio**, Recife, 23 mar. 1962.

MCP planeja “rush” para alfabetizar o interior. **Última Hora**, Recife, 20 abr. 1963.

MEB alfabetizará 15 mil adultos nas 400 escolas instaladas em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 fev. 1962.

MINISTROS evangélicos em defesa do MCP. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 out. 1962.

MOVIMENTO de Educação de Base. **Vanguarda**, Caruaru 15 jul. 1962.

NOVO Nordeste em ritmo de revolução pacífica. **Última Hora**, Recife, 11 ago. 1963.

NOVO reitor seguirá domingo para o Rio: posse já na próxima semana. **Jornal do Commercio**, Recife, 26 jun. 1959.

O CHOCALHO das reformas e as intenções do Governo. **A Defesa**, Caruaru, 15 fev. 1964.

O CONTO da reforma agrária. **A Defesa**, Caruaru, 15 fev. 1964.

O ENSINO no Nordeste deve ser orientado para formação de técnicos e profissionais. **Jornal do Commercio**, Recife, 01 set. 1956.

O LIVRO Vermelho da Igreja Perseguida. **A Defesa**, Caruaru, 11/04/1959.

O NORDESTINO não é comunista: apenas luta contra a miséria. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 jan.1962.

OITO equipes do MCP partem hoje para iniciar “rush” do crédito. **Última Hora**, Recife, 08 mar. 1963.

OS COMUNISTAS e o padre Hosana. **A Defesa**, Caruaru, 28/02/1959.

OS MENINOS do Recife. **Última Hora**, Recife, 19 maio 1963.

PADRE Melo no “Joaquim Nabuco”: -“Reforma agrária sem artigo 141”. **Última Hora**, Recife, 15 maio 1963.

PARA onde Celso Furtado leva o Brasil? **Última Hora**, Recife, 06 jan. 1963.

PAULO Viana defende criação do GEPA. **Última Hora**, Recife, 19 fev. 1963.

PEQUENO Moisés: sua vida atrás da Cortina de Ferro. **A Defesa**, Caruaru, A Defesa, 29/08/1959.

PLANO de reforma agrária da Igreja. **A Defesa**, Caruaru, 10 jan. 1959.

PREFEITURA instalará mais 20 escolas do Movimento de Cultura Popular, este mês. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 ago. 1960.

PROMOÇÃO abre concurso: 91 vagas de professoras. **Última Hora**, Recife, 05 maio 1963.

PROPAGANDA eleitoral. **Vanguarda**, Caruaru, 19 ago. 1962.

PROSSEGUE “rush” do crédito no interior. **Última Hora**, Recife, 12 mar. 1963.

PSD de Pernambuco vai tomar posição sobre reforma agrária. **Última Hora**, Recife, 14 maio 1963.

PSD homologa Aderbal: Antônio Carlos pode ser vice na chapa de Pelópidas. **Última Hora**, Recife, 29 jun. 1963.

REFORMA agrária e o perigo na ajuda com a Ação Popular. **A Defesa**, Caruaru, 08 fev. 1964.

REITOR: corte de verbas atrasa progresso da UR. **Última Hora**, Recife, 07 ago 1963.

SECRETARIA de Estado dos negócios de Educação e Cultura. **Última Hora**. Recife, 20/06/1963.

TEATRO Popular do Nordeste ensaia a “Bomba da Paz”: convênio com FPS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 fev.1962.

UNIVERSIDADE vai colaborar no Movimento de Cultura Popular; palestra, ontem. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 maio1960.

UNIVERSIDADE vai colaborar no Movimento de Cultura Popular; palestra, ontem. **Jornal do Commercio**, Recife, 21 maio 1960.

VINTE escolas municipais serão inauguradas até 15 de setembro próximo. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 ago. 1960.

WALDEMAR defende mandato que Wandenkolk pretende cassar. **A Defesa**, Caruaru, 05 jan. 1963.

Documentos iconográficos:

Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata: padre Mário discursa aos sindicalistas. 1963. Altura: 2560. Largura: 1920. **Memória fotográfica do Sindicalismo rural da Zona da Mata Norte**. Nazaré da Mata – PE: Sindicato de trabalhadores rurais.

Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata: sindicalista pronunciando-se durante o evento. 1963. Altura: 2560. Largura: 1920. **Memória fotográfica do Sindicalismo rural da Zona da Mata Norte**. Nazaré da Mata – PE: Sindicato de trabalhadores rurais.

Curso de Sindicato Rural, em Nazaré da Mata: trabalhadores rurais que participaram da capacitação. 1963. Altura: 2560. Largura: 1920. **Memória fotográfica do Sindicalismo rural da Zona da Mata Norte**. Nazaré da Mata – PE: Sindicato de trabalhadores rurais.

HORA, Abelardo da. Álbum Meninos do Recife. 1962. In: **Movimento de cultura popular**: memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: Fundação Educar, 1986. p.

RIDES. Pequeno Moisés: sua vida atrás da Cortina de Ferro. 1959. In: **A Defesa**, Caruaru. 29 ago. 1959.

VISITA do Senador norte-americano Edward Kennedy a Caruaru. 1960. Altura: 2568 pixels. Largura: 1328 pixels. Disponível em: <<http://newtonthaurturgo.blogspot.com.br/2012/05/ted-kennedy-visitou-caruaru-em-1960.html>>. Acesso em: 10/03/2013.